

...Sedia la fremosa...

Textos de Teresa Brocardo



Edições Colibri

“SEDIA LA FREMOSA...”

TEXTOS DE TERESA BROCARDO

Antónia Coutinho
Clara Nunes Correia
Maria do Céu Cetano
(orgs.)

“SEDIA LA FREMOSA...”
TEXTOS DE TERESA BROCARDO



Edições Colibri

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/LIN/03213/2020; 10.54499/UIDB/03213/2020 e UIDP/LIN/03213/2020; 10.54499/UIDP/03213/2020 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL).

Título: “Sedia la fremosa...”. Textos de Teresa Brocardo

Organização: Antónia Coutinho, Clara Nunes Correia,
Maria do Céu Caetano

Edição: Edições Colibri / CLUNL – Centro de Linguística
da Universidade NOVA de Lisboa

Capa: Margarida Azevedo

ISBN 978-989-566-419-1

DOI: <https://doi.org/10.34619/qyxj-kwdn>

Depósito legal n.º 533 665/24

Lisboa, junho de 2024

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

Estes textos – uma questão de *ser* e *estar* (no tempo) 7

Antónia Coutinho, Clara Nunes Correia e Maria do Céu Caetano

TEXTO DE ABERTURA

“Grandes trezentos anos estiveo assí, ou mais, cuidando que non
estevéra senon pouco” 11

Sara Figueiredo Costa

“Sedia la fremosa...”

TEXTOS DE TERESA BROCARDO

Polissemia e mudança linguística 23

...porque *foi* assim! (notas sobre a explicação em diacronia)..... 33

Nótulas históricas – uma (re)leitura de Campos (2000) 43

Forma, construção e significado – nótula sobre gramaticalização
e analogia 53

O texto no tempo em que não havia *gramáticas*..... 63

Sedia la fremosa... Uma proposta de estudo diacrónico de *ser*
(*< sedere* e *esse*) e *estar* em português 75

Representações do / no tempo – nótula sobre *passados* 85

Comente o seguinte texto-fonte	93
<i>Haver e ter</i> – balanços e perspectivas.....	101
Nas «margens» do «texto» – notas soltas sobre variantes em formas de <i>dever</i> e <i>poder</i>	107
 BIBLIOGRAFIA de TERESA BROCARDÓ	115

LEITURAS

Ler Teresa Brocardo	127
<i>Clara Nunes Correia</i>	
 Quantas margens tem um texto? – divagações e interpelações....	133
<i>Antónia Coutinho</i>	
 Formas e construções em diacronia	141
<i>Maria do Céu Caetano</i>	

Sedia la fremosa...

Textos de Teresa Brocardo

Sedia la fremosa seu sirgo torcendo,
sa voz manselinha fremoso dizendo
cantigas d'amigo.

Sedia la fremosa seu sirgo lavrando,
sa voz manselinha fremoso cantando
cantigas d'amigo.

– Par Deus de cruz, dona, sei eu que havedes
amor mui coitado, que tam bem dizedes
cantigas d'amigo.

Par Deus de cruz, dona, sei [eu] que andades
d'amor mui coitada, que tam bem cantades
cantigas d'amigo.

– Avuitor comestes, que adevinhades!

Estevão Coelho

Edição de Graça Videira Lopes
<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=740&tamanho=15>

Estes textos – uma questão de *ser e estar* (no tempo)

Em tempos, um pequeno grupo decidiu formar um grupo de investigação, juntar gramática e texto (incluindo o discurso), articular sincronia e diacronia, formas e construções. Era o tempo certo para cada uma afirmar os seus percursos e para os confrontar com outras perspetivas, outras possibilidades – na dinâmica própria da investigação mas, de forma particular, no desenho aberto e flexível que caracteriza(va) a ideia deste grupo.

Para corporizar muito do que se imaginou, organizaram-se encontros informais – os *Workshops em Gramática e Texto* (WGT) – e outros mais formais (a GRATO, *Conferência Internacional em Gramática & Texto*). Os WGT foram espaços e tempos particularmente significativos para a identidade do grupo e para reforçar convicções que continuamos a partilhar: discordar constitui-se como uma mais-valia para quem faz investigação; ‘cruzar’ conhecimento é para nós uma forma de reconhecer os limites do conhecimento; podemos individualmente percorrer o nosso caminho, mas esse caminho fica mais robusto se formos capazes de agregar, discutir, acrescentar, ao que sabemos, outros saberes.

A Teresa Brocardo, que estimulou sempre a dinâmica e a regularidade destas duas marcas do grupo, participou ativamente em muitos dos WGT – como mostram os textos que aqui recolhemos. São textos ao jeito do WGT: partem de um tema tido como transversal pelo grupo e assumem-se como investigação em curso (‘propostas de estudo’ e “nó-tulas”, para usar expressões da própria Teresa). Dar-lhes uma unidade própria, neste volume, potencia novas leituras, reconverte-os em pontos de partida. Por refletirem investigação em curso, abrem caminhos mais ou menos inesperados para o muito que se pode vir a fazer e a investigar. E, por serem textos breves, ficamos com vontade de ‘saber’ mais. Podemos sempre procurar respostas em outros textos publicados em outros suportes pela Teresa (veja-se, neste mesmo volume, a secção relativa à Bibliografia de Teresa Brocardo). Mas também poderemos partir

daqui para percorrer o nosso próprio caminho. Podemos fazer imensas perguntas sem nunca encontrar uma resposta definitiva e acabada. Mas não perderemos o prazer de ler estes seus textos. Por isso os trazemos aqui, num novo formato – ainda que as intervenções relativamente à publicação original, nos *Cadernos WGT* (cf. <https://clunl.fcsh.unl.pt/edicoes/cadernos-wgt/>) se reduzam a questões de paginação e formatação. Optámos por manter a ordem cronológica de publicação dos textos, bem como a grafia utilizada – sem alterar, portanto, os textos anteriores à entrada em vigor, em 2009, do Acordo Ortográfico de 1990.

No seu conjunto, este volume apresenta-se como a nossa forma de homenagear a Teresa: a admiração por um legado académico que certamente continuará a desafiar a investigação em Linguística; mas também uma marca dos tempos em que com ela experienciámos o sabor do conhecimento partilhado. Ou talvez, sobretudo, uma forma de *ser* e *estar*, em diacronia – com esse legado e com essa experiência. Obrigada, Teresa.

Uma forma interessante que encontrámos para reforçar esta homenagem foi pedir à Sara Figueiredo Costa – uma das alunas mais marcantes da Teresa Brocardo – que escrevesse o texto de abertura deste volume. Como a Sara diz, não corresponde exatamente ao que se costuma considerar um texto académico. Mas o “registo pessoal” que assume – que também nos é comum – sublinha o privilégio de ter partilhado com a Teresa Brocardo um percurso que queremos continuar.

Antónia Coutinho
Clara Nunes Correia
Maria do Céu Caetano

TEXTO DE ABERTURA

Grandes trezentos anos esteve assí, ou mais, cuidando que non estevêra senon pouco

Nota prévia: este não é um artigo académico, nem a descrição de uma investigação em curso. Não é por querer destoar, mas há muito que estou longe desse registo, mesmo tendo guardado quase tudo o que aprendi enquanto andei pelas aulas de Linguística e pelos anos que se seguiram, numa altura em que ponderei seriamente dedicar-me ao estudo da História da Língua Portuguesa pelas décadas seguintes. Este é, portanto, um registo pessoal de um percurso que cruzou a vontade de saber como falavam os antigos e o privilégio de ter tido a Professora Teresa Brocardo como guia. Perdoar-me-ão, portanto, o uso da primeira pessoa e todas as fugas aos processos de mudança linguística ou a outros fenómenos explicados com a notação que lhes seria devida, bem como a falta de método científico na divagação sobre a linguagem e o que com ela fazemos.

A discussão sobre a hipótese de os animais terem linguagem nunca se atravessou nas aulas de linguística, mas às vezes animava-se na esplanada da faculdade. Partidários dos direitos dos animais juravam que sim e não valia a pena tentar centrar a discussão num plano científico. Neste momento, não faço ideia em que ponto estão os estudos com símios, golfinhos e outros bichos que aparentemente comunicam com alguma espécie de sons que podem ou não ser suficientemente estruturados para lhes chamarmos linguagem. Por mim, tudo certo, sempre conheci cães que revelavam inteligência superior a muitas pessoas, ainda que a ciência pudesse dar outro nome à palavra inteligência, e não me sentirei

abalada na minha condição humana se algum dia se provar que alguns animais, afinal, também possuem a faculdade da linguagem. Duvido da hipótese de aquilo que verdadeiramente nos distingue dos outros animais seja a razão, e basta andar por aí para confirmar que tal característica não se encontra distribuída de modo muito igualitário, não sendo, portanto, uma característica comum a todos os seres humanos... Esse espaço teórico em que razão e faculdade da linguagem se cruzam será o elemento distintivo para a ciência: é verificável, permite testes, provas, discussões com base em factos verificáveis. Ainda assim, há um imenso território que nunca foi decifrado e talvez nunca seja, por mais ciência que lhe apliquemos. E já fiz ruir o texto, parece-me; desconfio que duvidar assim do método científico não será apreciado, mas não é dúvida, será antes a constatação do tanto que as ciências não conseguem explicar, coisa que em nada desmerece as ditas ciências, antes entusiasma um qualquer impulso para continuar a tentar perceber o mundo.

Independentemente da ciência, ainda que com algum apoio dela (vejam-se os estudos recentes do grupo de investigação coordenado por Daniel Smith, Andrea Migliano e Lucio Vinicius, da University College London), não será disparatado acreditar que aquilo que nos distingue dos outros animais não é tanto a possibilidade de falar, mas antes o facto de contarmos histórias. Claro, não o fariamos sem a faculdade da linguagem, mas podíamos limitar o uso dessa faculdade à descrição detalhada do mundo perceptível e não o fazemos. Contamos histórias, às vezes reais, outras vezes verosímeis (quando calha, coincidem), outras, ainda, aparentemente impossíveis. Essa distinção interessa-me muito mais do que a hipótese de os golfinhos trocarem receitas de torta de laranja ou de os chimpanzés se avisarem uns aos outros relativamente a locais onde há comida. Na verdade, mais do que a distinção enquanto modo de colocar os seres humanos num qualquer patamar de superioridade, interessa-me a imensidão desta característica naquilo que diz de nós, do modo como vivemos em comunidade, como nos relacionamos com o passado e inventamos o futuro, como mantemos vivos os que já partiram e antecipamos quem ainda estará para chegar, como nos narramos a nós mesmas e mesmos à medida que os anos vão passando.

Esse exercício auto-narrativo, mesmo que nunca se verbalize, é capaz de ser a coisa mais constante que possuímos e é nele que nos vamos entendendo, quando isso é possível. Nesse processo, vamos caindo nas armadilhas próprias da memória, coisa inevitável e talvez absolutamente imbricada na própria faculdade da linguagem (estou a arriscar muito no que toca a considerações científicas sobre a linguagem, bem sei). Perante a missão de escrever este texto em homenagem à Professora Teresa Brocardo, prefiro atirar-me para esse campo minado da memória do que elencar qualidades em tom elegíaco. Podia fazê-lo, e teria qualidades de sobra para descrever, sempre com o apoio de inúmeros episódios que as confirmariam, mas desconfio que a Professora Teresa Brocardo não apreciaria um relambório em tom hagiográfico e provavelmente lamechas, pelo que escolho um caminho mais difícil, creio, o de reconstituir alguns passos que para mim foram estruturantes e que passaram por essa feliz oportunidade de aprender – e discutir, e questionar, e levar na cabeça quando foi preciso – com alguém em quem sempre reconheci uma vontade genuína de ensinar (e portanto de aprender), aquela inquietação de passar o testemunho das ferramentas para pensar, duvidar, descobrir e continuar o caminho. Portanto, não seguirei a linha explícita do elogio, disfarço-a falando a partir do meu próprio ponto de observação, mas o que quero é exprimir essa dívida de gratidão por quem tanto contribuiu para a minha formação a muitos níveis e muito para além dessa suposta vocação utilitária que tanta gente quer impingir à Universidade – estuda isto para poderes fazer aquilo. E faço-o sem saber muito bem por que sendas irá o resto do texto e assumindo que vou tropeçar umas quantas vezes. Contar a nossa história, ou pedaços dela, é quase sempre contar a história de quem nos rodeia e atestar, tal como nos estudos linguísticos, as qualidades que nessas pessoas que fomos encontrando nos tocaram e mudaram.

De entre os textos possíveis para perceber como aterrei num mestrado em Linguística quando todos os meus planos me encaminhavam para a Literatura está um poema medieval, “Como Santa Maria fez estar o monge trezentos anos ao canto da passarya, porque lle pedia que lle mostrasse qual era o ben que avian os que eran en Paraíso”. Também dá para usar o primeiro verso, que é simultaneamente o refrão, como

referência titular, para contornar este hábito de longuíssimos títulos que os medievais cultivavam, pelo que passemos a referir o poema como “Quena Virgen ben servirá a Parayso irá”. Faz parte das *Cantigas de Santa Maria*, as que Afonso X, o Sábio, terá escrito em honra dessa figura feminina que estrutura o Cristianismo (sem com isso ter conseguido travar o patriarcado...) e há anos que não me lembrava destes versos. Para efeitos de algum rigor académico, o possível, socorro-me da edição de Walter Mettmann (Madrid, Castalia, 1988, pp. 16-18) que continua na minha estante, junto a vários outros volumes de e sobre textos medievais. Deixemos de lado a maravilha da métrica, do ritmo e da rima, e até a música que quase se consegue escutar à medida que a leitura avança (ou que pode mesmo escutar-se, sem devaneio, graças aos esforços de várias pessoas que acabaram por permitir recriações, entretanto gravadas, da notação musical que acompanha o texto). O fascínio da cantiga está na abordagem do tempo, e ainda que os mais cínicos digam que é só um belo truque narrativo em forma de verso, nunca deixei de a ler sem o assombro de estar perante um sujeito poético desaparecido há séculos e tão capaz de se aproximar do abismo do tempo como qualquer contemporâneo dos dias de hoje. Não sei se quem estuda os mistérios da Física Quântica tem alguma literatura no programa curricular, mas “Quena Virgen ben servirá a Parayso irá” devia fazer parte dessas explicações sobre o *continuum* espaço-tempo que me esforço por perceber, sem grande sucesso, nos livros de Física. Há coisas que a literatura explica melhor do que a ciência.

Dizer, agora, que foi essa cantiga de Afonso X que me fez querer estudar Linguística, quando tudo apontava para continuar os estudos na área da Literatura, é um artifício narrativo, um daqueles de que constantemente nos socorremos para nos ir contando a nossa própria história. Talvez tenha sido, mas não tenho como recuperar de modo tão preciso o que me passou pela cabeça há mais de duas décadas. Conhecia a cantiga, isso é certo, e conhecia sobretudo a imensidão do que não sabia e me despertava curiosidade, alimentando aquela ilusão de querer saber sobre as pessoas que tinham escrito, ou recolhido, ou compilado todos aqueles textos tão antigos que me pareciam estrondosamente modernos. Saber sobre as pessoas passa por muitas coisas,

tantas delas não passíveis de se transformarem em palavras, mas passa muito por uma aproximação à sua fala. Creio que foi isso. Claro que saber como falavam as pessoas nesse período arrumado na Idade Média era uma quimera, mas animais mitológicos e impossibilidades sempre foram combustível essencial para sair da cama pela manhã.

Os textos que já conhecia e os que haveria de descobrir terão sido responsáveis por essa vontade de estudar Linguística, claro, mas foram as aulas de História da Língua, no último ano da licenciatura, que verdadeiramente serviram de gatilho. Não tinha especial apreço pela Linguística antes disso, tendo desenvolvido alguma sobranceria perante a ideia de dissecar fonemas ou isolar estruturas sintáticas quando o que tínhamos pela frente era um texto... Foi a Literatura que me levou à Universidade, não iam ser uns manuais cheios de símbolos fonéticos e árvores sintáticas que me fariam mudar de rumo, achava eu. Uma das coisas boas de estudar com a orientação de quem sabe o que faz é essa possibilidade de traçar caminhos imprevisíveis, alguns até rejeitados, e perceber que o mundo é um lugar mais interessante quando a curiosidade nos alimenta os passos e quando há alguém por perto para os ir orientando. As aulas de História da Língua, então, começaram com desconfiança da minha parte e acabaram com a Professora Teresa Brocardo a perguntar-me se não queria fazer o mestrado nessa área. Entre uma e outra coisa, perdi a sobranceria (para com a Linguística, pelo menos), aprendi o rigor de uma disciplina que não implica apenas olhar para o passado e descobri que nem todas as abordagens linguísticas ignoravam os conteúdos dos textos que analisavam, nem o seu contexto, nem o seu valor literário. Aprendi, sobretudo, que também nos estudos linguísticos a sobreposição de cronologias que tanto me agradava na literatura era matéria comum. É inútil engavetar tempos quando o mundo é sempre essa coisa quântica em que esbarramos no que já aconteceu a cada nova hora e em que descobrimos lá atrás o que ainda vai acontecer. Talvez esta fosse a única certeza cósmica que tinha quando estudava na FCSH e é capaz de ser a única que mantenho.

Olhando agora para trás, percebo que não estaria talhada para passar o resto dos meus dias na secção de reservados da Biblioteca Nacional

ou nas catacumbas da Torre do Tombo. Gostava realmente dessas longas horas entre manuscritos, e até gostava da desconfiança daquela funcionária que, olhando para os meus ténis e para as calças de ganga, nunca acreditou plenamente que eu fosse alguma espécie de investigadora, mas a inquietação dominava-me. Queria ouvir mais histórias, não apenas as de quem já cá não estava há tantos séculos, queria escrever outras coisas que não considerações sobre como se falaria no século XIV, queria, sobretudo, ver alguma coisa do mundo e alimentar a ilusão de intervir nele. A imprensa começou a levar a melhor sobre os manuscritos e demasiadas quimeras se me foram atravessando no caminho para que conseguisse a quietude necessária para tentar domar uma só. Ainda assim, já diz o *Eclesiastes*, há um tempo para tudo e não duvido, nunca duvidei, que esse tempo em que me foquei na quimera única da voz dos que viveram e morreram há séculos foi bem empregue, até porque essa voz, essas vozes, continuam a ecoar hoje nas histórias que vou ouvindo e reportando e reconhecê-la faz-me escutar quem me fala de outra maneira.

Parece que me esqueci do pobre monge e dos seus devaneios no jardim, mas não. Na verdade, o monge era pretexto para falar sobre o tempo, o que fazemos com ele, as muitas formas que temos de não o compreender. E era uma aproximação possível às coisas que nos vão construindo: descobertas, memória, histórias e, acima de tudo, outras pessoas. Não creio que tenhamos estudado esta cantiga nas aulas de História da Língua Portuguesa, mas foi dela que me lembrei quando andava às voltas com a missão de escrever este texto e percebi que, como o monge, tenho muitas vezes a sensação de ter passado muito tempo desde que dedicava os meus dias aos manuscritos medievais, mas também sinto que aconteceu tudo ontem. Clássico da ilusão temporal, bem sei.

Saber que o tempo é uma ilusão e ainda assim persistir no estudo da mudança linguística é e não é contraditório. É-o na medida em que somos sempre um poço de contradições, individual e colectivamente, por mais que tentemos manter um caminho a direito e sem falhas. Se assim não fosse, isto era um tédio tremendo. Por outro lado, não há nada de contraditório neste convívio pacífico entre o tempo ser ilusório e a nossa

vontade de o entender, que é certamente uma vontade de nos entendermos, uma vez que a qualidade ilusória do tempo não nos protege da nossa finitude e talvez por isso nos demos ao trabalho de viver, uma vez que sabemos ser coisa a prazo, com inevitável data de conclusão, ainda por cima desconhecida. Não tenho conhecimentos nem capacidades para entender aquilo que diz a Física Quântica, mas percebo que a finitude não contraria o facto de o tempo ser uma categoria difícil de apreender, mesmo cientificamente. Somos nós que lhe atribuímos marcadores e fronteiras, que estabelecemos cronologias, que assumimos durações, exactamente como fazemos relativamente a estados passados de uma língua. Somos nós, portanto, que contamos histórias. Há tempos, lendo um livro de Carlo Rovelli, um físico cheio de paciência para explicar os mistérios do mundo a quem não consegue ver moléculas em exaltação ou prótons descontrolados, percebi que, para quem se dedica aos estudos na área da Física Quântica, a única coisa cristalina é mesmo essa e quem me dera tê-lo lido quando andava às voltas com regras monásticas e documentos notariais.

O que o monge da cantiga faz é deixar-se enredar neste abismo existencial que nos atravessa os dias e cabe ao sujeito poético arrumar-lhe o caos, definindo uma contagem de três séculos, criando provas da passagem do tempo (e de caminho ilustrando a passagem do Românico ao Gótico, algo que a iluminura vai reforçar) e inventando um milagre mariano para justificar tudo. É também para isso que contamos histórias, para arrumarmos o caos, intenção que não se afasta assim tanto das aproximações a estados passados da língua feitos pela Linguística. Claro que umas histórias têm regras e metodologias definidas e outras podem deixar-se levar por caminhos fantasiosos, mas todas obedecem à mesma necessidade. Nesta cantiga de Santa Maria, a ida ao Paraíso não é um castigo, uma viagem moralizadora (como acontece em *A Visão de Túndalo*, por exemplo, e noutros textos da época que não prescindiam desse objectivo), um *exemplum*. Isso ter-me-á agradado, inevitavelmente, bem como a possibilidade – muito pouco sólida em termos interpretativos, mas ainda assim divertida – de tudo isto ser uma descrição em verso bem medido de uma *trip* com alucinogénios, colocando a descoberta plena da psilocibina num

claustro medieval e não num laboratório do século XX, ou de Afonso X saber mais de Física Quântica do que imaginamos. De qualquer modo, tendo em conta o cânone literário da época, o mais certo é que a cantiga do monge perdido no tempo se arrume ali entre o carácter fantástico de um milagre e a metáfora para o modo como nos situamos no tempo, sendo o tempo uma ilusão.

Para além de ser este monumento literário, tão moderno antes de inventarmos a modernidade, “Quena Virgen ben servirá a Parayso irá” tem outras características e, não sabendo com certeza se foi por causa delas que decidi estudar Linguística, sei que foram a razão de a escolher agora para esta digressão de homenagem algo desajeitada. Ler “Quena Virgen ben servirá a Parayso irá” convoca conhecimentos que algumas práticas docentes arrumam em áreas distintas, da semiótica à história da arte, envolvendo a noção de paraíso, a passagem do tempo, a associação do jardim a uma ideia de tempo mítico e cosmogónico. No princípio era o verbo, claro, não porque a *Bíblia* o diz, mas porque sem ele não haveria forma de dar forma ao mundo. Não haveria histórias. É a partir daí que conhecemos e nos conhecemos, por isso é tão importante recuar aos verbos que se usariam lá atrás, por um lado, e também ir além do verbo nesse recuo.

Esta atitude perante os textos e todos os outros testemunhos disponíveis de estados passados de uma língua, não a encontrei sempre em todas as abordagens aos estudos linguísticos. Uma e outra vez li ou escutei aquela ideia que assume um texto como “material linguístico” e nada mais. Não quero discutir abordagens analíticas, já nem teria a bagagem teórica ou bibliográfica para o fazer, mas continuo a não perceber as vantagens de fechar fronteiras e encontrei nos ensinamentos da Professora Teresa essa abordagem ampla ao mundo a partir de qualquer documento, a noção de que um texto será esse material linguístico, com todas as reservas que impõe relativamente à possibilidade de ser um eco mais ou menos distorcido do modo como os falantes da época praticavam a sua fala, mas é sempre mais uma infinidade de coisas. E agora cito, como deve ser, porque isto não há-de ser só um texto indisciplinado às voltas com a memória e bem pode ter algum rigor: «Uma disciplina que tem como objeto de estudo

uma dada língua diacronicamente perspetivada, independentemente da designação que ostenta (história da língua, gramática histórica, linguística histórica ou diacrónica...), inclui em princípio várias vertentes e várias ligações pluri e interdisciplinares.» (Maria Teresa Brocardo, *Tópicos de História da Língua Portuguesa*, Edições Colibri, 2014, p. 10).

Múltiplos ecos se escutam num texto, seja ele uma elaborada cantiga de amigo ou um descritivo documento de partilha de terras entre herdeiros. Ecos que tentamos ouvir e organizar, criando modelos, tabelas, listas de fenómenos de mudança linguística, mas também efabulando, necessariamente, tentando encontrar nos que nos antecederam comportamentos, práticas e delírios semelhantes aos nossos. Dito assim, parece que os estudos de linguística histórica se fazem sem regras nem guias. Nem eu suspeitava que assim fosse quando comecei, nem a Professora Teresa Brocardo permitiria tal devaneio. Como em todas as demandas, dos Direitos Humanos ao Graal, há metodologias para aprender, coisas prévias para saber, muita leitura para fazer. Dispensam-se as regras de cavalaria, naturalmente, mas é preciso convocar os antecessores e aprender a dominar um método. É preciso, portanto, rigor no modo como organizamos o que aprendemos e liberdade no processo de efabular, sabendo sempre distinguir as duas coisas e assumindo que ambas são essenciais. Acho que posso acrescentar este aos ensinamentos que recebi da Professora Teresa, não desta forma já pronta a citar, mas numa prática quotidiana de estudo, debate e questionamento. Cruzar conhecimentos deveria ser uma das principais funções da Universidade, mas nem sempre acontece, até porque o modelo neo-liberal que nos organiza prefere rentabilizar tudo o que fazemos, sem grande apreço por outra coisa que não a rapidez de criar mais produtores de coisas – palpáveis ou não – para que o consumo nunca termine. Há muita gente a contrariar isto dentro das universidades, felizmente, ou já estaríamos todas e todos com cara de engrenagem... Se houve lição que aprendi e pude cultivar nesses anos de estudo orientados pela Professora Teresa Brocardo foi esta: o mundo, a existência, a criação, o que existe, o que imaginamos que existe e a indefinição de fronteiras entre as duas coisas, tudo é um *continuum*, exactamente

como as línguas quando as vemos diacronicamente. Portanto, haverá muito material linguístico para explorar nesta cantiga afonsina, mas a leitura não se fecha aí. Melhor dito, não se fecha, tal como nunca se fecharam os caminhos que aprendi a explorar, umas vezes com a certeza de um mapa, outras com a surpresa do labirinto. Entre as vozes dos falantes de há séculos e aquelas que escuto hoje em primeira mão, e que depois passo a outras e a outros, esse *continuum* permanece. Reconhecê-lo, poder tê-lo em conta no que faço, no modo como escuto, e perceber-lhe os contornos difusos e as manhas com que se disfarça numa suposta normatividade é parte da imensa dívida que terei sempre para com a Professora Teresa Brocardo. A isso, que é muito, quero juntar para fechar este texto o privilégio de ter feito este percurso sob a orientação de alguém cujo sentido de humor era lendário, pelo menos para mim. Pode parecer coisa irrelevante em alguém cujo trabalho é ensinar, mas não é, pelo contrário: se ao rigor e à necessária efabulação não juntarmos essa possibilidade de nos rirmos, não tanto dos outros, mas sobretudo de nós e do absurdo do mundo, nem vale a pena abrir os livros. Por mim, continuo a rir-me do monge e da sua alucinação, sabendo que o tempo, ilusório ou não, é coisa muito séria.

Sara Figueiredo Costa

“Sedia la fremosa...”

TEXTOS DE TERESA BROCARDO

POLISSEMIA E MUDANÇA LINGUÍSTICA

Abstract: *The concept of polysemy is recurrently used in historical linguistics, in particular to underline the specificity of semantic change as opposed to changes in other linguistic levels. In this presentation, traditional approaches of (lexical) semantic change were reviewed, emphasizing the role of the concept of polysemy in specifically diachronic studies of meaning. As observed by reference authors, polysemy may be considered a condition on semantic changes, since at least one polysemous phase is always presupposed, even if this fact is not synchronically observable. The mutual consequences of this observation are that (a) the diachronic approach provides a privileged perspective for those cases where apparently nonrelated meanings coexist for one form and (b) polysemy is defined by different but related meanings.*

The search for more general principles on semantic change led linguists to adopt different research strategies. The study and comparison of an increasing number of languages as well as the inclusion of 'grammatical' meaning in the domain of semantics, enabled the formulation of generalizing hypothesis, like the 'unidirectionality' principle or tendency proposed in grammaticalization framework. As a conclusion, an example from the history of Portuguese was briefly presented – the verb 'haver' and the competing 'ter' form – arguing in favor of the complementation of the semasiological and onomasiological approaches of semantic change.

Mudança semântica – abordagens 'tradicionais'

Desde os estudos mais tradicionais sobre mudança semântica, é comumente aceite que o 'significado' está particularmente sujeito a mudança, sublinhando-se a relação deste processo com factores não linguísticos. "Cada palavra tem a sua história", a conhecida afirmação

atribuída a Gilliéron, supostamente como reacção às generalizações neogramáticas sobre mudança fonética, sintetiza esta perspetiva da mudança ao nível semântico, ao mesmo tempo que sublinha a referida relação e restringe o seu âmbito ao nível lexical.

Quer as taxinomias dicotómicas de Ullmann (1957), quer a proposta em torno de aspectos 'estruturais' da mudança semântica de Coseriu (1964) pretendem já de algum modo avançar em relação a abordagens assumidamente casuísticas desenvolvidas no âmbito de diferentes tipos de trabalhos – de etimologia ou dialectologia, por exemplo.

Ainda assim, trabalhos como os citados corresponderiam, na essência, a uma classificação de mecanismos observados a partir da descrição de mudanças específicas, centrando-se, portanto, nos resultados da mudança, sem propriamente avançar na proposta de generalizações sobre a sua motivação (v., por exemplo, Dworkin 2006: 51).

Polissemia como definidora da especificidade da mudança semântica

Em qualquer caso, o conceito de polissemia é recorrente em linguística histórica, nomeadamente para sublinhar a especificidade da mudança semântica em contraste com mudanças de outros níveis, visto que é possível que uma palavra adquira um novo significado sem perder o anterior. Teríamos, assim, esquematicamente, uma mudança que, ao invés de assumir a o percurso $A > B$, consistiria em $A > A, B$. Mas, mais do que isso, uma fase polissémica (pelo menos) é sempre pressuposta na alteração de significado de uma dada forma. Diferentemente do que supostamente ocorre noutros níveis de análise, ao nível semântico a inovação não é nunca uma substituição – $*(A > B)$ não é uma formalização adequada para a mudança de significado, mas sim $A > A, B > B$. Como ilustrado por Guilbert (1975) (apud McMahon 1994: 177), em exemplos como o fr. *voler*, em que coexistem sincronicamente significados aparentemente não relacionados, “voar” e “roubar”, isso apenas significa a perda (obsolescência) de um significado intermédio, o de *voler* como termo usado em falcoaria para designar a ave que, voando, agarra

a presa, e daí o significado inovador “roubar”. Esquemáticamente: $A > A$, $B > A$, $B, C > A$, C .

Assim se chega a uma generalização sobre mudança semântica, formulável como ‘nenhuma mudança de estrutura semântica de um item lexical é possível sem uma fase (intermédia) de polissemia’ (cf., por exemplo, Sweetser 1990), ao mesmo tempo que se torna claro que excluir da análise semântica a diacronia poderia levar à identificação de falsos contra-exemplos em termos de definição de polissemia, ainda que estes sejam raros (‘princípio de persistência’).

Este tipo de observações tem, pois, implicações mútuas para a diacronia e para a delimitação do conceito de polissemia: (a) só a abordagem diacrónica permite, em certos casos, esclarecer a coexistência de significados aparentemente não relacionados; (b) a polissemia define-se por significados diferentes mas relacionados, ou parcialmente sobrepostos.

Exemplos do tipo dos referidos parecem, ainda assim, evidenciar uma excessiva fixação em estudos de caso muito específicos, com condicionamentos extralinguísticos muito particulares, dificilmente generalizáveis ou mesmo irrepetíveis.

Procura de generalizações sobre mudança semântica – unidireccionalidade?

A procura de generalizações mais abrangentes, ou de hipóteses explicativas mais fortes, levaria os estudiosos da mudança semântica a adotar novas estratégias.

A procura de regularidades interlinguísticas levou ao surgimento de abordagens de inspiração cognitivista, que procuraram, através da análise e comparação de sistemas linguísticos à partida aparentemente muito diferentes, chegar à formulação de princípios assumidos como gerais, procurando, portanto, escapar a uma concentração em condicionamentos de carácter necessariamente específico ou particular. Esta estratégia – comparação de línguas – levaria a hipóteses que apontavam para a identificação de padrões de mudança envolvendo processos metafóricos e metonímicos unidireccionais, decorrentes de um princípio

definível como 'abstracto < concreto' (cf. Traugott 1985, Sweetser 1990), tendo como base o pressuposto de que a mudança semântica (tal como o significado) é estruturada pela cognição. Analisemos dois dos exemplos (clássicos) deste tipo de generalizações.

O primeiro diz respeito à palavra *compreender*, “compreender”, do lat. COMPRAEHENDERE, “ligar”, mudança supostamente ilustrativa do processo caracterizável como seguindo a direcção ‘interior’ < ‘exterior’. Tendo, porem, em conta a conclusão acima referida sobre a impossibilidade de a inovação ser uma substituição (*A > B), basta-nos conferir o exemplo e verificar que, de facto, a palavra seria já polissémica em latim – entre os seus significados possíveis contam-se “abran-ger” e “perceber” (sensorialmente), tal como é polissémica em português (incluindo o sentido “abran-ger”). Temos, portanto, garantida a condição sobre polissemia, que uma apresentação mais simplificada do exemplo poderia ocultar.

O segundo exemplo pretende ilustrar a direcção de mudança correspondente a ‘modalidade epistémica’ < ‘modalidade deontica’, na palavra *poder* “ser capaz de”, “ter permissão para”, ‘probabilidade’, do latim POSSE, “ser capaz de”. Sobre este exemplo há sobretudo a notar que a forma latina, em construções impessoais, teria já o valor “ser possível”, o que mais uma vez confere a referida condição sobre polissemia.

Polissemia no ‘léxico’ e na ‘gramática’

Uma outra estratégia adoptada na área consistiu em incluir no âmbito de estudo da mudança semântica não só o significado 'lexical' mas também o 'gramatical', porque à partida mais limitado em termos de diversidade e, portanto, mais facilmente generalizável – “Regularities can be found, after all, provided one looks in the right place. This place seems to be grammar.” (Kortmann 1999: 10).

Enveredar-se-ia, assim, por exemplo, por um tipo de abordagem que se identifica como 'gramaticalização'. Não se tratando de um conceito novo, a sua exploração em linguística histórica pretendeu não só generalizar ao nível semântico, mas também alargar (ou discutir) o referido princípio / tendência de 'unidireccionalidade' a mudanças transversais

em termos de níveis de análise. Neste contexto, poder-se-á considerar que a noção de polissemia passará a ser confrontada com conceitos complementares ou alternativos, como os de heterossemia, plurifuncionalidade, forma esquemática, ‘force-dynamic properties’ (sobre este último, v. Brugman 2001), sempre visando uma maior adequação descritiva e / ou explicativa dos fenómenos linguísticos em sincronia e em diacronia.

O conceito de heterossemia, naturalmente derivado do de polissemia, pretende especificar a ocorrência de significados diferentes, mas relacionados, em formas de classes diferentes, abertas ou fechadas (cf. Enfield 2006). Um tipo particular de heterossemia, a heterossemia transcategorial, restringe este tipo de conceito à relação entre formas de classes abertas e fechadas. Visto que a gramaticalização se define (genericamente) como um processo que envolve uma transição de ‘lexical’ > ‘gramatical’, será oportuno considerar a adequação deste conceito para descrever as relações entre formas correspondentes a diferentes estádios de gramaticalização, quer remetendo para a diacronia, quer para a sua co-ocorrência numa dada sincronia. Convirá, no entanto, notar, que a gramaticalização, perspectivada em diacronia, não se restringe a mudança semântica, pelo menos no sentido clássico da expressão, envolvendo tipicamente diferentes níveis de análise. É claro que foi já muitas vezes notado que as mudanças linguísticas que operam num dado nível de análise podem ter reflexos noutra. (Lembre-se, como exemplo, a extensão de alternâncias fonológicas resultantes de metafofia em formas do tipo *fogo* / *fogos* a pares como *olho* / *olhos*, que evidencia a reinterpretação de alternâncias estritamente fonológicas para alternâncias morfo- fonológicas.) Contudo, a gramaticalização tende a ser vista como a mudança transversal, em termos de nível de análise, por excelência.

Um exemplo: a polissemia (?) de *haver*

Apresentam-se em seguida alguns exemplos de ocorrências de *haver* em textos portugueses dos sécs. XIII a XV, de modo a ilustrar algumas questões que se podem colocar a uma análise diacrónica que recorra ao conceito de polissemia. *Haver* ocorre, como em português actual, com

um valor de existencial – cf. 1 – mas nesse tipo de uso concorre em português medieval com *ser* – cf. 1a:

1. *Mas seguyo-se que sempre depois amtre elles ouve muy gramdes guerras*

1a. *mas vos sabeis como eu são vassallo dell rrey de Castella e as pazes que são de hu~a parte a outra* (séc. XV ZPM)

Contrariamente ao que acontece em português actual, *haver* exprime diferentes valores genericamente caracterizáveis como ‘posse’ – cf. 2 – mas, desde os textos mais antigos, encontramos também numerosos exemplos de *ter* – cf. 2a:

2. *As. Nossas meyas casas que nos Auemos em Rua çapateira* (1353 DPs)

2a. *as quaes casas Johã du~nho te~ per plazo do Conue~to do Monsteiro de Poõbeiro* (1365 DPs)

Na verdade, uma análise atenta das ocorrências destes dois verbos parece evidenciar uma diferenciação de valores entre as duas formas (genericamente correspondente a ‘posse estrita’ e ‘posse perspectivada como transitória’ – cf. Brocardo 2006), que virá a desaparecer com a inteira substituição de *haver* por *ter*. Um estudo diacrónico aprofundado desta evolução deverá também, naturalmente, considerar as ocorrências de *haver*, bem como as de *ter*, com outros valores e em diferentes construções, como no seu uso com valor epistémico – cf. 3, 3a e 3b – ou em construções do tipo das que levariam ao seu uso como auxiliares – cf. 4 e 4a:

3. *auedeuos por preso*

3a. *teuese por desonrado desto*

3b. *Outros tijnhã que porque os mouros som grandes estrologos que faziã parece~ça de fantasmas d’omees de caualo. e nõ erã tantos como pareciã* (séc. XIV LLC)

4. *nas sobreditas Casas [...] e e~no sobredito sobrado [...] e e~no sobredito oliual que lhys Assy escambhados Auyã* (1385 DPs)

4a. *porque estaua mazelado das suas herdades que lhi tijinha forçadas dona sancha martijz* (séc. XIV LLC)

Mas será ainda necessário considerar o funcionamento destes verbos como verbos leves em predicados complexos, caso em que uma diferente distribuição, na diacronia, de *haver* e *ter* parece indiciar que o segundo só passa a ocorrer com este tipo de funcionamento mais tardiamente, ou seja, quando *ter* tem já um sentido mais geral que torna esse funcionamento possível (v. Brocardo *ibid.*) – cf. 5 e 5a:

5. *este cõde dõ echigi gicoy auia cõtenda cõ o conde dõ mee~ soarez denouellas* (séc. XIV LLC)

5a. *Capitolo seisto como ell rrey teve conselho sobre a gemte que avia de ficar na çidade* (séc. XV ZPM)

O que se pretendeu (muito brevemente) ilustrar com este exemplo foi um estudo que tome como ponto de partida a caracterização de uma dada forma – neste caso *haver* – como polissémica. Assim, uma caracterização inicial assente na aceção clássica de polissemia – uma forma, vários significados – necessariamente se desenvolverá em termos de aprofundamento da noção, explorando igualmente as relações entre diferentes ocorrências que remetem para a diferentes classes semânticas e sintáticas, bem como para a relação entre diferentes formas ‘em competição’, sincrónica e diacronicamente, na expressão dos valores que lhes estão associados.

Em jeito de conclusão

Em jeito de conclusão, mas também como ponte para futuros desenvolvimentos e discussões, termino sintetizando os dois aspectos que pretendi sublinhar em relação ao tema proposto:

- O conceito de polissemia é crucial, enquanto conceito operativo, para a análise diacrónica, visto que permite delimitar a especificidade da mudança ao nível semântico, evidenciando a necessidade de uma articulação entre fenómenos sincrónicos e diacrónicos.
- O conceito de polissemia pode ser ponto de partida para desenvolvimentos teóricos e metodológicos na análise do funcionamento e evolução de formas e estruturas, tendo em vista a formulação de generalizações. Nesses desenvolvimentos, começando

por assumir a necessária complementação / articulação de perspectivas onomasiológicas e semasiológicas, saliente-se o confronto com conceitos complementares ou alternativos (heterosse-mia, plurifuncionalidade, forma esquemática, ‘force-dynamic properties’...), visando uma maior adequação descritiva e a formulação de hipóteses explicativas.

Referências

- Brocardo, Maria Teresa 2006. “Haver e ter em português medieval. Dados de textos dos séculos XIV e XV”. *Revue de Linguistique Romane* 70, pp. 95-122
- Brugman, Claudia 2001. “Light Verbs and polissemym”. *Language Sciences* 23, pp. 551-578
- Coseriu, Eugenio 1964. “Pour une sémantique diachronique structurale”. In *Travaux de Linguistique et de Littérature* 2, pp. 139-186
- Dworkin, Steven N. 2006. “Recent Developments in Spanish (and Romance) Historical Semantics”. In Face, Timothy L. & Carol A. Klee (eds) *Selected Proceedings of the 8th Hispanic 10 Linguistics Symposium*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, pp. 50-57
- Enfield, N. J. 2006. “Heterosemy and the grammar-lexicon trade-off”. In Ameka, Felix, Alan Dench, & Nick Evans (eds) *Catching Language*. Berlin: Mouton, pp. 297-320
- Kortmann, Bernd 1999. *Linguistik Essentials*. Berlin: Cornelsen
- McMahon, April M. 1994. *Understanding Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press
- Sweetser, Eve 1990. *From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Traugott, Elizabeth Closs 1985. “On regularity in semantic change”. *Journal of Literary Semantics* 15, pp. 155-173.
- Ullmann, Stephen 1957. *The principles of semantics*. Oxford: Blackwell.

Referências das fontes dos exemplos

- (DPs) Martins, Ana Maria 2001. *Documentos portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa: IN-CM
- (LLC) Brocardo, Maria Teresa 2006. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV)*. Lisboa: IN-CM
- (ZPM) Brocardo, Maria Teresa 1997. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara. Edição e estudo*. Lisboa: FCG / JNICT

...PORQUE FOI ASSIM! (NOTAS SOBRE A EXPLICAÇÃO EM DIACRONIA)

Abstract: *Some traditional linguistic studies were characterized by relying on the past in order to 'explain' the present (in very general and perhaps oversimplifying terms). In these studies it was sometimes claimed that only a diachronic approach could account for synchronically observable phenomena. Conversely, in different developments of historical linguistic work, like those in the area of sociolinguistics, the importance of studying synchronic variation was emphasised as a means to better understand past concluded changes. As known, different (not specifically diachronic) frameworks of modern linguistics test their hypotheses against historical data (as well as against data from variation and linguistic diversity) in order to support explicative proposals. In this paper I shall briefly review some key authors (e. g. R. Lass and W. Labov) that have referred to the question of 'explanation' in historical linguistics and I shall present some examples from Portuguese, in order to survey topics like: what is or is not explainable – language change or a specific (observed type of) change?; different types of proposed 'explanations' (e. g. internal vs. external, causal vs. non causal). The objective of these brief notes is to evidence the need for a complementation between the synchronic and diachronic approaches of linguistic phenomena.*

Era uma vez... ou o passado para 'explicar' o presente

Invocar o passado para 'explicar' o presente corresponde (em termos muito gerais e eventualmente de forma simplista) a um tipo de abordagem que caracterizou alguns estudos linguísticos tradicionais. Neles se

pretendia (explícita ou implicitamente) que apenas a diacronia permitiria dar conta de fenómenos sincronicamente observáveis, entre os quais as chamadas irregularidades sincrónicas. Assim, por exemplo, a alo-morfia do radical (alternância da consoante final do radical) de um verbo como *fazer* (cf. *fa[s]o*, *fa[z]es*, *fa[ʃ]*) pode ser explicada como resultando de mudança (na verdade, de mudanças fonológicas ocorridas em diferentes fases de formação da língua) a partir das formas que lhe estiveram na origem e nas quais a referida irregularidade não ocorria (*fa[k]io*, *fa[k]is*, *fa[k]it*).

Uma perspectiva semelhante pode ser adoptada para dar conta da variação sincronicamente observável. Assim, por exemplo, pode ir-se além da simples constatação da ocorrência, em português, de variantes com *haver* ou *ter* para a expressão de existência (cf. *Há pais que dão tudo aos filhos* (PE) / *Tem muita gente aqui* (PB)) traçando o percurso da competição entre os referidos verbos na história da língua, nos seus vários funcionamentos. E, já agora, notando que nas fases mais antigas competiam com *haver* existencial formas derivadas de ESSE, que apenas subsistem em expressões fixas como *Era uma vez...*

Também a comparação entre línguas diferentes pode ser praticada tendo em vista o estabelecimento de relações diacrónicas, quer se trate de parentesco atestado, como, por exemplo, no caso de estudos sobre a família românica, quer se pretenda formular e testar hipóteses sobre relações mais remotas, como acontece na reconstrução. Exemplificando para o primeiro caso, as diferenças entre o português e o francês para exprimir negação em frases como *Não vi nada* / *Je n'ai rien vu* decorre de diferentes alternativas a partir de uma mesma expressão latina (RE(M) NA T A(M)) que adquiriu sentido negativo. Em suma, o passado é, nos casos brevemente exemplificados, a 'explicação' do presente, ou, se quisermos, os fenómenos que ocorrem em sincronia, quer se trate de fenómenos intralinguísticos, quer se trate da própria diversidade linguística, decorrem da diacronia.

O presente para 'explicar' o passado?

Mas, como é sabido, os estudos linguísticos que atribuem à vertente diacrónica uma importância fulcral também podem fazer uso de dados do presente para procurar 'explicação' sobre o passado, cujos dados não são directamente acessíveis, observáveis ou manipuláveis. Por exemplo, em dialectologia é frequentemente sublinhado que a variação sincronicamente observável pode fornecer dados sobre estados anteriores da língua, e nessa perspectiva tem lugar de relevo a observação de comunidades linguísticas mais conservadoras, que em princípio evidenciarão a preservação de formas e estruturas perdidas noutras variedades. Se não se encontra, em rigor, no presente a 'explicação' do passado, este pode, de algum modo, ser recuperado, sobretudo se forem desenvolvidas metodologias adequadas de recolha de dados da variação, que eventualmente permitirão complementar e controlar ou ser controlados por dados baseados em outros tipos de fontes (como fontes escritas, primárias e secundárias, quando existem).

Outro tipo de abordagens genericamente caracterizáveis como variacionistas foram desenvolvidas em linguística histórica na linha da sociolinguística laboviana, nela se tendo desenvolvido novas teorias e metodologias. A ideia chave destas perspectivas era a de observar, em tempo real ou em tempo aparente, mudanças em curso, dessa observação pretendendo formular generalizações sobre padrões de expansão da mudança, eventualmente extrapoláveis depois para o estudo de mudanças ocorridas no passado. A suposta observação da mudança, ou da sua expansão nas comunidades linguísticas, naturalmente incidiria já, ao contrário dos estudos dialectais tradicionais, em grupos linguisticamente inovadores. Também aqui, portanto, poderíamos falar do presente para 'explicar' o passado, no sentido em que a inacessibilidade deste poderá ser ultrapassada através de métodos que partem da observação do presente. Um princípio de uniformidade ('uniformitarian principle') assim definido: «knowledge of processes that operated in the past can be inferred by ongoing processes in the present.» (Christy 1983, cit. Labov 1994: 21) tem suporte nas uniformidades da base biológica da linguagem, mas terá de lidar com o problema crucial da não uniformidade dos aspectos

genericamente caracterizáveis como sociais do funcionamento das línguas, aqueles que, em princípio, condicionarão de modo mais evidente a forma como as mudanças linguísticas se expandem.

Explicar a mudança – fora ou dentro do linguístico?

A noção de explicação, ou de adequação explicativa é, como já foi observado, extremamente variável em linguística (como noutras disciplinas científicas), naturalmente decorrendo do que num dado enquadramento teórico se aceita como tal. A questão é complexa e o seu desenvolvimento estaria muito para além das minhas competências. Limitem-me, por isso, a algumas referências e exemplos. Roger Lass enumera alguns tipos canónicos ou conceptuais de explicação, entre os quais as «genetic or historical explanations» que simplesmente define como baseando-se no conhecimento relativo a dados cronologicamente anteriores a um dado estado de língua e que o terão determinado (Lass 1997: 327).

No tipo de abordagem a que antes me referi, W. Labov decididamente define como condição para definir adequação explicativa, para uma teoria da mudança, o estabelecimento de uma relação com o não linguístico: «To explain a finding about linguistic change will mean to find its causes in a domain outside of linguistics: in physiology, acoustic phonetics, social relations, perceptual or cognitive capacities. A set of propositions that relate general findings about language change to general properties of human beings or of human societies will certainly deserve to be called a theory of language change.» (Labov 1994: 5). Mas vejamos, numa perspectiva completamente diferente, um exemplo, de resto bem tradicional, da procura de 'explicações' dentro do linguístico. Para a alternância do timbre da vogal tónica observável em português em casos como *p[o]vo* / *p[ɔ]vos* (PÖPULU(M) / PÖPULOS), encontramos numa gramática histórica a seguinte explicação: «A pronúncia do o final se tornou [u] em data precoce (...). Esse extremo fechamento da vogal final aumentou seu efeito assimilador sobre a vogal tónica. (...) o o do final –os não admitiu essa pronúncia fechada até depois do tempo de acção da metafoia; por conseguinte, o final –os não tinha nenhum

efeito sobre a vogal tónica.» (Williams 1975³: §100). Mas se pensarmos num exemplo como [o]lho / [ɔ]lhos, em que, sincronicamente, se verifica exactamente o mesmo fenómeno, a explicação será já outra: «O [o] de *olho* é devido à palatal (...) e o [ɔ] do plural *olhos* se desenvolveu pela analogia com os substantivos em que a metafonía ocorreu no singular. (ibid.).» Temos, portanto, um primeiro passo que nos fornece a identificação do tipo de mudança envolvido, neste caso a explicitação dos factores linguísticos condicionantes, que serão de ordem fonológica num caso (metafonía) mas não no outro (analogia). A informação do gramático permite-nos, pois, estabelecer que a alternância devida a mudança fonológica, como a do primeiro exemplo, terá sido reanalisada como alternância morfofonológica (visto que ocorre em palavras morfológicamente relacionadas) só assim se explicando a sua expansão, por analogia, a formas em que a metafonía não actuou. Uma hipótese de explicação possível para essa expansão da alternância, ou seja, para a mudança normalmente caracterizada como analógica, pode talvez encontrar-se numa das famosas 'leis' de Kurylowicz (19952: 127) sobre analogia, segundo a qual a marcação complexa de categorias gramaticais tende a substituir uma marcação simples, ou seja, haveria uma preferência por uma marcação mais 'overt' (de acordo com a interpretação da referida lei em McMahon 1994: 77). O que pretendo aqui sublinhar é que considerar uma generalização deste tipo poderá constituir já um avanço, pelo menos em relação à descrição estrita de Williams, se entendermos que podemos falar de 'explicação' quando se atinge a «description of a phenomenon as an example of a more general phenomenon.» (Heine 1994, cit. Lass 1997: 331).

Problemas!

Mas será a referida generalização, em concreto, adequada para dar conta de casos semelhantes? Na verdade, há vários problemas que não podem ser escamoteados.

Por um lado, há contra-exemplos assinalados intra e interlinguisticamente. Em português, embora a tendência mais geral pareça ter sido a da expansão da alternância vocálica a formas sem metafonía, ela nem

sempre se verifica (cf. formas sem alternância como *rolo(s)*, *globo(s)*, apesar das hesitações dos falantes em *acordo(s)*, por exemplo). Como já foi sublinhado, a tendência para a extensão de alternâncias originadas por metafonia verifica-se na história de algumas línguas, como o alemão, mas não noutras, nomeadamente o inglês.

Por outro lado, a tendência assinalada aparentemente contraria outras generalizações, como uma tendência para a uniformidade, que também parece ter operado m português, embora em formas com vogais diferentes. Cf.: «Em alguns adjectivos com *ẽ* radical do latim clássico, a metafonia ocorreu no masculino singular e plural: *avesso(s)*, *ledo(s)* [e]. E o *e* do feminino singular e plural se fechou pela analogia com o masculino singular e plural: *avessa(s)*, *leda(s)* [e].» (Williams 1975³: §126).

Resolução de conflitos

Facilmente se concluirá que, para dar conta de forma minimamente coerente de fenómenos como o exemplificado, sem escamotear (supostos) contra-exemplos e tendências contrárias, há que enquadrar a descrição / explicação num modelo adequado.

Cite-se, a título de exemplo, a Morfologia Natural, que pretende ter avançado para uma descrição / explicação mais sistemática e exaustiva das mudanças morfológicamente condicionadas. Neste quadro, a investigação em linguística histórica tem-se centrado em mudanças condicionadas por factores linguísticos, isto é, internos ou gramaticais (“grammar-initiated change”), pressupondo uma dicotomia, admitidamente simplificada, entre origem e difusão da mudança e defendendo que os factores não linguísticos (sociais) só terão especial relevância na difusão da mudança, não na sua origem (Dressler 2003: 462). Genericamente, a Morfologia Natural pretende que a mudança morfológicamente condicionada tenderá para um incremento de fenómenos morfológicos ‘mais naturais’ ou ‘menos marcados’, entendendo ‘naturalidade’ como um conceito relativo e não absoluto. A naturalidade relativa de um dado fenómeno é determinada por uma combinação de parâmetros gerais ou universais (iconicidade construcional, uniformidade

e transparência) e parâmetros 'language specific' (a definir em função de uma criteriosa descrição das propriedades morfológicas de uma dada língua). Quanto mais natural for um dado fenómeno morfológico em relação a um dado parâmetro mais estável será, tendendo a resistir à mudança morfológica (mas não a mudança de outro tipo, fonológica ou sintáctica). O modelo prevê conflitos de naturalidade, quer entre diferentes níveis (naturalidade morfológica vs. naturalidade fonológica, por exemplo), quer entre diferentes parâmetros morfológicos. Assim, a extensão da alternância vocálica na flexão nominal de número originada em formas com metafoia, como nos exemplos acima, poderá ser entendida como um caso em que um tipo de transparência (morfofáctica) prevalece sobre a uniformidade. Porém, o estatuto de formas deste tipo, em que uma categoria é marcada de forma redundante (no sufixo e no radical), não é perfeitamente claro na teoria. Alternâncias semelhantes às que ocorrem nos exemplos do português (embora diferentemente motivadas) foram caracterizadas como 'menos do que maximamente icónicas' (Wurzel 1989) ou 'hiper-icónicas' mas 'marcadas', i.e., não naturais, o que poderia representar um problema para o modelo, que prevê uma relação directa entre iconicidade construcional e naturalidade (Salmons 1994: 215). As hipóteses de explicação poderão, no entanto, passar pela interpretação dos fenómenos como resultantes de conflitos de naturalidade nos termos referidos. Essas hipóteses poderão ainda incluir a consideração de parâmetros de naturalidade específicos da língua ('language-specific, system-dependent naturalness', Dressler 2003: 468), por exemplo decorrentes do tipo de flexão preponderante, dos tipos de categorias marcados morfológicamente, da frequência de ocorrência de formas, da dimensão dos paradigmas, etc., o que deverá permitir explicar as diferenças observadas interlinguisticamente.

Explicar o quê? Como?

Depois da exemplificação apresentada, cumpre determo-nos no que, afinal, pretendemos ser capazes de 'explicar'. Segundo Lass (1997: 325), «People have tried to explain why linguistic change should occur ever since they became aware of it. There are two major sub-issues: (a)

why should any change at all occur? (...) (b) why should some particular observed (type of) change have occurred? Question (a) at present has no agreed-on technical answer (Though of course there are pseudodoxia like the common belief that change is due to human sloppiness and refusal to read grammar-books).» Ironias à parte, estamos decididamente a procurar (apenas...) respostas à pergunta (b), ou seja, a procurar a explicação para uma mudança, não para a mudança. Assumir isso, seria, mesmo assim, apontar para a procura de uma explicação de um dado tipo, para o qual remete o 'porque' que no título deste texto propositamente foi usado, ou seja, a causalidade, que implicitamente se associa à funcionalidade em modelos como o que foi referido.

Mas na verdade o que mais frequentemente se pratica em linguística histórica é, em concreto, a descrição de uma dada mudança e a identificação dos factores que a condicionaram, para depois procurar uma generalização adequada, necessariamente dentro de um dado modelo teórico, em consonância com a metodologia apropriada. E sempre, claro, identificando os problemas da (pretensa) explicação avançada. Sem problemas nunca teria havido avanços, em linguística histórica ou em qualquer outra disciplina.

Em jeito de conclusão, limito-me a transcrever o 'programa de trabalho' de April McMahon, defendendo uma interligação das perspectivas sincrónica e diacrónica nos estudos linguísticos, que espero ter conseguido de algum modo ilustrar acima. É, portanto, um princípio, não um fim:

«I shall be presenting synchronic and diachronic linguistics as inextricably linked, and adopting the view that studying language involves the examination and comparison of distinct language stages and systems, which may be profitably analysed using models and theories developed in synchronic studies; conversely, these models can be usefully tested against historical data, and cannot be considered complete if they do not allow for the incorporation of change into the grammar. (...) understanding language change means understanding language better.» (McMahon 1994: 9, 10)

Referências bibliográficas

- Dressler, W. U. (2003) Naturalness and Morphological Change. In B. D. Joseph & R. D. Janda (eds) *The Handbook of Historical Linguistics*. Cambridge USA / Oxford UK: Blackwell, pp. 461-471
- Kuryłowicz, J. ([1945-1949] 1995) The nature of the so-called analogical processes. (La nature des procès dits ‘analogiques’ (Trad. de M. E. Winters) *Acta Linguistica* 5, Copenhagen, pp. 17- 34,) *Diachronica* 12.1, pp. 113-145
- McMahon, A. M. S. (1994) *Understanding Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press
- Salmons, J. C. (1994) Umlaut and plurality in Old High German. Some problems with a Natural Morphology account. *Diachronica* 11, 2, pp. 213-229
- Williams, E. B. ([1939] 1975³ (trad. port.) *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro
- Wurzel, W. U. (1989) (trad. ingl.) *Inflectional Morphology and Naturalness*. Dordrecht: Kluwer

NÓTULAS HISTÓRICAS

– UMA (RE)LEITURA DE CAMPOS (2000)

Abstract: *Starting with a brief review of Campos (2000), this paper concentrates on the diachronic facet of the article, and in particular on the evolution of the Portuguese compound perfect. Assuming that the diachronic perspective should complement the synchronic analysis, the paper emphasises the relation between the specificity of this tense form (as opposed to other Romance languages) and its historical development.*

I have learned many things with Henriqueta Costa Campos. I just hope I have been able to evidence that her work on Portuguese linguistics, whose importance is widely recognised, can also be a starting point for historical studies.

Justificação

Procurando ir ao encontro de uma das ideias de partida do 5 WGT em Gramática e Texto, o presente trabalho partiu da (re)leitura de um dos textos da bibliografia de Henriqueta Costa Campos. Trata-se do texto publicado, em 2000, nas *Actes du XXII^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes* (XXII CILPR), num volume com o sugestivo título "Nouvelles ambitions de la Linguistique Diachronique" e que teve como base a comunicação apresentada no congresso ocorrido em Bruxelas em 1998. Embora a autora afirme expressamente, logo no início, que «Il ne s'agit pas d'une recherche historique» (Campos 2000: 57), entenderam os organizadores do XXII CILPR que a sua apresentação se enquadrava nesta secção, certamente tendo em conta o facto de

o tratamento do tema proposto – 'les formes composées du *prétérit* en portugais' – incluir diversos dados diacrónicos relevantes.

Dada a área de estudos em que tenho centrado a minha investigação, foi esta vertente diacrónica do trabalho de Campos que me deu pretexto para me abalançar ao exercício de releitura que aqui apresento. Procurarei, portanto, sobretudo explorar os dados e referências que mais directamente apontam essa vertente, relembrando alguns aspectos, conhecidos, que considero importantes para um tratamento diacrónico do tema proposto e terminando com sugestões de desenvolvimento dos tópicos a explorar. O meu trabalho* assume assim uma leitura 'histórica' do texto de Campos, que toma como ponto de partida para aduzir algumas nótulas sobre a evolução das formas compostas do *prétérito* perfeito e *mais-que-perfeito* (em especial o primeiro).

Os objectivos e as hipóteses

Campos (2000) começa por declarar um objectivo duplo, que corresponderia a construir uma argumentação que permita tanto (i) compreender por que tem o *prétérito* perfeito composto (PPC) em português um valor aspectual / temporal distinto do das restantes línguas românicas, como (ii) procurar mostrar que as formas simples e composta do *mais-que-perfeito* podem corresponder a interpretações aspectuais distintas.

(i) A hipótese inicial da autora para procurar explicar a especificidade do *prétérito* perfeito composto em português é que ela decorre da diferença do auxiliar (*ter* e não *haver*), diferença por sua vez decorrente do contraste original dos verbos derivados de HABERE / TENERE enquanto verbos lexicais. O facto de o *mais-que-perfeito* composto ser também construído com *ter* leva à reformulação desta primeira hipótese – a especificidade do PPC decorre não só da construção com o auxiliar *ter*, mas também da sua combinação com o tempo presente.

(ii) O segundo objectivo enunciado voltaria a ser explorado pela autora em trabalho posterior, justamente com o título "Para a unificação

* Agradeço à Clara (Nunes Correia) a paciência para responder a algumas perguntas, discutir várias coisas e fornecer leituras. Os erros, claro, são inteiramente meus.

dos valores do Perfeito e do Mais-que-Perfeito em Português" (Campos 2005). Campos daria, pois, continuidade ao tratamento desta temática, no sentido de apontar algum paralelismo entre os contrastes formais e semânticos que, sendo evidentes, em português actual, para o perfeito (*O João publicou / tem publicado muitos artigos*), são menos óbvios para o mais-que-perfeito (*Quando foi contratado, o João (já) publicara / tinha publicado muitos artigos*) (exemplos meus). Em função deste objectivo, o texto combinará nalguns pontos a análise das duas formas verbais – perfeito e mais-que-perfeito – sugerindo uma possibilidade de as formas simples e composta do segundo terem (poderem ter) diferentes valores aspectuais. Assim, quando em português contemporâneo subsiste uma co-ocorrência de ambas as formas (nomeadamente em registos literários) isso implica, segundo a autora, que subsiste a possibilidade de um contraste eventualmente (mais) produtivo em fases anteriores da língua (o que infiro da análise exposta). A análise de um excerto de Fernão Lopes em que ambas as formas, simples e composta, ocorrem em sequência leva Campos a defender que a opção por uma delas pressupõe que o autor privilegia, respectivamente, a culminação ou o estado resultante do evento linguisticamente construído. Não há, portanto, uma total sobreposição, mesmo se as duas formas têm o mesmo valor têmporo-aspectual de base (cf. Campos 2000: 60. Cf. também Campos 2005: 136-137).

A vertente diacrónica

As considerações da autora em torno dos funcionamentos do perfeito e mais-que-perfeito motivam um excursão diacrónico que se traduz no trabalho de Campos essencialmente pela apresentação e análise de alguns exemplos extraídos de textos medievais, em particular a *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes (partes I e II) I e o *Testamento de Afonso II* de 1214, bem como por algumas referências a dados da evolução *haver* > *ter* e a estudos diacrónicos (de Azevedo Ferreira e Said Ali).

De certa forma, portanto, sugere-se que a diacronia poderá ser complementar da descrição sincrónica. Tomarei este pressuposto como

ponto de partida para aduzir algumas 'nótulas' sobre os aspectos a considerar na evolução das formas verbais em análise, ocupando-me em particular do pretérito perfeito.

Dada a peculiaridade do funcionamento do PPC em português em contraste com outras línguas românicas, será relevante explorar a hipótese de existir uma relação entre essa especificidade, observável na sincronia actual, e o percurso diacrónico da construção que esteve na sua origem. Recorde-se que o português tem em comum com as restantes línguas da família a inovação (panromânica), que consiste justamente no desenvolvimento de uma forma composta (composta por um auxiliar de 'posse' + particípio passado) ao lado do pretérito perfeito simples (PPS), esta continuação da forma latina. Em contrapartida, delas diverge, em termos gerais, relativamente ao auxiliar, tendo vindo a generalizar-se *ter* (< TENERE) em português, em contraste com a grande maioria das línguas românicas, que dão continuidade a descendentes de HABERE. Como referido acima, Campos (2000: 60) começa por sugerir que este facto poderia estar na base de uma hipótese explicativa sobre a diferenciação de valores que viria a observar-se em português para o PPC. Mas, como também já foi referido, esta hipótese não é inteiramente satisfatória, dado que, por exemplo, o mais-que-perfeito composto tem igualmente *ter* como auxiliar e, no entanto, ele «est marqueur de la construction d'une occurrence singulière» (Campos 2000: 58). Acrescente-se ainda que poderá não existir uma relação obrigatória entre o tipo de valores marcados pelo PPC em português e o uso do auxiliar *ter*, ou seja, poderá haver outro tipo de argumento que leva a abandonar a hipótese esboçada, como notam Squartini & Bertinetto (2000: 428, n. 10): «One might wonder whether the restriction on this particular interpretation of the Portuguese C[ompound] P[erfect] [durativo ou iterativo incluindo o tempo de enunciação, que é presente] is due to the presence of the auxiliary *ter* instead of *haver*. This is a reasonable hypothesis in itself; but note that some varieties of Latin American Spanish [...] seem to behave in the same way, despite the presence of the auxiliary *haber*.».

Noutro aspecto ainda, diverge o português, em maior ou menor grau, das restantes línguas românicas, e esse será, em meu entender, um facto

essencial na diferenciação de valores do PPC, tendo decisivamente contribuído para o tipo de funcionamento peculiar desta forma em português. Refiro-me à conservação 'plena' do PPS, no sentido em que o uso desta forma não se encontra restringido por factores decorrentes, por exemplo e muito genericamente, do tipo de registo (ou de outros factores, por exemplo de ordem textual. Cf. Squartini & Bertinetto 200: 417). Nesta hipótese, portanto, admite-se que é o facto de, ao contrário do que aconteceu com outras formas verbais simples, cuja frequência de ocorrência foi diminuindo ao longo do tempo (como no caso do mais-que-perfeito), o PPS ter tido continuidade em português que propiciou uma diferenciação de valores entre as formas simples e composta, com contrastes muito sensíveis entre si.

Uma interpretação deste género é referida por Squartini & Bertinetto (2000). A questão por eles colocada é de saber se o funcionamento observado em português para o PPC poderia entender-se, como outros propuseram, como representativo de um estágio diacrónico intermédio entre o puro resultativo (numa fase anterior à gramaticalização das construções com HABERE + PP) e o puro perfectivo (em que o PPC inteiramente assume os valores antes marcados pela forma simples, incluindo variedades em que esta forma é virtualmente inexistente). Simplificando um tanto a análise proposta, os autores acabam por inclinar-se para a ideia de que o português não representaria um estágio intermédio da evolução mais geralmente observada nas línguas românicas, a que os autores chamam «aoristic drift», mas representaria antes o resultado de uma evolução independente, possivelmente motivada pelo facto de o PPC ter tido continuidade como forma inteiramente 'produtiva' (mas o termo aqui usado é meu). Nas suas palavras: «we would venture to suggest that Portuguese might plausibly attest a situation which points towards a radically diverging orientation, as compared to the remaining Romance languages. Namely Portuguese might have privileged the S[imple] P[perfect] rather than the CP (...). In other words, the Portuguese situation might simply exhibit one possible outcome of the frequent conflict arising between past tenses competing for the same (or for a too similar) semantic territory.» (Squartini & Bertinetto 2000: 420).

Procurando explorar esta análise, eu diria que a competição entre formas que, na maioria das línguas românicas, se saldou por uma tendência para a preponderância do PPC, foi no caso do português 'ganha' pelo PPS, que continuou a ocorrer com valores que foram sendo adquiridos pelo PPC em muitas outras línguas. Mas este facto – a continuidade do PPS – deixou espaço para que o PPC assumisse outros valores.

Nótulas para um estudo diacrónico do PPC em português

Numa tentativa de sistematização dos aspectos a considerar e a explorar na evolução do PPC que levaria à situação observável na sincronia actual, optando, portanto, por uma abordagem especificamente diacrónica da questão, teríamos: (a) a alternância de construções com *haver* e *ter*; (b) a alternância de valores nestas construções – leitura resultativa / leitura de tempo composto, neste último caso com valores a especificar em diferentes sincronias; (c) contraste entre as formas de tempo composto e a forma simples, a caracterizar em diferentes sincronias.

Não poderia (nem saberia) desenvolver aqui todos estes aspectos. Limito-me, por isso, a aduzir as tais 'nótulas', que, claro, estão longe de constituir o desenvolvimento de qualquer uma das alíneas enunciadas.

Quanto à alternância entre *haver* e *ter* em português (que redundaria na substituição do primeiro quase inteiramente pelo segundo, como é sabido) o estudo dos dados da diacronia não deve basear-se exclusivamente (nem mesmo centralmente) na frequência relativa de formas destes dois verbos. A razão é simples: em português antigo (possivelmente até ao século XIV, sendo difícil precisar uma delimitação cronológica mais estreita) *haver* e *ter* não são semanticamente equivalentes. Considerando o seu funcionamento como verbo principal 'pleno', *haver* denota 'posse' estrita (parafraseável por *pertença*) ou, em termos mais gerais, abarcando todos os tipos de objectos possíveis, uma relação que é perspectivada como 'permanente' ou 'inerente'. Em contraste, *ter* denota 'posse', ou melhor, uma relação que é perspectivada como transitória (esta diferenciação é particularmente evidente em textos medievais cuja função é justamente formalizar e / ou transmitir diferentes

tipos de 'posse', como testamentos, escrituras de compra e venda, empra-zamentos). Vejam-se os exemplos (1) e (2) em contraste com (3) a (5):

1. *a outra herdade que quia toda a leixou a dõ meen garcia seu primo* (LLC fin. XIV?)
2. *a mh~a matade de todolos be~es que eu ey cõ meu Marido* (DPs 1383)
3. *as quaes casas Johã dunho te~ per plazo do Conue~to do Monsteiro de Poõbeiro* (DPs 1365)
4. *E teue del dõ Rodrigo gomez de trastamar o condado de trastamar que el tijnha del Rei en tee~ça e~ toda a sa uida* (LLC fin. XIV?)
5. *A uera cruz nõ teedes aqui* (LLC fin. XIV?)

O mesmo tipo de contraste parece ter contrapartida nas construções 'resultativas', como se infere do confronto de (6) e (7):

6. *e~ escambho dadas e outorgadas Auyã [as casas]* (DPs 1385)
7. *ou lhis ficarom per morte dalgu~as pessoas que os delas teuessem Emprazados ou Afforados* (DPs 1357)

(Para uma argumentação em torno desta análise e também sobre *haver* / *ter* como verbos 'leves', cf. Brocardo 2006).

Quando começam a ocorrer construções de *haver* / *ter* + PP que evidenciam uma gramaticalização como tempo composto, isso pressupõe uma perda do valor lexical dos verbos em causa ('dessemantização' ou 'bleaching'), naturalmente implicando que não há já contraste entre eles. Em princípio, é *haver* que se posiciona inicialmente como preenchendo as condições de poder ser um auxiliar, porque de sentido mais geral, e isso de certo modo espelha-se no facto de *haver* ser mais frequente nestes casos do que *ter*, num período inicial (cf. 8 e 9). A generalização do sentido de *ter* como verbo principal (a generalização do seu valor 'lexical'), virá, porém, contrariar esta tendência, e assim, no século XV há já muitos exemplos de construções de tempo composto com *ter* (cf. 10). (Veja-se, porém, Pereira & Cardoso 2003, com exemplos anteriores).

8. *E pera ffaser certo o dito Apariço domingjs que os ditos herdame~tos e béés eran seus como dito ha* (DPs1350)

9. *E forõ cõ el na busca da uera cruz por saluame~to da fe de iesu cristo e de toda a cristijdade asi como auemos mostrado. (LLC fin. séc. XIV?)*
10. *Ora pois elles são lamçados em suas çilladas e nos quere~ emganar, e emganemos nos a elles, e tenho cõsyrado per esta guisa que vos direy (ZPM fin. XV?)*

Em qualquer caso, e como já observado em Campos (2000: 58) a propósito de outros exemplos, evidencia-se aqui a construção de uma ocorrência singular. Ou seja, o PPC não mostra sinais dos valores durativo ou iterativo, pressupondo a inclusão do tempo de enunciação, característicos do PPC em português actual. Correndo o risco de uma simplificação excessiva, diria que se aproxima mais do valor que actualmente se observa em variedades de castelhano standard. Dados deste tipo poderiam talvez dar suporte à hipótese acima referida de Squartini & Bertinetto (2000). O funcionamento do PPC em português actual não corresponde a uma fase intermédia do «aoristic drift», como os autores sugerem, mas uma mudança divergente, de certo modo independente, sofrida por esta forma verbal em português. E, talvez se possa agora acrescentar, essa mudança terá ocorrido posteriormente no percurso diacrónico da língua. Mas naturalmente que este tipo de generalização terá de vir a ser sustentada em estudos diacrónicos com os instrumentos de análise adequados, recolhendo, seleccionando e descrevendo ocorrências devidamente contextualizadas em função de diferentes parâmetros. Termino apenas com uma breve observação que pretende de certo modo complementar o que até aqui foi dito sobre a evolução do PPC. Além da questão, complexa, da gramaticalização das construções com *haver* / *ter* [pres] + PP, será ainda oportuno considerar dados relativos a construções formalmente paralelas, mas com formas verbais derivadas de < ESSE, que ocorrem com verbos inacusativos em português medieval alternativamente à forma de PPS, como nos exemplos (11) e (12):

11. *E esto he que o velho que ally estaa por capitão he partido pera o seu rregno (ZCPM fin. séc. XV?)*

12. *E se na vida elle fora acompanhado, por rrezão do ofiço que tinha, ne~ na morte ão partio soo pera aquella ymfernall cõpanhia pera que (...)* (ZCPM fin. séc. XV?)

Correspondendo este tipo de construção à continuação formal dos tempos compostos dos depoentes latinos, e não uma inovação românica, como é sabido, não se coloca aqui, naturalmente, a questão da sua gramaticalização. Seria, pois, relevante analisar atentamente dados deste tipo, sobretudo no sentido de procurar determinar se há contrastes semânticos entre as formas simples e composta e se / como essa relação varia diacronicamente. Conviria também, como já procurei sublinhar noutro trabalho a propósito do mais-que-perfeito (Brocardo 2009), ter em consideração estes dados para aferir da gramaticalização das construções com *haver* / *ter*, assinalando a emergência de construções com verbos inacusativos com os novos auxiliares, ou seja, a extensão destes na formação do PPC com verbos que inicialmente apenas ocorrem com formas de < ESSE.

Tive já ocasião de declarar publicamente que aprendi muitas coisas com Henriqueta Costa Campos. Não podia agora deixar escapar a oportunidade de o escrever.

Só espero ter sido capaz de mostrar o que para mim se tornou ainda mais óbvio ao longo deste meu 'exercício': *Ler Campos* resulta (e certamente continuará a resultar) como uma parte extremamente enriquecedora da linguística do português.

Referências

- Brocardo, M. T. (2006) *Haver e ter em português medieval. Dados de textos dos séculos XIV e XV. Revue de Linguistique Romane* 70, pp. 95-122
- Brocardo, M. T. (2009) Mais-que-Perfeito em português – elementos para um estudo diacrónico. Comunicação apresentada à *Conferência Internacional sobre Gramática e Texto – GRATO*. Lisboa, FCSH – UNL
- Campos, M. H. C. (2000) Sur les formes composées du prétérit en portugais. In A. Englebert et al. (eds) *Actes du XXII^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes* (Bruxelles 1998) Vol. II, 57-63

- Campos, M. H. C. (2005) Para a unificação dos valores do Perfeito e do Mais-que-Perfeito em português. In: D. Carvalho et al. (eds). *Des(a)fiando Discursos. Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques*. Lisboa: Universidade Aberta, 133-139
- Squartini, M. & P. M. Bertinetto (2000) The Simple and Compound Past in Romance languages. In: Ö. Dahl (ed.) *Tense and aspect in the languages of Europe*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter

Fontes dos exemplos

- (DPs) Martins, A. M. (2001) *Documentos portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa: IN-CM
- (LLC) Brocardo, M. T. (2006) *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV)*. Lisboa: IN-CM
- (ZCPM) Brocardo, M. T. (1997) *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara. Edição e estudo*. Lisboa: FCG / JNICT

FORMA, CONSTRUÇÃO E SIGNIFICADO – NÓTULA SOBRE GRAMATICALIZAÇÃO E ANALOGIA

Abstract: *In some grammaticalization studies, the relevance of 'constructions' has been emphasized (e. g. Traugott 2003) and, more recently, the relation between grammaticalization and construction grammar frameworks has been discussed (Noël 2007). Section 1 presents a very brief review of these topics and in sections 2 and 3 I try to explore two different cases of grammaticalization in Portuguese – the Romance synthetic future and the constructions with 'have' and 'be' + PP > compound tense. My purpose is to hypothesize on differences in what concerns the role of relations between parallel constructions as analogical motivation for grammaticalization processes.*

Em trabalhos (relativamente) mais recentes sobre gramaticalização, tem-se enfatizado a importância de considerar o processo de 'recrutamento de material gramatical a partir de material lexical' como implicando de algum modo a noção de construção. Embora a ideia não seja de todo nova, os pressupostos e implicações de considerar a gramaticalização de construções além de / em vez de itens lexicais têm sido amplamente debatidos e explorados por autores de referência na área (Traugott 2003 é exemplo paradigmático). O desenvolvimento deste tipo de questões veio também a motivar discussões sobre a relação entre teorias ou, talvez melhor, enquadramentos de estudo, diferenciados, a saber, gramaticalização e gramática de construções (Noël 2007).

A apresentação propõe como hipótese de trabalho (muito) preliminar uma abordagem do processo de gramaticalização de construções do português com *haver* / *ter* + PP, insistindo na ideia, já formulada em trabalhos anteriores (p. ex., Brocardo 2009), de uma motivação analógica do referido processo, desencadeado pela co-ocorrência de construções formalmente paralelas, já plenamente gramaticalizadas na expressão de valores têmporo-aspectuais (perífrases com formas derivadas de ESSE + PP).

1. Introdução – Gramaticalização de uma 'forma' ou de uma 'construção'?

A definição canónica de 'gramaticalização' corresponde a (1 item) *lexical* > *gramatical* mas os exemplos típicos apresentados na literatura para ilustrar este tipo de processos envolvem necessariamente não os itens lexicais isolados, mas sequências morfossintáticas, ou 'construções,' como há muito foi notado, o que pode ser aferido, aliás, confrontando, por exemplo, a definição de gramaticalização de Hopper & Traugott (2003²: xv):

«the process whereby lexemes and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions». (sublinhados meus).

Neste tipo de definições, o termo 'construção' é usado de forma até certo ponto pré-teórica, tal como assumido em Traugott (2003: 625), no sentido em que não implica a noção instituída na gramática de construções (GC). Este modelo, desenvolvido inicialmente em abordagens de carácter essencialmente teórico e / ou descritivo sincrónico, ao contrário da gramaticalização (GZ), tem mais recentemente desenvolvido propostas de uma GC 'diacrónica'. A questão da possível relação entre as duas abordagens, nomeadamente a possível integração das duas perspectivas ou quadros, foi recentemente objecto de reflexão em Noël (2007), que discute a possibilidade de a GZ (na aceção de área de estudo) poder simplesmente tornar-se a vertente diacrónica da GC, ou se, pelo contrário, tem razão de ser uma GC diacrónica, como um quadro independente.

Nas definições 'clássicas' de gramaticalização, esta é definida como incidindo sobre a 'palavra' ou o 'morfema' (em, respectivamente, Meillet 1912 e Kurylowicz 1965. Cf. Noël 2007: 3), mas explicitações posteriores da natureza do processo tendem a incluir e mesmo a enfatizar a ocorrência destas 'formas' (designação minha) em construções contextualizadas de forma específica, ou seja, 'construções'. Cf., por exemplo:

«Grammaticalization is a process leading from lexemes to grammatical formatives. A number of semantic, syntactic and phonological processes interact in the grammaticalization of morphemes and of whole constructions. (Lehmann 2002²: vii)

«... the change whereby lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions and, once grammaticalized, continue to develop new grammatical functions”. (Hopper & Traugott 2003²: 18) (sublinhados meus)

A questão é que enquanto para a GZ a noção de 'construção' refere, por contraste com 'palavra', 'item lexical' ou 'morfema', uma sequência (designação que aqui uso de forma propositadamente neutra) que inclui mais do que uma palavra, na GC palavras e morfemas são já, por definição, 'construções', visto que estas podem, na teoria, ser complexas ou atômicas.

2. Um exemplo clássico – o futuro românico

Retomo aqui um dos mais citados exemplos de gramaticalização, o do chamado futuro românico, correspondendo, esquematicamente, a:

V-INF + *habere*-PRES > (...) > futuro sintético *cantare habeo* > (...) > *cantarei* [Cf.: *cantare debeo*, *cantare volo*...]

Perante este exemplo, será mais apropriado sustentar que houve gramaticalização de um dado item (*habere*) numa construção particular, ou que uma construção (V-INF + 'modal') gramaticalizou quando nele ocorria um item lexical particular? Em qualquer caso, o processo teve o duplo efeito de cisão (*split*) entre, por um lado, as diferentes instâncias

de *habere* e, por outro, as diferentes 'construções' correspondentes a V-INF + 'modal'- PRES, visto que estas seriam, supostamente, de algum modo formal e semanticamente paralelas em latim (vulgar).

Mas poder-se-ia ainda considerar aqui um outro aspecto diacronicamente relacionado, e que virá constituir um elemento pertinente para uma análise mais abrangente deste processo (representando, pois, num certo sentido, uma complicação adicional). Em português (como em outras áreas da România), coexistem com as formas gramaticalizadas de futuro sintético (*cantarei*) perífrases com *haver* + *de* /*a* /*Ø*) + INF (*hei de /a / Ø cantar*). Vejam-se os exemplos seguintes, que pretendem ilustrar esta competição de formas, assinalável desde o período mais antigo atestado da história da língua, para a expressão de valores de tempo e modalidade:

1. *E feze les <ta qua> agudas quales aqui ouirecdes* (NT c.1214)
2. *Senhor os que aqui estã oie este dia uos farã ue~cer ou hy todos prenderemos morte.* (LLC fin. séc. XIV)
3. *E nã dultedes que pela sua uertude. e por os boos fidalgos uosos naturaes que aqui teedes Auedes de ue~cer estas lides. e uos auedes de ue~cer primero.* (LLC fin. séc. XIV)
4. *Senhores este he o noso dia e~ que auemos d'escrarecer.* (LLC fin. séc. XIV)
5. *E este he o dia e~ que auemos semelhar nosos auoos que gaanharõ a espanha.* (LLC fin. séc. XIV)

Uma suposta integração da noção de construção em GC na área da GZ pressuporia incluir, além dos processos já claramente definidos neste quadro (e largamente testados empírica e teoricamente), outros processos cujo estatuto não é consensualmente aceite em diferentes abordagens desenvolvidas nesta área de estudos, como fixação da ordem de palavras, criação de padrões abstractos (de ordem de palavras ou morfemas, por ex.).

Isto poderia levar a uma excessiva generalização do conceito de gramaticalização, que equivaleria 'mudança gramatical' em geral. Incluindo processos analógicos, reanálise e mesmo mudanças originadas por contactos de línguas.

A meu ver, isto seria indesejável, tal como parecem geralmente pouco produtivas as propostas de excessiva generalização de conceitos, como Hock (2003) sobre a analogia. Deixo aqui apenas esta brevíssima nota, e nem sequer afloro as implicações de sentido inverso, ou seja, uma hipotética integração das abordagens desenvolvidas em GZ na GC (sobre a questão, v. Noël 2007, que também não me parece ser perfeitamente conclusivo sobre este aspecto).

3. Gramaticalização e analogia (a propósito de *haver*, *ter* e <(lat.) *esse* + PP)

Um dos tópicos recorrentes em GZ é o da relação deste tipo de processos com «the mechanisms by which grammaticalization takes place: re-analysis, primarily, and analogy, secondarily.» Hopper & Traugott (2003: 32).

Esta minha nótula incidirá apenas no segundo, sobre o qual Lehmann (2005: 159) defendeu que só em certos casos «analogy directs the course of grammaticalization».

Como exemplo, refere este A. justamente o mesmo exemplo a que antes fiz referência, o do futuro românico, considerando a gramaticalização em «conjugation suffixes» das formas de *habere*. Neste processo, de acordo com a sua análise, a evolução de sequências do tipo *cantare habeo*, em latim, para *cantarei*, *chanterai*, etc., em romance, em vez da sequência verbal coexistente do tipo *habeo cantare*, foi coadjuvada pelo modelo analógico de categorias de tempo / aspecto / modo expressas na posição pós tema verbal. Em casos deste tipo, a relação analógica teria sido necessária para motivar o percurso específico do processo de gramaticalização envolvido, embora não a gramaticalização de verbo de 'posse' em marcador de categorias verbais. Além disso, defende que a motivação analógica está ausente em muitos outros processos, que caracteriza como «pure grammaticalization» (ibid.)¹. Sendo assim, e levando mais longe as afirmações de

¹ Retomo aqui observações já feitas em trabalhos anteriores, como Brocardo 2009a e 2009b.

Lehmann, a relação analógica que motiva a mudança, ou que actua como seu factor condicionante:

- opera ao nível da 'construção' – tema verbal + categoria verbal
- mas não ao nível da 'forma' – *habere* (exprimindo 'posse') > ... > categoria verbal

Em contrapartida, Fischer (2008: 341), que se demarca do 'main-stream' da GZ, concordando com autores que a consideram um epifenómeno, sugere que os estudos da área ignoraram em larga medida as relações que se estabelecem em cada momento de funcionamento da língua entre diferentes construções, relações essas que poderão estar na base, ou motivar, as alterações operadas.

A propósito da análise dos dados da diacronia do português que poderão evidenciar diferentes fases do processo de gramaticalização de construções com *haver / ter + PP*, e de certo modo inspirada em algumas observações desta autora (sem, no entanto, aderir a muitas das suas análises), procurei mostrar em trabalhos anteriores (Brocardo 2009b e 2009c) que os estudos a desenvolver necessariamente incluirão, além de outros aspectos, dados relativos a construções formal e semanticamente paralelas. Assim, haverá que considerar, além das atestações de *haver / ter + PP*, procurando analisar finamente os seus diferentes funcionamentos, as ocorrências de formas derivadas de *esse latino*² + PP que constituem tempos verbais compostos em fases passadas da língua. O principal argumento é que, sendo estas a continuação formal de estruturas já existentes em latim, ocorrem desde os textos mais antigos plenamente gramaticalizadas, concorrendo, para os verbos inacusativos, com as formas verbais sintéticas, por exemplo de perfeito e mais-que-perfeito, na marcação dos mesmos valores ou de valores muito próximos. Cf.:

6. *Amigos, nos somos chegados acerca de Çepta, segumdo me estes nossos guiadores tem dito. Eu nõ ey pera que vos dezer a fim pera que aquy sões vindos* (ZCPM fin. séc. XV)

² Geralmente designadas formas de *ser*, mas como correspondem a formas que não derivam de *sedere* prefiro identificá-las deste modo.

7. *pois de vos dezer a fim pera que aquy viemos he sobejo de vo-lo agora comtar.* (ZCPM fin. séc. XV)

A hipótese seria, portanto, de que este tipo de construções poderia ter funcionado como condicionamento analógico da gramaticalização de *haver* / *ter* + PP em formas de tempo composto, a partir de construções que, inicialmente, não tinham esse valor. Ou seja, teria existido uma relação analógica entre as construções com < *esse* e com *haver* / *ter* motivadora do processo de gramaticalização das segundas (como Lehmann 2005 sugere para o exemplo do futuro românico, embora nesse caso possivelmente a um nível mais abstracto).

Um outro aspecto, essencial para a análise diacrónica, que tanto necessita de sustentação empírica para a descrição adequada das mudanças, é de que, uma vez que as formas com < *esse* + PP não tiveram continuidade em português, ao contrário do que aconteceu com outras línguas românicas, a extensão das construções com (*haver*) / *ter* a verbos inacusativos (v. o exemplo 8) poderá constituir um dado decisivo para o estabelecimento da cronologia da gramaticalização plena de *haver* / *ter* + PP em formas de tempo composto.

8. *E tres ou quatro dias antes tinha chegado de Bungo o Irmão Ayres Sanches* (Frois, *Historia do Japam* 1 (Davies & Ferreira) 1560-1580)

Não há conclusões

A minha nótula termina sem verdadeiras conclusões, como é característico deste 'género'. Em síntese, procurei lançar alguns dados para discussão: sobre que unidade, afinal – forma ou construção – incidem os processos de gramaticalização? Será a alternativa indiferente (em termos teóricos, a definir apenas casuisticamente), ou poderá relacionar-se com outros dados? A saber, poderá considerar-se que a relação entre 'construções' formalmente paralelas constitui o condicionamento preferencial para uma relação analógica motivadora de mudança por gramaticalização? Poderá, neste caso, relacionar-se com a distinção proposta por Lehmann (2005: 159) entre processos de gramaticalização analogicamente motivados e outros de «pure grammaticalization»?

A procura de respostas a questões deste tipo tem implicações óbvias em termos metodológicos no tipo de estudos habitualmente desenvolvidos em diacronia. Passa necessariamente por estudos mais aprofundados de dados de uma 'mesma sincronia', o que nem sempre é exequível em períodos menos documentados das histórias das línguas, prendendo-se quer com a representatividade quantitativa quer qualitativa das fontes disponíveis. Haverá, pois, que procurar algum equilíbrio entre 'macro' e 'micro' análises, ou seja, entre:

- análises em que se possam contrastar diferentes fases de um processo diacrónico, o que implica muitas vezes considerar um âmbito cronológico muito alargado, e poderá implicar alguma simplificação das descrições, se não mesmo a idealização dos dados;
- análises muito detalhadas e finas, necessariamente incidindo num volume não excessivamente grande de dados, com base em fontes previamente tratadas de forma a garantir a respectiva fiabilidade.

Referências

- Brocardo, M. T. (2009a) Ainda a analogia (notas em torno da adequação descritiva e valor explicativo do conceito de analogia em linguística histórica). In: Soares, M. L. C. et al. (eds) *Expressões da Analogia / Expressions of Analogy*. Actas / Proceedings. Lisboa: Colibri, pp. 185-192
- Brocardo, M. T. (2009b) Formas e Construções do Português – Um programa de trabalho. In: Werneck dos Santos, L. et al. (orgs.) *Anais do XV Congresso da Assel-Rio. Linguagens em diálogo: Pesquisa e ensino na área de Letras*. Faculdade de Letras da UFRJ. Publ. em CD-Rom
- Brocardo, M. T. (2009c) Nótulas históricas – uma (re)leitura de Campos (2000). In: Brocardo, M. T. (org.) *Cadernos WGT – Ler Campos*. Lisboa: CLUNL, pp. 13-18
- https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/01/ler-campos_tb.pdf

- Fischer, O. (2008) On analogy as the motivation for grammaticalization. *Studies in Language* 32/ 2, pp. 336-382
- Hock, H. H. (2003) Analogical Change. In: Joseph, B. D. & R. D. Janda (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Cambridge USA / Oxford UK: Blackwell, pp. 441-460
- Hopper, P. J. & E. C. Traugott (2003²) *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press
- Kuryłowicz, J. (1965) The evolution of grammatical categories. *Diogenes* 51, pp. 55-71
- Lehmann, C. (2002²) *Thoughts on grammaticalization*. Erfurt: Seminar für Sprachwissenschaft der Universität (ASSidUE, 9)
- Lehmann, C. (2005). Theory and method in grammaticalization. *Zeitschrift für Germanistische Linguistik* 32/2, pp. 152-187
- Meillet, A. (1912) L'évolution des formes grammaticales. *Scientia* 12 / 26, 6
- Noël, D. (2007) Diachronic construction grammar vs. grammaticalization theory. *Functions of language* 14/ 2, pp. 177-202
- Traugott, E. C. (2003) Constructions in grammaticalization. In: Joseph, B. D. & R. D. Janda (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Cambridge USA / Oxford UK: Blackwell, pp. 624- 647

Fontes dos exemplos

- (LLC) Brocardo, M. T. (2006) *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV)*. Lisboa: IN-CM
- Cintra, L. F. L. (1990) Sobre o mais antigo texto não-literário português: a 'Notícia de Torto' (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico). *Boletim de Filologia* 31, pp. 22-77
- (ZCPM) Brocardo, M. T. (1997) *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara. Edição e estudo*. Lisboa: FCG / JNICT
- Davies, M. & M. Ferreira (2006-) *Corpus do Português*
<http://www.corpusdoportugues.org>

O TEXTO NO TEMPO EM QUE NÃO HAVIA GRAMÁTICAS

Abstract: *In linguistic studies two very distinct areas approach texts from different perspectives: text linguistics, for which texts are the study objects, and historical linguistics, that uses texts as sources for the collection of data from past synchronies. From the historical linguistics perspective, I intend to draw attention to some issues related to the notions of 'text' and 'testimony', suggesting that the contribution of text linguistics, and in particular the notion of 'genre', could be of great importance to the approach of texts as sources for diachronic studies. I focus on some specificities of Medieval texts, presenting examples of extant Portuguese written records.*

No âmbito dos estudos linguísticos, duas áreas, à partida muito diferenciadas, se não mesmo distantes, se debruçam, centralmente, sobre o(s) texto(s): por um lado, claro, a linguística do texto, por outro, a linguística histórica. No primeiro caso o texto, ou os textos, «produções linguísticas empíricas e atestadas» (Coutinho 2003: 119), correspondem ao próprio objecto de estudo; no segundo, os textos constituem-se antes como *fonte*. Explorá-los é incontornável em função das restrições impostas pelo objecto de estudo da linguística histórica – a mudança linguística – não directamente observável, e cuja abordagem pressupõe, metodologicamente, o contraste de dados linguísticos de diferentes sincronias. Nestas incluem-se, necessariamente, sincronias passadas, indi-

rectamente acessíveis (apenas ou quase exclusivamente) pelas produções escritas remanescentes¹ – os textos (e sublinharei adiante como esta é uma noção problemática na disciplina) – aqui entendidos, nas palavras de Lass (1997: 44), enquanto «first-order witnesses to the more distant linguistic past».

Este pequeno trabalho tem como objectivo lançar algumas sugestões para a discussão sobre o potencial de enriquecimento mútuo destes dois olhares, tão diferentes, sobre as produções textuais. As minhas considerações, nelas se incluindo a retoma de aspectos tratados já em trabalhos anteriores, são evidentemente focadas a partir dos estudos linguísticos diacrónicos. As referências, exemplos e problemas são colhidos na história do português, revisitando textos já trabalhados em diferentes perspectivas.

No tempo em que não havia *gramáticas*...

As *gramáticas* do título remetem, naturalmente, para descrições mais ou menos explícitas do funcionamento da língua, ou *fontes secundárias* (na acepção de, por exemplo, Castro 2006 e obras anteriores), embora nestas se incluam, em rigor, vários outros tipos de instrumentos – dicionários, por exemplo, mas também qualquer tipo de observação, comentário, ou mero registo da expressão de opinião de alguém sobre o funcionamento da língua, ainda que marginal, e que para o linguista histórico sempre pode constituir indício ou pista para a recuperação / interpretação dos dados linguísticos. Mas em fases das histórias das línguas para as quais não existem as tais *gramáticas* (chamemos-lhes assim, generalizando, e até porque são elas a fonte secundária por excelência), o texto, *fonte primária*, assume, ou deve assumir, se se quiser escapar a uma excessiva idealização dos dados, um protagonismo dramático.

¹ Situo-me aqui numa perspectiva (mais) restrita da disciplina, excluindo quer os estudos que envolvem a reconstrução de línguas ou fases de línguas não atestadas, quer estudos sobre mudança em curso, que assentam na observação (directa, i. e., não mediada pelos textos) de dados da variação linguística.

O reconhecimento deste protagonismo nos estudos linguísticos diacrónicos levou, em abordagens mais tradicionais (sem que esta caracterização implique qualquer menorização), a uma ligação estreita, se não mesmo, por vezes, a uma quase identificação entre a linguística histórica e filologia. Mais modernamente, a valorização da construção e exploração de grandes corpora históricos constitui uma outra forma de reconhecimento do papel central do texto nesta área. Mas independentemente do posicionamento teórico e decorrente metodologia, para o estudo de fases de uma língua de que não temos *gramáticas*, é sempre crucial considerar todos os parâmetros que definem e caracterizam o texto, sendo ele o (único) veículo das formas e construções linguísticas, desde logo para poder aferir a fiabilidade da própria atestação.

Nos estudos sobre história do português é já clássica a discussão sobre, por exemplo, a adequação de um dado 'tipo' de texto para estudos linguísticos (cf. Cintra [1963] 1999², sobre 'subtipos' de textos 'não literários') ou, mais especificamente, para estudos de diferentes níveis de análise (cf. Silva 1989: 15-54, com observações parcialmente retomadas em Silva 2008: 30-45).

Embora me centre aqui, tal como, entre muitos outros, os autores citados, no texto medieval, a discussão que pretendo lançar situa-se de certo modo antes desta problemática, focando questões como a própria noção de *texto* e os problemas que levantam as diferentes tipologias geralmente consideradas.

O texto-fonte é um sobrevivente... e não é um texto

Muitas, variadas e complexas questões se colocam quando abordamos o texto como fonte, veículo das formas e construções linguísticas de uma sincronia passada, e no qual temos de algum modo de confiar para recuperar os dados linguísticos desse passado. Entre as observações, mais ou menos triviais, que já muitos sublinharam, conta-se a de que não devemos esquecer que os textos do passado são apenas 'sobreviventes' (cf. *infra*), os que restaram de uma produção original irrecuperável. Olhar para um texto do passado implica também uma espécie de anacronia, como observado por, mais, uma vez, (Lass 1997: 2):

«A text may be 1,000 years old, and we know that perfectly well, but we look at it in the present as a survivor, and recognize that even though it 'is', the proper verb really is 'was'. We are simply being granted in an obvious way (...) the privilege of looking as if it were paradoxically back into time.»

Um outro aspecto foi reiteradamente sublinhado por Cerquiglini (1989: 62), especificamente a propósito do texto medieval em língua românica, a *variância* que lhe é inerente, e que decorre da sua concepção, das suas formas de produção e processo de transmissão por cópia manuscrita, processo esse que, potencialmente multiplicando os testemunhos, por eles dissemina o *texto*:

«La variance de l'oeuvre médiévale romane est son caractère premier, altérité concrète qui fonde cet objet (...) Cette variance est si générale et constitutive que (...) on pourrait dire que chaque manuscrit est un remaniement, une version.»

Em função destas especificidades das produções textuais medievais (e de resto, como veremos, não exclusivas do texto ‘literário’), uma distinção se impõe entre *texto* – conceito neste contexto necessariamente abstracto – e *testemunho* – o objecto concreto que nos é acessível, o tal ‘sobrevivente’. É sabido que mesmo em certos ‘tipos’ de texto cuja motivação de produção, de carácter, digamos simplificando, meramente prático ou funcional, pressuporia, modernamente, imutabilidade ou fixidez, há variação bastante sensível entre diferentes testemunhos, que todos aceitam, no entanto, corresponderem ao *mesmo texto*. Um exemplo bem conhecido é o dos dois testemunhos remanescentes (dos treze originalmente produzidos) do *Testamento de Afonso II* de 1214 – veja-se o confronto, lado a lado, das duas versões conservadas do texto em Castro 2006: 112-117, em que se assinalam variantes de diferentes tipos, de gráficas a lexicais, de ordem de palavras, etc.

Exemplos também conhecidos encontram-se em diferentes textos classificados como pertencentes à ‘prosa literária’ e dentro desta à ‘historiografia’ (na terminologia de Silva 1989, 2008). Já em trabalho anterior (Brocardo 1998) sublinhei a enorme diversidade e riqueza das variantes assinaláveis no confronto de (apenas) dois testemunhos (os

manuscritos 439 BGUC (Testemunho C) e 146.B.7 BSGI (Testemunho G)) da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* de Zurara, de que aqui reproduzo alguns exemplos (as variantes são assinaladas a negro):

(a)
 os fidalgos que naquella parte guardavã sem rregra ne~ **orde~** /
 ____ **ordenança**
 Hy ... loguo çear / **Ide** ____
 fezerão o que lhe seu senhor **mamdara** / ____ **mandava**
 pervemtura que muitos delles **buscam** rreitores e oradores / ____
buscaram ____
 sua destroyção que ... sera escarmemto / ____ **lhe** sera escarmento
 começará **a** buscar maneira / começará **de** buscar ____
lhe rrogou sobr'ello / **o** rrogou ____
 lhe daria socorro **se lhe comprisse** / lhe daria **o** socorro **que lhe comprisse**
 Gomçallo Vaz trabalhava como **cu~pria** a tal home~ / ____ **convinha**

 O comde **tyinha** jaa rrecado ... que / ____ **avia** ____
 E nõ seja allgu~ que queyra presumir que nos fingemos esta soma
 ser mayor por e~gramdeçermos nossa estoria, ca **devem** ter que /
 ____ ca **deves** [devês] ter que

Em contrapartida, e como foi também já notado, a relação entre diferentes testemunhos não se esgota, tratando-se de textos medievais, dentro de uma mesma tradição textual (um 'mesmo' texto). Ela ocorre também por vezes entre textos diferentes mas relacionados de diversos modos – actualização, reformulação, refundição, etc., em função de diferentes finalidades da retoma textual – o que é muito frequente, por exemplo, em textos historiográficos. Estudei em tempos as partes coincidentes de duas das crónicas africanas de Zurara (Brocardo 1998-1999), em que se contam passagens, mais ou menos extensas, de 'texto comum', assinalando-se em certos casos variantes equiparáveis à que encontramos numa mesma tradição textual, e sendo noutros casos, naturalmente, as diferenças mais profundas.

É patente, como noutras ocasiões procurei sublinhar, o interesse, para estudos linguísticos diacrónicos, de uma atenta análise deste tipo

de dados. Numa perspectiva textual, eles sem dúvida apelam a um olhar diferente, reforçando a ideia de que abordar um texto medieval com um olhar moderno seria grosseiramente anacrónico. Tal como diz Cerquiglini (1989: 43), «Tout, dans l'inscription littéraire médiévale, paraît échapper à la conception moderne du texte.»

As edições a que inevitavelmente recorreremos tendem a reduzir a variância constitutiva do texto medieval (parafraseando Cerquiglini 1989: 62) a uma unicidade que o torna objecto (mais facilmente) analisável, e por isso os menos atentos poderão confundir *o texto* que lhes é dado a ler – construção ou reconstrução mais ou menos bem architectada – com uma unidade que, em rigor, não terá nunca existido, nem mesmo em termos conceptuais. Também no que respeita mais especificamente à veiculação dos dados linguísticos a edição pode ser, como é sabido, transfiguradora, chegando a interferir de forma decisiva na atestação. Veja-se o seguinte exemplo, retirado do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. No manuscrito (cf. Brocardo 2006), lemos:

(b)

*porque eles ouuirã dizer a seus padres e a outros muytos que forã
daquel te~po que esto forã presentes*

Na edição de Mattoso (1980)², as duas últimas formas verbais aparecem com 'forom', o que parece indicar que o editor as interpretou como formas de pretérito perfeito, e em consonância restituiu-lhes a grafia etimológica. Por um lado, não é seguro que as formas em causa sejam de perfeito – podem, no contexto, ser de mais-que-perfeito, e nesse caso a correcção seria abusiva. Caso contrário – admitindo tratar-se, de facto, de formas de mais-que-perfeito – a intervenção apaga um dado linguístico da maior relevância para a história da língua: já teriam convergido as terminações nasais destas formas na época em que o manuscrito em causa foi produzido (finais do séc. XIV).

² A referida edição contempla todo o 'texto' do *Livro de Linhagens*, supostamente baseando-se no confronto de vários manuscritos, mas o exemplo aqui dado é retirado de uma passagem em que o editor segue explicitamente apenas um deles, o mais antigo (e fragmentário) dos conservados.

O que aqui, muito brevemente, pretendi mostrar é que, quer num perspectiva do *texto* (enquanto noção ou concepção), quer numa perspectiva da *gramática* (tendo em vista a recuperação e interpretação dos dados linguísticos de uma sincronia), a actividade editorial, ao pretender dar a ler 'um texto', pode transfigurar, mais do que seria admissível, o objecto sobre o qual trabalha, ou seja, o(s) testemunho(s). E termino este ponto citando, outra vez também, Lass (1997: 102):

«Much of our 'textual' data (...) is also second-order, not first-order, built on the shakiest of foundations, and less trustworthy than the results of standard linguistic reconstruction.»

Tipologia(s) das fontes escritas medievais – um exemplo

Uma outra especificidade que se nos depara na abordagem das fontes escritas medievais tem que ver com a(s) sua(s) tipologia(s). Para começar, socorramo-nos de definições de 'género', confrontando duas:

«(...) correspondendo os géneros de texto às formas comunicativas relativamente instáveis (ou relativamente estabilizadas, num determinado período histórico, para uma sociedade ou grupo social), de que qualquer texto participa necessariamente (ainda que por divergência).» Coutinho (2003: 119)

«genre: A historically stable variety of text with conspicuous distinguishing features. (...) The key fact about a given genre is that it has some readily identifiable distinguishing features that set it off markedly from other genres, and that those features remain stable over a substantial period of time. It is characteristic of every genre that the outward form of expression is of vital significance, and at least as important as the content.» (Trask 1999: 104-105) (sublinhados meus)

Coutinho prefere começar por referir a relativa 'instabilidade' do género, concedendo, no entanto, a sua relativa estabilização em função de um dado período histórico. A estabilização histórica do género é, aparentemente, o traço definatório essencial no caso de Trask. Mas ainda que estejamos perante autores de áreas tão diferenciadas – texto

vs. linguística histórica – ambos precisam a relatividade histórica do género.

Procurando um exemplo de tratamento desta questão no âmbito da história da língua portuguesa, em Castro (2006: 78-94 e obras anteriores) começamos por encontrar a clássica separação entre 'literário' e 'não-literário'. Não seria possível discutir aqui (nem eu saberia) todos os problemas que esta primeira 'classificação' implica. Aceitemos que se justifica para o tratamento de textos-fonte sobretudo pelo que típica e maioritariamente ocorre em termos de conservação dos respectivos testemunhos – originais datados no primeiro caso, apógrafos não datados nem localizados no segundo³. Entre os itens incluídos pelo autor entre os textos 'literários', encontramos os 'Nobiliários', um exemplo bem expressivo da necessária contextualização histórica definitiva do género. Observando um representante específico deste item de fontes escritas do português medieval (o mesmo testemunho a que recorri acima), depara-se-nos, no entanto, o seu carácter claramente híbrido. Confrontem-se passagens propriamente linhagísticas, como a do exemplo (c), com passagens narrativas, entremeadas de diálogo, em (d), bem mais próximas, por exemplo, dos textos de carácter historiográfico, um outro item da 'bibliografia de textos literários' de Castro (ibid.).

(c)

E a suso dita dona froilhe rodriguez de pereira yrmaa de dõ pero rodriguez de pereira filhos de dõ Rodrigo gonçalvez e de dona sancha anrequez de porto careiro como ia falamos e~ este T^o parafro xi. foi casada cõ dõ pero fernãdez portogal. filho de dom fernã ramirez como se mostra no To Li. de dõ ramiro quartela parafro primo. E fez e~ ela dona Tereia perez. e dona moor perez que foi casada con dõ Afomso rodriguez grãde amor.

(d)

Dise dõ Aluaro gonçalvez de pereyra priol da ordem da caualaria de sam iohã no Reino de portogal que fezese mostrar a uera cruz do marmelar que lhi el mãdara trager. e o priol dom aluaro de pereira

³ Embora tenha defendido em trabalho anterior (Brocardo & Emiliano 2002: 275) uma distinção entre 'tipologia de texto' e 'tipologia de fonte'.

mãdou uestir huu~ crerigo de misa e~ uestime~tas aluas. e a uera cruz e~ hu~a asta grãde que a podesem ueer de todas partes e fez o crerigo caualgar e~ hum muu muyto aluo. e trouxe a uera cruz ant'el Rei. e dixelhi o priol dõ aluaro. Senhor uedes aqui a uera cruz oradea e poede e~ ela feuz a pedidelhi que aquel que prendeu morte e payxõ e~ ela por uos saluar. qu'el uos faça ue~cedor destes que som cõtra a sua fe. E nõ dultedes que pela sua uertude. e por os boos fidalgos uosos naturaas que aqui teedes Auedes de ue~cer estas lides. e uos auedes de ue~cer primero. El Rei e aquels que cõ el estauã forõ muy ledos e esforçados destas palauras do priol dõ aluaro. e dixerõ asi o cõpra iesu cristo.

Mais uma vez, portanto, o *texto* medieval nos impõe um olhar diferenciado e atento à multiplicidade de facetas que lhe são próprias, e que sempre deverão considerar-se na sua abordagem como fonte. Parece em casos como este ser de toda a relevância uma perspectiva como a de Coutinho (ibid.), que desde logo aponta a 'instabilidade' como definitiva do género.

Nota final

Perante as breves notas aqui expostas, poder-se-ia, de forma algo negativa, concluir que, afinal, não há textos (medievais, pelo menos...): os testemunhos escritos de que hoje dispomos são apenas os que em certo sentido 'sobreviveram', ou 'sobraram', são talvez os menos interessantes, quem sabe os menos representativos dos estádios passados da língua a que se referem... Além disso, as classificações, em termos tipológicos, em que geralmente são enquadrados não são, de todo, óbvias, parecem mesmo por vezes inadequadas. Prefiro concluir de forma mais positiva. Do 'tempo em que não havia *gramáticas*' restam-nos diferentes tipos de *testemunhos* (noção da crítica textual que é crucial, em meu entender, também para a linguística histórica), as *fontes primárias*, que são, apesar de tudo, analisáveis e interpretáveis (mas não, evidentemente, manipuláveis), não sendo, porém, redutíveis, nem por excesso nem por defeito, a uma concepção moderna de *texto*, o que

decorre, além do mais, das circunstâncias dos seus processos de produção e transmissão. É preciso, sempre, ter presente que *o texto medieval* é uma abstracção e que a ele muitas vezes acedemos apenas através de uma (inevitável) (re)construção. Por isso, é essencial, ao usá-lo como fonte para estudos linguísticos diacrónicos, ter em consideração todos os aspectos da sua especificidade (e de que aqui me limitei a apontar alguns poucos exemplos). Só assim se poderão a vir a definir de forma mais rigorosa os parâmetros classificatórios para, por exemplo, uma codificação adequada de corpora históricos. Um dos aspectos em que é necessário trabalhar é uma (re)definição de tipologias, convocando a noção de ‘género’, pouco usada entre nós em linguística histórica, e nessa tarefa a ‘expertise’ da área da linguística do texto será indispensável.

Referências

- Brocardo, M. T. (1998) As ‘variantes’ como objecto de estudos linguísticos diacrónicos. In Ruffino, G. (ed.) *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Vol. VI, Tübingen: Max Niemeyer, pp. 47-57
- Brocardo, M. T. (1998-1999) Variação nas Crónicas de Zurara. *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale* 22, pp. 227-243
- Brocardo, M. T. (2006) *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV)*. Lisboa: IN-CM
- Brocardo, M. T. & A. Emiliano, A. (2002) Considerações sobre a Edição de Fontes para a História da Língua Portuguesa. *Santa Barbara Portuguese Studies* 6, pp. 272-286
- Castro, I. (2006) *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri
- Cintra, L. F. L. ([1963] 1999²) Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie. In: Faria, I. H. (org.) *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos / FLL, pp. 199-215
- Coutinho, M. A. (2003) *Texto(s) e Competência Textual*. Lisboa: FCG / FCT

- Lass, R. (1997) Written records: evidence and argument. In: *Historical Linguistics and Language Change*. Cambridge: CUP, pp. 44-103
- Mattoso, J. (1980) *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum*, Nova Série. Vol. II/1. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição Crítica*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa
- Silva, R. V. M. e (1989) *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: IN-CM
- Silva, R. V. M. e (2008) *O Português Arcaico. Uma Aproximação*. Vol. I. Lisboa: IN-CM
- Trask, R. L. (1999) *Key concepts in Language and Linguistics*. London: Routledge

SEDIA LA FREMOSA...
UMA PROPOSTA DE ESTUDO
DIACRÔNICO DE *SER* (< *SEDERE* E *ESSE*)
E *ESTAR* EM PORTUGUÊS

Abstract: *The paper briefly presents some relevant topics for a diachronic approach of ser versus estar in Portuguese. I begin by illustrating, on the basis of selected medieval examples, some of the most patent diachronic contrasts concerning the forms and values marked by descendents of Latin esse, sedere and stare occurring in different constructions. The first two would merge into a single 'be' paradigm in contemporary Portuguese, but in past synchronies their functioning in some contexts still apparently preserves the original etymological opposition between 'be' and 'seat'. However, a closer look at medieval data shows a more complex functioning of the forms pertaining to the three original paradigms. The objective of the paper is to underline some of the relevant issues to be developed in the study of their evolution, within the grammaticalization framework, namely: bleaching of the original (more) lexical values of descendents of sedere, 'seat', and stare, 'stand'; competition of forms from originally different paradigms, observed from the most ancient written records; obsolescence of some forms from sedere; analogical processes that affected forms from stare, by influence of forms from sedere. The development and interrelation of these (among other) topics should provide the basis for the identification of the conditioning factors that have led to the diachronic evolution of Portuguese 'be' verbs.*

No presente trabalho pretendo delinear uma proposta de estudo sobre a diacronia de *ser* e *estar* em português. O tema é, evidentemente, vastíssimo. Limitar-me-ei aqui a apontar alguns tópicos que considero relevantes para o seu enquadramento, desde já assumindo que tomei à letra o tema deste WGT, ou seja, o que exporei consiste, nesta fase, apenas efectivamente numa *proposta* de estudo e não na apresentação de resultados de uma investigação, nem mesmo em fase inicial.

Partirei de algumas observações muito gerais sobre *ser* e *estar* na história do português, com base essencialmente em obras de referência, tendo em vista apontar algumas especificidades da diacronia destes dois verbos, em benefício, sobretudo, de leitores eventualmente menos familiarizados com este tema da gramática histórica do português. Os exemplos de textos medievais que seleccionei, sem pretensões de representatividade quantitativa, servirão para ilustrar alguns pontos que obrigatoriamente figurarão em estudos a desenvolver dentro desta temática. Recorrerei também a dados de trabalhos anteriores (meus e em colaboração com Clara Nunes Correia) em que foram já abordados tópicos relacionados para completar a *proposta de estudo* que pretendo aqui apresentar.

Dois verbos ‘*ser*’?

O paradigma de *ser* em português actual é, como se sabe, diacronicamente híbrido, incluindo formas derivadas de dois paradigmas latinos distintos, (*sedeo*) *sedere* e (*sum*) *esse*. Em português antigo, porém, o contraste formal parece ter contraparte semântica, como geralmente se observa em gramáticas históricas e outros estudos diacrónicos, que referem a ocorrência de formas derivadas de *sedere* em contextos em que no português actual se usaria *estar*. Entre estas incluem-se quer formas que viriam a ter continuidade no actual paradigma de *ser*, quer formas que viriam a cair em desuso. Das últimas serve de exemplo a que ocorre no título deste trabalho, retirada de uma cantiga de Estevan Coelho – *Sedia la fremosa seu sirgo torcendo...* (CV 321, Nunes [1906] 1981: 284) – e que noutros textos aparece na variante *siia*.

Sobre estes ‘dois verbos *ser*’, vejamos-se, por exemplo, as observações de Nunes ([1919] 1975⁸: 332), que assim resume a sua evolução: «O actual verbo *ser* resultou (...) da fusão de dois, provenientes dos latinos *sedere* e *esse*; na antiga língua tinham ambos vida independente, possuindo ambos de comum o futuro e condicional, imperativo, conjuntivo presente, infinito e gerúndio; na acepção de *estar sentado*, usavam-se as formas pertencentes a *sedere* (...) depois aquelas desapareceram do uso, sendo a sua significação dada às correspondentes de *estar* e ficando só as que já eram comuns.»

Sobre a evolução destas formas, afirma Teyssier (1982: 68) que «A conjugação de *ser*, que resulta da fusão em um paradigma único dos paradigmas de dois verbos, um dos quais representa o latim *sum* e o outro *sedeo*, está praticamente fixada na segunda metade do século XVI.», o que apontaria, portanto, para uma mudança decisiva neste aspecto já no início do período clássico.

Vejamos alguns exemplos de textos dos sécs. XIII a (finais do) XV (v. ref. dos exemplos no final das ref. bibl.):

(1) Eno nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de deus rei de Portugal, seendo sano e saluo, teme~te o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molier raina dona Orraca e de meus filios e de meus uassalos e de todo meu reino fiz mia mada per *que* del²pos mia morte mia molier e meus filios e meu reino e meus uassalos e todas *aquelas* cousas *que* Deus mi deu en poder sten en paz e en folgacia. (TAII 1214)

(2) E des y per essa agua da peçena a sobre péé ata *aquele* logar u entra á água do frexeo na peçena u posemos & alçamos un padrõ por marco & por couto & des y pela uéa dessa agua do frexeo yndo a sobre péé ata a carreyra *que* uay de Euora pora Serpa; u sta a fonte *que* chamã dos Carneyros. (CAIII 1265)

(3) E de tremece~ hu el era ata hu era el Rei aboamar ha melhor de quatroce~tas legoas. (LLC fin. Séc. XIV)

(4) – He necessário – rrespomderã elles – que ajamos de dar folga a nossas beestas, que são muito trabalhadas da gramde jornada que

amdamos, caa des omte ao serão não ouvemos allgu~a folga, caa som daquy a nossas fortallezas dez legoas gramdes e pera sermos aquy çedo hera neçessario trigarmos ho andar. (ZCPM fin. séc. XV)

Mesmo um conjunto tão limitado de ocorrências permite evidenciar alguns aspectos relevantes:

- Formas derivadas de *sedere* não têm apenas a acepção (etimológica) ‘estar sentado’ (cf. Nunes: *ibid.*), mas também, genericamente, ‘estar’, como observado por muitos outros autores – cf. *seendo* no exemplo (1) e, embora noutro tipo de contexto, *sermos*, em (4);
- Também formas derivadas de *esse* podem ocorrer em contextos em que hoje se usaria *estar* – cf. as duas ocorrências de *era* em (3), e, numa construção diferente (passiva adjectival), *são* em (4);
- Formas de *estar* concorrem desde os textos mais antigos com aquelas – cf. em (1) *seendo sano e saluo* em contraste com *sten en paz e en folgãcia* (aqui na forma ainda etimológica, i. e. não contaminada pela forma correspondente do paradigma de *sedere*). Cf. também *sta* em (2), num tipo de construção muito próxima daquela que em (3) apresenta *era*.

Para a história de *ser* e *estar* – uma proposta de estudo

Ainda que aqui muito sumariamente exemplificada a complexidade do funcionamento de formas de *ser* (de *sedere* e *esse*) e *estar* em fases anteriores da história do português, creio que fica clara a necessidade de descrições finas de ocorrências em diferentes tipos de testemunhos, de modo a contribuir para o enriquecimento do conhecimento sobre este aspecto da diacronia da língua.

Em função da orientação seguida nos meus trabalhos, uma proposta de estudo deste tópico será enquadrada, genericamente, na área de estudos de gramaticalização, considerando que esta fornece o suporte teórico e metodológico adequado a este tipo de temática.

O ponto de partida da investigação centra-se, naturalmente, numa caracterização das ocorrências, desde as atestações mais antigas, de for-

mas de *seer* (< *sedere*) e de *estar* (< *stare*) em função dos valores expressos, em diferentes contextos, de modo a poder obter dados mais claros sobre a dessemantização (*bleaching*) dos significados etimológicos ‘estar sentado’ e ‘estar em pé’. A conservação destes valores, bem diferenciados, é patente em exemplos como:

(5) O juiz deve dar a sentença en publico e en logar *conveniavel* e no~ en logar torpe. E deve dar a sentença *seendo* e no~ *stando* ne~ andando. (TP fin. séc. XIII?)

Desde cedo, porém, possivelmente desde a própria emergência da língua, as mesmas formas verbais parecem evidenciar que o referido processo está já em curso, como se observou em alguns dos exemplos anteriores (sobre este aspecto, num diferente perspectiva, cf. Silva 1989: 528-548). Convirá, com base num conjunto mais alargado de dados e recolhidos em testemunhos tipologicamente diferenciados, procurar aferir o processo que levaria à consolidação da sua oposição em termos da marcação de uma relação (perspectivada como) ‘inerente’ ou ‘permanente’ vs. ‘transitória’.

Alguns dos exemplos acima mostram também a necessidade de incluir neste estudo a análise contrastiva de ocorrências de *seer* (*sedere*) vs. formas derivadas de (*sum*) *esse*, incluindo os casos em que estas últimas concorrem, para a expressão dos mesmos valores, ou em sobreposição parcial, não só com as primeiras mas também com formas de *estar* (cf. (1)).

Numa perspectiva da mudança linguística assinala-se o ‘desaparecimento’ de formas (algumas das derivadas de *sedere*, como, por ex., *sejo* e *siia*¹), processo a que não terá sido alheia a competição de formas a que se aludiu. Haverá, pois, que dar uma atenção particular à identificação de possíveis factores condicionantes desse ‘desaparecimento’ ou desuso, assumindo que não só a inovação (em sentido lato), mas também a obsolescência de formas / construções terá de ser tida em conta numa abordagem mais abrangente dos processos diacrónicos.

¹ Sobre a persistência / desuso deste tipo de formas, com dados de textos de Gil Vicente, v. Teyssier ([1959] 2005: 126).

Um outro aspecto é ainda de referir no âmbito dos processos de mudança linguística: a contaminação analógica que afectou as formas de estar do presente do conjuntivo, que da forma etimológica, continuação directa das formas latinas do tipo *stem*, *stes*... (cf. *sten* no exemplo (1)), viriam a assumir a actual forma (*esteja*, *estejas*...) por influência de *seja*, *sejas*... (Williams [1939] 1975³: § 184. 3). Tratando-se aqui de uma alteração morfológica, o próprio processo que lhe deu origem, correspondendo a um tipo de mudança analógica, pressupõe o estabelecimento de algum tipo de relação entre as formas contaminadas e as formas que determinaram a contaminação. Ou seja, a alteração formal verificada permite assinalar uma motivação semântica plausivelmente determinada pela proximidade ou sobreposição parcial dos valores marcados pelas formas dos dois paradigmas, *seer* (< *sedere*) e *estar*.²

Tenho procurado sublinhar que uma abordagem diacrónica abrangente dos processos linguísticos (contemplando, como referi, quer processos inovadores, quer processos de obsolescência, que se interligam e condicionam mutuamente na mudança linguística) implica necessariamente considerar não apenas formas mas também construções que competem e / ou contrastam na marcação de valores (relacionados, parcialmente sobrepostos, diferenciados ou opostos). Neste pressuposto, num estudo em torno de *ser* e *estar* merece desenvolvimento uma abordagem, por exemplo, das construções aspectuais com gerúndio / *a* + infinitivo com estativos, o que em diacronia implica considerar outros verbos, como o hoje (quase completamente) obsoleto, *jazer*. Mas também, na linha de uma investigação já iniciada (Correia & Brocardo 2008), contrastar, neste tipo de construções, verbos de ‘deslocação’, como *ir*, *vir*, *andar*, assumindo, na sequência de Bertinetto (2000: 3), uma oposição entre «State-PROG (...) periphrases based on auxiliary verbs approximately meaning ‘be, stand’ [and] Motion-PROG (...) periphrases based on auxiliary verbs meaning ‘go,

² O condicionamento analógico determinou outras alterações, de diferentes sentidos, entre formas de *esse*, *sedere* e *stare* (Williams 1975³: § 184. 2; §198. 3). Como exemplo, lembre-se *sou*, por influência de *estou*, o que mais uma vez parece evidenciar a relação estabelecida entre os paradigmas.

come'». Este estudo, a que pretendemos dar sequência, deverá permitir formular hipóteses mais seguras sobre uma diferenciação, em termos diacrónicos, dos processos de gramaticalização envolvidos com cada um dos verbos em causa.

Muitos outros aspectos, evidentemente, merecem desenvolvimento numa investigação sobre *ser* e *estar* na história do português. Darei apenas mais dois exemplos, restringindo-me a tópicos já aflorados em trabalhos anteriores, e sempre na linha do que até aqui tenho defendido, ou seja, a consideração de formas / construções em competição e o condicionamento mútuo de inovação e obsolescência.

O primeiro tem que ver com o funcionamento de *ser* (< *esse*) vs. *haver* com valor existencial, com base na análise de ocorrências como (exemplos de Brocardo & Correia 2009):

(6) mas vos sabeis como eu são vassallo dell rrey de Castella e as pazes que são de hu~a parte a outra. (ZPM fin. séc. XV)

(7) E porque aquelle momte da Allmina emtra bem hu~a llegoa pello maar, e daquela parte vay outra costa de mouros e~ que ha gramdes povorações (ZPM fin. séc. XV)

Como é sabido, as construções com *ser* com este tipo de funcionamento virão a cair em desuso, sendo inteiramente substituídas por construções com *haver* (e mesmo com *ter*, no português do Brasil).

O segundo prende-se com a ocorrência de *ser* (< *esse*) como auxiliar de tempo composto com verbos inacusativos, por exemplo, em formas de Perfeito e Mais- que-Perfeito. Estas formas compostas, plenamente gramaticalizadas desde os testemunhos mais antigos, alternam / concorrem com as formas simples correspondentes. Em trabalhos anteriores (Brocardo 2009, 2010), procurei sublinhar a importância de uma análise mais atenta deste tipo de dados, e em particular a obsolescência de *ser* + PP com este funcionamento, para aferir o processo de auxiliarização de *haver* > *ter* como auxiliares de tempo composto.

Os dados até aqui observados parecem permitir avançar a hipótese de que a gramaticalização de *haver* > *ter* + PP como formas de tempo composto (mas ainda com valor diferente do actual no caso do Pretérito

Perfeito) estará plenamente concluída quando estes verbos (e logo depois quase exclusivamente *ter*) começam a ocorrer com inacusativos.

Nota final

Concluo com uma brevíssima nota, como não podia deixar de ser sobre a relevância da diacronia para uma compreensão mais aprofundada dos fenómenos linguísticos. Ainda que o nosso trabalho comece por concentrar-se numa única forma ou construção, o seu estudo em diacronia inevitavelmente nos impõe abordar, quer os seus diferentes funcionamentos, quer as formas / construções que com ela competem. É claro que isto não é exclusivo dos estudos enquadrados na mudança linguística, num estudo sincrónico abrangente e coerente proceder-se-á de igual modo. Nem eu pretendo aqui defender qualquer ‘prioridade’ dos estudos diacrónicos, creio, pelo contrário, que é imprescindível a observação das formas em uso para conseguir descrições e análises finas. A diacronia propicia, no entanto, a obtenção de outro tipo de dados, como, por exemplo, os que nos mostram formas / construções que não tiveram continuidade (fenómenos de ‘obsolescência da forma’) ou também, por exemplo, a continuidade de formas / construções para a expressão de valores diferentes, o que pode configurar, dependendo da focalização em que nos situemos, inovação – associação de um ‘novo’ valor à forma / construção em estudo – ou obsolescência do valor (mais geralmente designada ‘obsolescência do significado’), no sentido em que aquele deixa de ser marcado por determinada forma ou construção.

Referências bibliográficas

- Bertinetto, P.M. (2000) The progressive in Romance, as compared with English. In: Dahl, Ö. (ed.) *Tense and aspect in the languages of Europe* (Empirical approaches to language typology 20). Berlin & New York: Mouton de Gruyter, pp. 559-604
(http://alphalinguistica.sns.it/QLL/QLL95/PMB_Romance_progressive.pdf).

- Brocardo, M. T. (2009) Nótulas históricas – uma (re)leitura de Campos (2000). In: *Cadernos WGT – 'Ler Campos'*. Lisboa: CLUNL, pp. 13-18
- Brocardo, M. T. (2010) Portuguese pluperfect: elements for a diachronic approach. *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies* 5, pp. 117-130
- Correia, C. N. & M. T. Brocardo (2008) On constructions with *ir* ('go') + gerund / infinitive in Portuguese. Paper presented at the International Conference 'Semantics without Borders'. Bielsko-Biala (Polónia)
- Correia, C. N. & Brocardo, M. T. (2009) Mudam-se os tempos.... In Godinho et al. (eds) *Jorge Crespo. Estudos em Homenagem*. Lisboa: 100Luz, pp. 555-568
- Nunes, J. J. ([1906] 1981) *Crestomatia Arcaica*. Lisboa: Clássica Editora
- Nunes, J. J. ([1919] 1975⁸) *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. Lisboa: Clássica Editora
- Silva, R. V. M. e (1989) *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: IN-CM
- Teyssier, P. ([1959] 2005) *A Língua de Gil Vicente*. Lisboa: IN-CM
- Teyssier, P. (1982) *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa
- Williams, Edwin B. ([1939] 1975³) *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro

Fontes dos exemplos

- (CAIII) Duarte, L.F. (1986a) *Os documentos em português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras (Diss. de Mestrado)
- (LLC) Brocardo, M. T. (2006) *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV)*. Lisboa: IN-CM
- (TAII) COSTA, A. J. da (1979) Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico linguístico. *Revista Portuguesa de História* 17, pp. 263-311

- (TP) Ferreira, J. A. (1986) Edição e estudo linguístico dos «Nove Tempos dos Preitos». In: Roudil, J. *Jacobo de Junta el de las Leyes. Oeuvres. I. Summa de los Nueve Tiempos de los Pleitos, Édition et étude d'une variation sur un thème*. Paris: Klincksieck, pp. 65-80, 95-138, 141-142, 151-169, 387-406
- (ZPM) Brocardo, M. T. (1997) *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara. Edição e estudo*. Lisboa, FCG / JNICT

REPRESENTAÇÕES DO / NO TEMPO

– NÓTULA SOBRE PASSADOS

Abstract: *Focusing on the representation of language change, I argue that language change is representable only through its interpretation. I briefly describe the diachrony of two Portuguese ‘past’ verbal paradigms – the ‘future in the past’ (conditional) and the ‘past in the past’ (pluperfect) – emphasizing the interpretation of some aspects of their evolutions as the result of ‘competition’, which determines the manifestations of change as persistence vs. obsolescence tendencies.*

Representação da mudança linguística?

It is an obvious truism to say that, given the dynamic nature of language, change is ever present. However, language change as a concept and as a subject of linguistic investigation is often regarded as something separate from the study of language in general. (Hickey 2001:1)

Uma das noções básicas da linguística histórica é a de correspondência diacrónica, convencionalmente representada como $X > Y$ ou $Y < X$. Os elementos entre os quais se estabelece a relação representada, aqui as variáveis X e Y , podem corresponder a diferentes tipos de unidades, fonológicas (por exemplo, latim /kl/ (inicial) $>$ português /tʃ/), palavras (latim clamare $>$ português chamar), podendo incluir também significados ou valores (latim clamare “gritar” $>$ português chamar “chamar”).

Em estudos no âmbito da gramaticalização, por exemplo, o mesmo tipo de formalização é usado na representação de diferentes cline, por exemplo, cline nominal («relational noun > secondary adposition > primary adposition > agglutinative case affix > fusional case affix» Lehmann 1985: 304), ou cline verbal («lexical verb > auxiliary > affix» Givón 1979: 220), que correspondem a formalizações que envolvem diferentes classes ou categorias, podendo portanto de algum modo implicar um maior grau de abstração, abstração essa que atinge o seu máximo no cline de gramaticalidade «content item > grammatical word > clitic > inflectional affix » (Hopper & Traugott 2003: 7), ainda redutível a lexical > grammatical. A noção de correspondência diacrónica, representada deste modo, está de tal modo assumida na disciplina, que muitas vezes dispensam os autores, mesmo de textos de carácter introdutório, de a explicitar de forma clara e de chamar a atenção para os pressupostos que a definem. Alguns autores fazem, no entanto, notar, ou pelo menos sugerem, que uma correspondência diacrónica define uma relação que se estabelece no tempo, e a sua formalização representa essa relação, mas não representa a mudança linguística (cf., por exemplo, Joseph & Janda 2003: 13).

Tendo em conta este tipo de observação, como se representa, afinal, a mudança linguística? Poderão sempre, claro, adotar-se diferentes tipos de formalizações metalinguísticas para representar a mudança, mas na verdade o que importa assinalar é que a mudança é representável, e é representada, a partir das diferentes abordagens que interpretam as suas manifestações, atribuindo-lhes diferentes formas, trajetórias, funções ou direções (Lass 1997: 290-304), o que necessariamente leva à formulação de propostas de carácter tendencialmente explicativo. Partirei neste breve texto da ideia de que antes de mais a mudança é representada a partir das suas manifestações. A inovação, a emergência de novas formas, estruturas ou valores, é quase sempre a faceta da mudança mais evidente, que se apresenta como mais abertamente exposta à observação, até dos próprios falantes, o que não deixa de ter reflexos no facto de que parece até por vezes ser implicitamente assumida em alguma bibliografia como (quase) sinónimo de mudança. Mas, como é sabido, à linguística histórica compete procurar definir as condições que

determinam não apenas a inovação, mas também a manutenção (ou conservação ou persistência), e este aspeto é referido, por exemplo, logo no início do conhecido manual de Bynon (1986⁵: 1): «Historical linguistics seeks to investigate and describe the way in which languages change or maintain their structure during the course of time».

O contraste entre inovação e conservação (neste último caso com alternativas terminológicas diferenciadas, como antes referido) tem sido frequentemente usado para caraterizar não só unidades linguísticas (genericamente) como também áreas, variedades e até línguas, e esse contraste será ou poderá ser operativo em abordagens diacrónicas, desde que devidamente explicitado e enquadrado num dado estudo ou proposta. Este tipo de contraste, recorrentemente usado em abordagens mais tradicionais, é também considerado crucial em propostas mais recentes. Assim, por exemplo, Maiden et al. (2011) constroem a sua história das línguas românicas com base justamente na oposição entre inovação e persistência. O conceito de persistência assume, no entanto, um valor particular em estudos de gramaticalização. Sendo definida como um dos fatores típicos da gramaticalização (Hopper & Traugott 2003: 2-3), no âmbito destes estudos persistência não é simplesmente equiparável aos conceitos mais gerais de conservação ou manutenção, mas é antes definida a partir de um princípio (princípio de persistência) que define uma generalização sobre a persistência de propriedades inerentes ao valor (+) lexical original de uma forma (ou construção) que sofreu um processo de gramaticalização. Com base neste princípio, é observado que num funcionamento (+) gramatical, a forma / construção manifestará ainda restrições, condicionamentos ou, de um modo geral, caraterísticas específicas decorrentes das propriedades inerentes à sua origem lexical. Trata-se, portanto, de uma generalização sobre a relação diacrónica entre a fonte (source) do processo e o seu alvo (target), que permitirá explicar contrastes sincronicamente observáveis no funcionamento de formas / construções gramaticalizadas (alvos) a partir de diferentes fontes, como, por exemplo, formas / construções de futuro, derivadas de construções com verbos de volição ou de deslocação ou perífrases de progressivo construídas com verbos de deslocação orientada / não

orientada (ir vs. andar, por exemplo, cf. Squartini 1998: 255, segs.; Brocardo & Correia 2012).

Além da inovação e da conservação ou persistência, a mudança linguística manifesta-se também como obsolescência, isto é, perda de uma dada forma, construção ou paradigma. Opondo-se a um princípio muito geral de persistência, que generaliza sobre uma tendência aparente para a manutenção de diferentes tipos de unidades linguísticas ou dos seus valores, ainda que em usos / contextos limitados ou mesmo marginais, a obsolescência é efetivamente muitas vezes manifesta também apenas como uma tendência e não como perda ou desaparecimento absolutos. A nótula que se segue incidirá justamente em paradigmas que vieram a sofrer obsolescência, em diferentes aspetos e graus, na diacronia do português.

Nótula sobre ‘passados’ – futuro e passado do passado (ou condicional e pretérito mais-que-perfeito)

As long as I can remember I’ve been besotted with the past.
(Lass 1997: xiii)

Numa visão diacrónica geral em que se perspetiva e generaliza sobre a continuidade dos paradigmas verbais latinos nas línguas românicas, o futuro do passado ou condicional (doravante COND) é usualmente referido como uma inovação (cf., por exemplo Alkire & Rosen 2010: 168). Por contraste, o pretérito mais-que-perfeito simples (doravante MPS) é muitas vezes referido como um traço particularmente conservador das áreas linguísticas em que teve continuidade (cf., por exemplo, Posner 1996: 327).

Quer o COND quer o MPS marcam, à partida, tempo, com um valor de, respetivamente, posterioridade e anterioridade em relação a um tempo de referência passado. Mas ambos aparecem também associados à marcação de modalidade em fases antigas do português, o que pode ser observado em exemplos como os seguintes (por ordem cronológica dos testemunhos):

1. ou ño aduxerõ cartas ou prouas que **poderiã** aduzer. (*Flores de Dereyto, fin. séc. XIII?*)
2. pos a Santa Jgreia tâbẽ aos prelados como aos outros clerigos que por atreujmẽto despreçassem a sentença do entre dito ou da sospẽssam do offizio e disser as oras cõselheyramẽte como ante, que he jrrigular porẽ, *que quer* tão dizer como clerigo que he fora de dereyta regla que **deuera** a teer (*Primeyra Partida de Afonso X. Séc. XIV*)
3. Por *que* se ficassem fora do oratorio. seria pella ventura algũ tal *que* se **lançaria** a dormir. ou certamente. se **asseẽtaria** fora da egreja occioso. ou **britaria** o senço e **entẽderia** en fabulas e palavras dannosas e sem proveyto. (*Regra de São Bento, Alc231 1414-1427*)
4. Se entam **fyzera** fym todo meu mal & meu bem nam me **fezera** almeyrim lembrança nunca de quem me fez esquecer de mym (G. Resende. *Cancioneiro Geral*. 1516)
5. mas agora que me vós dizeis que o he e me falais por elle, sam contente de lhe dar a licença, e assi o **fezera** da primeira se me vós nisso **faláreis** (G. Resende. *Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo*. 1533)

A leitura modal das ocorrências de formas de ambos os paradigmas é desencadeada em construções condicionais (explícitas, implícitas, de diferentes formatos sintáticos), em contextos negativos e com verbos inerentemente modais, podendo estes fatores coocorrer para a construção da referida interpretação. Configura-se assim uma relação entre os dois paradigmas, que, embora com distintos condicionamentos nalguns casos (cf., uma descrição mais detalhada destes aspetos em Brocardo 2016), é caracterizável como uma *competição* para a expressão dos mesmos valores ou de valores próximos. O MPS viria em português a perder geralmente a possibilidade de marcar valores modais. ‘Perde’, portanto, a competição, persistindo com esse tipo de funcionamento apenas marginalmente, por exemplo em expressões fixas. Teríamos portanto aqui a assinalar uma *obsolescência de significado*, neste caso de um dos valores possíveis associados às formas deste paradigma, de que necessariamente terá decorrido um decréscimo na sua frequência de uso. Na verdade, embora não tenha dados quantitativos que sustentem esta observação, a análise dos textos

parece sugerir que mesmo em fases passadas era já o COND o paradigma mais¹ produtivo para exprimir modalidade.

Mas além da perda de um dos valores possíveis do MPS, que aqui referi como *obsolescência de significado*, o MPS temporal tenderá também a ‘perder espaço’ em termos de frequência de uso em favor da forma composta. Embora não se possa aqui falar de obsolescência da forma, visto que o paradigma persiste, a obsolescência verifica-se de facto na terceira pessoa do plural, sendo, na prática, o MPS um paradigma defetivo (cf. a argumentação relativamente a este aspeto em Brocardo 2012: 42).

Mas voltando ao COND, note-se que também este ‘perde espaço’, dado que o imperfeito do indicativo ocorre com grande frequência em contextos que antes lhe estavam reservados, e isto parece ser uma tendência consideravelmente precoce na história da língua. Embora, mais uma vez, não disponha para sustentar esta observação de dados quantitativos, nem mesmo de dados mais gerais sobre uma cronologia, assinalai já possíveis exemplos deste tipo de usos do imperfeito em textos de finais do séc. XV (Brocardo 2016: 46, n.9).

Em qualquer caso, o que aqui pretendo notar é apenas que mesmo uma mera descrição da mudança linguística não pode nunca centrar-se numa dada unidade (forma, construção, paradigma...) sem considerar outra ou outras que com ela competem numa dada sincronia. E isto apesar das limitações impostas ao conhecimento dos dados relativos a épocas do passado linguístico, e também, muitas vezes, das dificuldades da sua interpretação.

Em jeito de conclusão

Procurando recentrar o tema proposto – representação – concluo defendendo que a representação da mudança linguística só se constrói a partir da(s) sua(s) interpretação(ões). Naturalmente que o percurso do estudo

¹ Acrescente-se que na diacronia do português, o MPS modal ‘perde’, não apenas para o COND (simples e composto), mas também para o imperfeito do conjuntivo, dependendo do contexto sintático-semântico, aspeto que aqui não exploro.

ditará uma gradação nessa interpretação, que não pode limitar-se ao mero estabelecimento de correspondências diacrónicas, que, como defendi, não são representações da mudança mas de relações diacrónicas entre diferentes tipos de unidades. Se uma primeira aproximação será a de simplesmente constatar a ocorrência de mudança (como inextricavelmente associada à própria natureza da linguagem e portanto indissociável do seu estudo em geral, cf. Hickey *ibid.*), é já num crescendo de interpretação que definimos as suas manifestações como inovação ou obsolescência, por exemplo. Mas naturalmente que os objetivos dos estudos diacrónicos, como de outro tipo de abordagens, ambicionarão a construção de interpretações com maior valor explicativo, incluindo a identificação de fatores condicionantes, processos e mecanismos. A formulação de hipóteses explicativas, de diferentes tipos de generalizações, como, de entre as que referi, um princípio de persistência, mas também, por exemplo, de direcionalidade (ou a sua refutação, claro) naturalmente corresponde, na gradação acima referida, a um grau máximo de interpretação da mudança, ou da sua representação.

Referências

- Alkire, T. & C. Rosen (2010) *Romance Languages. A Historical Introduction*. Cambridge: CUP
- Brocardo, M. T. (2012) O ‘passado do passado’ – alguns dados para a história do pretérito mais-que-perfeito em português. *VERBA HISPANICA* 20, pp. 33-48
- Brocardo, M. T. (2016) O futuro do passado /condicional – elementos para um estudo diacrónico. In A. L. Barros & M. T. Brocardo (orgs.) *Estudos sobre o verbo em português: valores, marcas e construções*. João Pessoa: Ideia, pp. 27-49
- Brocardo, M. T. & C. N. Correia (2012) Ir + gerúndio em português – aspetos sincrónicos e diacrónicos. In A. Costa et al. (eds.) *Textos Seleccionados. XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 121-135
- Bynón, T. (1986⁵) *Historical Linguistics*. Cambridge: CUP

- Gívon, T. (1979) *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press
- Heine, B. (2003) Grammaticalization. In Brian D. Joseph & R. D. Janda (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Cambridge USA / Oxford UK: Blackwell, pp. 575-601
- Hickey, R. (2001) Language change. In J. Verschueren et al. (eds.) *Handbook of pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins (2001 installment)
- Hopper, P. J. & E. C. Traugott (2003²) *Grammaticalization*. Cambridge: CUP
- Joseph, B. D. & R. D. Janda (eds.) (2003) *The Handbook of Historical Linguistics*. Cambridge USA / Oxford UK: Blackwell
- Lass, R. (1997) *Historical Linguistics and Language Change*. Cambridge: CUP
- Lehmann, C. (1985) Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. *Lingua e Stile* 20(3), pp. 303–318
- Maiden, M., J.C. Smith & A. Ledgeway (eds.) (2011) *The Cambridge History of the Romance Languages*. Vol. I Structures. Cambridge: CUP
- Posner, R. (1996) *The Romance Languages*. Cambridge: CUP
- Squartini, M. (1998) *Verbal Periphrases in Romance. Aspect, Actionality and Grammaticalization*. Berlin / NY: Mouton de Gruyter

COMENTE O SEGUINTE *TEXTO-FONTE*

Abstract: *In this short paper I focus on linguistic commentaries of ancient Portuguese texts (Castro 1991; 2006) and I try to show that this type of activity may constitute a useful and relevant method to inspire the discussion of language change topics. I comment on variants between the two remnant testimonies of Testamento de Afonso II (1214) (the most ancient royal text written in Portuguese) to illustrate the discussion.*

Na bibliografia de história da língua portuguesa encontramos alguns comentários linguísticos de textos-fonte, de que são exemplos os ‘comentários de textos’ incluídos em manuais de Castro (1991, 2006) e também um trabalho de Ana Maria Martins (Martins 1986), que, apesar de corresponder a um estudo de fôlego, se assume (apenas) como Elementos [sublinhado meu] *para um comentário linguístico do Testamento de Afonso II de 1214*.

Neste trabalho assumirei o desafio de aduzir algumas notas sobre o que poderá ser ‘comentar um texto-fonte’, de modo a pôr em evidência, através da prática, alguns aspetos relevantes para a discussão sobre ‘o texto no tempo em que não havia gramáticas’ (Brocardo 2011) ou, dito de outro modo, sobre questões conceituais e metodológicas inerentes à exploração linguística de testemunhos escritos de fases passadas da língua para as quais não existem fontes ‘secundárias’ (sobre a distinção fontes primárias / secundárias, v. Castro 1991: 173-174). Começarei por apresentar alguns ‘elementos’ (e apenas isto mesmo) para uma caracterização da atividade de comentário de textos no âmbito dos estudos diacrónicos, com base nos já referidos trabalhos de Ivo Castro,

mas cingindo-me aqui aos que tomam como objeto o *Testamento de Afonso II* de 1214 (doravante apenas referido como *Testamento*).

1. Os comentários de Castro

No *Curso de História da Língua Portuguesa* (Castro 2001), o autor começa por explicar que adotará, para o comentário do *Testamento*, «sucessivamente, dois modelos», que em seguida caracteriza e contrasta, explicando que «O primeiro procura reconstituir a estrutura linguística sincrónica que forneceu material à construção do texto, para avaliar se ela se encaixa na evolução conhecida do sistema linguístico do português ou se obriga à revisão de alguns dos seus aspetos» enquanto o segundo «é mais tradicional, na medida em que se limita a estudar, forma a forma, as questões mais interessantes que o texto proporciona, ou seja, aquelas que contenham alguma dificuldade ou alguma novidade e cuja história particular se procura reconstituir.» Não deixa porém de notar, a propósito deste segundo ‘modelo de comentário’, que «É uma abordagem atomizada e indireta para chegar ao mesmo resultado final: **o conhecimento de como evoluiu o sistema** de uma língua», naturalmente concluindo que «As duas abordagens são complementares e necessárias.» (Castro 1991: 202-203).

Na *Introdução à História do Português* (Castro 2006), este tipo de explicação é um tanto mais sintética, mas ainda assim não deixa o autor de enfatizar de forma diversa a particular relevância da fonte que comenta, salientando que, se a afirmação «O texto do *Testamento* fornece indicações de interesse para **conhecermos o estado da evolução da língua** portuguesa no início do séc. XIII.» seria «verdadeira para qualquer documento, ganha especial pertinência neste caso, porque das **duas versões emanam informações díspares**. (...) as grafias do copista do manuscrito de Toledo **atestam** evoluções fonéticas **que não se encontram** nas grafias do copista do manuscrito de Lisboa e que talvez permitam, pela sua modernidade, repensar alguns aspetos da gramática histórica do português.» Castro (2006: 118, sublinhados meus)

O *comentário linguístico* assume-se assim como metodologia praticada na procura de acesso ao conhecimento, ou reconstituição, da

gramática de «sincronias passadas, indiretamente acessíveis (apenas ou quase exclusivamente) pelas produções escritas remanescentes» (Brocardo 2011: 5). Nesta lógica o *texto* é necessariamente a *fonte* privilegiada desse (possível) conhecimento ou, na expressão de (Lass 1997: 44), que não resisto a mais uma vez citar, «The first-order witness [...] to the more distant linguistic past». Mas não deixaria também ainda de ‘comentar’ o que neste contexto emerge relativamente à própria conceção de *texto*. O contexto a que me refiro é o de situações de tradições textuais de testemunhos múltiplos, aspeto a que os comentários de Ivo Castro dão uma atenção muito particular, como já acima referi, incluindo toda a discussão sobre os diferentes aspetos que a colação dos dois manuscritos do *Testamento* (L e T) suscita relativamente à sua relação e circunstâncias de produção (Castro 1991: 194-197), e especificamente notando, sobre a tal conceção de *texto*, que «para um copista medieval, a separação entre a componente significativa e expressiva de **um texto** era maior do que hoje estamos dispostos a admitir» (sublinhado meu).

Entre os aspetos linguísticos comentados por Castro (entre outros, grafias / aspetos ‘fonéticos / fonológicos’, questões de etimologia e ‘evolução fonética’, aspetos flexionais, aspetos do ‘significado’ (de itens lexicais)), sempre vão assumindo relevo as variantes assinaladas entre os dois testemunhos remanescentes do *Testamento*. Assim, por exemplo, sobre as variantes de L e T das formas do possessivo feminino – *sa* em L e *sua* em T – comenta Castro (2006: 127) que «o copista T não sentiu necessidade de usar a forma átona do pronome, possível sintoma do seu declínio.»

Tomarei então o tópico ‘possessivos’ como pretexto para me permitir aqui eu própria aduzir alguns comentários, alheios sobretudo, a partir de alguns exemplos deste *mesmo texto*, mas centrando-me, de facto, nas variantes dos dois testemunhos.

2. O que proponho *comentar*: a propósito de possessivos... os artigos (definidos)

Uma das especificidades do português (europeu) contemporâneo, recorrentemente referida, tem a ver com o uso preferencial de possessivo

pré-nominal precedido de artigo. Nas descrições sincrónicas (e perspectivas explicativas subjacentes) este traço da língua tem sido objeto de várias propostas, que contrastam mesmo na atribuição de diferentes estatutos categoriais aos possessivos do português. Assim, por exemplo, na *Gramática* de Mateus *et al.* os possessivos são tratados como determinantes (Brito 2003: 346), mas na *Gramática* de Raposo *et al.* são classificados como pronomes, embora se admita que a impossibilidade de *[*teu*] *custou muito caro* (por [*o teu carro*] *custou muito caro*) «parece não satisfazer a condição de que um pronome é equivalente a um sintagma nominal completo.» (Raposo: 892, nota 19). Ainda assim, é usado o argumento de que «os possessivos são equivalentes a um sintagma nominal completo, tanto sintática como semanticamente». Este tipo de análise não deixa naturalmente de ter de admitir que se configura aqui alguma peculiaridade: «Os possessivos constituem, pois, o **único caso** em português em que um sintagma nominal pode modificar outro sintagma nominal mais abrangente» (Raposo 2013: 906, sublinhado meu).

Também os estudos diacrónicos têm, naturalmente, dado atenção a esta questão, e muitos estudos e propostas, de diferentes orientações, têm procurado encontrar dados e hipóteses relevantes. Não caberia aqui obviamente uma revisão desses trabalhos, pelo que refiro apenas uma proposta relativamente recente (e na qual se encontram as referências de muitos trabalhos anteriores), Rinke (2010), e apenas para ‘comentar’ as ilações que tira de dados quantitativos.

Refere a autora na ‘Conclusão’ do seu artigo que «Enquanto o artigo definido acompanha geralmente os sintagmas nominais com pronome possessivo no português actual, o mesmo é sistematicamente omitido no português antigo.», acrescentando que haverá «A partir do século XIV (...) uma fase de variação, na qual o artigo é opcional» (Rinke 2010: 136). A autora explica que o ‘Estudo quantitativo’ foi feito a partir de «1632 frases nominais do século XIII ao século XX» (ibid: 128), e que os dados relativos aos séculos XIII a XVI foram recolhidos nos documentos notariais publicados por Martins (2001). Para os restantes séculos abrangidos no estudo – XVII a XIX –, foram escolhidos, porém, textos de outros géneros (termo que a autora não usa, referindo apenas

que se trata de «textos narrativos literários e cartas de diferentes autores»), o que desde logo colocaria reservas sobre a comparabilidade de dados das diferentes sincronias consideradas, em função das diferenças inerentes aos diferentes géneros, que inevitavelmente se refletirão também neste aspeto dos dados linguísticos veiculados.

Volto agora ao texto comentado por Ivo Castro, e cuja leitura permite facilmente constatar, como à partida se preveria, uma evidente predominância de possessivo (pré-nominal) não precedido de artigo, que se observa em muitas ocorrências de sintagmas nominais com possessivos (de primeira e terceira pessoas) com diferentes tipos de nomes. Mas a análise do texto permite também verificar que, sendo embora minoritário, já ocorre aqui (e note-se que se trata do texto régio mais antigo escrito em português) possessivo precedido de artigo:

E as outras duas partes de toda **mia meiadade** segĩa departidas igualmente entre **meus filios** e **mias filias** *que* ouuer da raina dona Orraca assi como suso e dito. E mãdo *que* aqeste auer |¹⁷ **dos meus filios** *que* o teniã aqestes dous arcebispos (L)

Noutra passagem do texto, podemos verificar o mesmo tipo de variação ‘vertical’ (quer dizer, na sequência textual, num mesmo testemunho):

(...) E ssi a dia **de mia morte meu filio** ou **mia filia** *que* no |²⁴ meu logar ouuer a reinar ão ouuer reuora mãdo *aqueles* caualeiros *que* os castelos teen de mi enas terras *que* de mi teem **os meus riquos omees** *que* os den a esses **meus riquos omees** *que* essas terras teiuerẽ. (L)

Este tipo de observação permite pois constatar que, contra generalizações do tipo das referidas por Rinke (2010), não é (já?) «sistemático» o uso do possessivo pré-nominal sem artigo (e note-se que falar aqui de «omissão» não será adequado), sendo de facto, pelo contrário, assinalável a tendência muito precoce para a ocorrência de artigo neste contexto, em português, e é a meu ver essa emergência precoce que merece ‘comentário’.

Mas a colação dos dois testemunhos mostra-nos outro dado interessante («ganha especial pertinência» Castro: *ibid*), que é o da variação

‘horizontal’, quer dizer, entre os dois testemunhos do mesmo texto, mostrando a possibilidade de variação exatamente num mesmo contexto:

E ssi a dia **de mia morte** (L, li 23) / E ssi a dia **da mia morte** (T, li 32)

Esta evidência, ainda que quantitativamente pouco expressiva, tem, qualitativamente, relevância, sobretudo no reforço da constatação de uma emergência (muito) precoce do artigo antes de possessivo¹.

Sobre o artigo definido, e de forma muito sintética, já nas fases mais antigas das línguas românicas ele mostra atenuação do valor déítico original, marcando (cada vez mais) «shared cognition between speaker(s) and addressee(s)», mas preservando alguma «identifying force», o que seria testemunhado, em textos antigos, pela sua não ocorrência com referentes «unique, abstract and generic» (Ledgeway 2011: 412). Segundo Mulder & Carlier (2011: 525), numa perspectiva geral sobre a evolução de artigos definidos, «Whereas the semantic dimension is predominant in the first stages of the grammaticalization process, it can progressively fade out, which is reflected in a spread to new contexts where the articles convey neither definiteness nor specificity.»

Neste caso portanto a expansão do uso de artigo a um novo contexto (antes de possessivo pré-nominal), com consequente aumento da sua frequência *token*, poderia ser interpretada como indício de um tendencial ‘esvaziamento’ semântico, configurando-se, numa perspectiva diacrónica, uma inovação eventualmente interpretável como indiciadora de um estado já avançado do processo (não discreto) de gramaticalização. Mas as minhas conclusões não pretendem evidentemente incidir neste aspeto (que apenas tomei como pretexto para iniciar a discussão), mas sim, claro, sobre a atividade de comentário de textos-fonte.

¹ E iria também no sentido da «modernidade» que Castro (2006: 118) atribui ao copista de T a propósito de aspetos gráficos.

3. Conclusões

Sem, evidentemente, o que seria absurdo, deixar de admitir a relevância, e a necessidade, de estudos baseados em corpora quantitativamente representativos, queria aqui antes sublinhar o que muitas vezes parece ser a necessidade (também) de ‘começar pelo texto’, ou antes ainda, quando possível, pelos seus vários testemunhos. Comentar um texto-fonte é sobretudo, descrever, claro, mas também discutir a relação de representação subjacente entre texto / língua / variedade linguística, por exemplo procurando interpretar a variação entre formas / estruturas em competição (no mesmo texto / testemunho, em diferentes testemunhos). ‘Olhar para o texto’² antes de ‘olhar para o corpus’ permite às vezes afinar (preventivamente, por assim dizer) análises de base estrita ou predominantemente quantitativa, por isso o «tradicional» comentário linguístico de textos-fonte (mesmo na sua modalidade «atomizada», cf. Castro: *ibid*) constitui-se (ainda), a meu ver, como atividade metodologicamente relevante, produtiva, e, sobretudo, inspiradora para o estudo da mudança linguística.

Referências

- Brito, A. M. (2003) Categorias sintáticas. In M.H. Mateus, *et al. Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 323-432
- Brocardo, M. T. (2011) O texto no tempo em que não havia gramáticas. In C. N. Correia (org.) *Cadernos WGT – Formas & Construções*. Lisboa: FCSH-CLUNL, pp. 5-10
- Castro, I. (1991) *Curso de História da Língua Portuguesa*, (com a colaboração de R. Marquilhas e J. L. Acosta) Lisboa: Universidade Aberta
- Castro, I. (2006) (2.^a ed. rev. e aum.) *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri

² Com este ‘olhar’ simplifico aqui a consideração de muitos aspetos (e as suas inter-relações) sobre questões de género, contexto de produção, relação entre testemunhos (versões, cópias...), critérios de edição, etc.

- Ledgeway, A. (2011) Syntactic and morphosyntactic typology and change. In M. Maiden, J. C. Smith & A. Ledgeway (eds.) *The Cambridge History of the Romance Languages*. Cambridge: CUP, pp. 382-470
- Martins, A. M. (2001) *Documentos portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa: IN-CM
- Martins, A. M. (1985) *Elementos para um comentário linguístico do Testamento de D. Afonso II (1214)*. Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras (trabalho de síntese apr. a Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica)
- Mulder, W. & A. Carlier (2011) The grammaticalization of definite articles. In H. Narrog & B. Heine (eds.) *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. Oxford: OUP, pp. 522-534.
- Raposo, E. P. (2013) Pronomes. In E.P. Raposo. *et al* (orgs.) *Gramática do Português*. Lisboa: FCG, pp. 883-918
- Rinke, E. (2010) A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. *Estudos de Lingüística Galega* 2, pp. 121-139

HAVER E TER

– BALANÇOS E PERSPETIVAS

Abstract: *In this working paper I briefly present my current research on the diachrony of Portuguese haver and ter ('have'). I focus on their occurrence in expressions that allow for an epistemic reading (paraphraseable by full epistemic verbs such as modern considerar 'consider' or achar 'find') in Old Portuguese. The diversity of the functioning of these verbs – main full and light verbs, auxiliaries – clearly shows that they are grammaticalized forms, just as similar verbs interlinguistically. More specific to Portuguese is the early emergence of ter in competition with haver, leading in some cases to the obsolescence of the latter. But in both deontic periphrases (haver / ter (Prep) + INF) and epistemic expressions they do not follow the general trend, showing clearly distinct paths. The main objectives of the research will be to identify the conditioning factors and the 'sources' (as defined by Heine & Kuteva 2002) for their grammaticalization in constructions with epistemic readings.*

1. Brevíssimo balanço e enquadramento geral

Em português contemporâneo é claramente *ter* que assume uma maior variabilidade, ocorrendo em diferentes construções, como verbo principal pleno (*Tenho uma casa / dois filhos / cabelos brancos...*) ou leve (*Tenho muitas discussões com ela*), como auxiliar de tempos compostos (*Tenho encontrado a Maria / estado engripada*), em perífrases modais (*Tenho de acabar isto*), e mesmo como existencial, suplantando *haver*, em registos do português do Brasil (*Tem gente assim*).

Numa perspetiva diacrónica, destacam-se como especificidades do português, em contraste com outras línguas românicas, a obsolescência total de *haver* como verbo pleno de ‘posse’ ou verbo leve (tendência neste caso partilhada com o castelhano), bem como uma tendência marcada para o seu desuso, na maior parte dos registos, como auxiliar de tempos compostos. Poder-se-ia falar aqui em obsolescência parcial, visto que, embora *haver* persista efetivamente em certos registos, não só há diferenças em termos de frequência de uso, como a possibilidade da sua ocorrência nos diferentes paradigmas e formas flexionadas parece também ser desigual (cf., por exemplo, *havia(m) dito* / *?hei dito* / *?hão dito*), o que talvez permita falar em defetividade no caso do pretérito perfeito composto. Já em perífrases com infinitivo que associam valores modais deônticos a valor temporal de futuro, a diacronia de *haver* e *ter* parece mostrar um percurso diferente (cf., p. ex., Brocardo 2013, 2014), e limito-me aqui a notar a persistência de *haver* neste tipo de construções. Não se verifica, portanto, neste tipo de funcionamento a tendência inovadora, e que é bastante precoce na história do português, correspondente à emergência de *ter* em competição com *haver*, em diferentes contextos sintático-semânticos. A emergência de *ter* nestas perífrases parece ser de facto mais tardia, como já observado por vários autores, e em qualquer caso há uma diferenciação de valores nas perífrases com *haver* e *ter* (cf. Brocardo 2013: 84, com remissão também para outras referências).

O trabalho sobre *haver* e *ter* que tenho desenvolvido e que pretendo alargar e aprofundar assume uma opção teórica que se enquadra nos estudos de gramaticalização, dado que, como referi acima, o funcionamento destes verbos evidencia claramente que se trata de verbos gramaticalizados. Este enquadramento deverá fornecer as ferramentas adequadas para uma investigação sobre formas e construções que, em diacronia, evidenciam processos de mudança – que se manifestam como inovação / obsolescência e persistência – decorrendo da competição entre formas / construções para a expressão de valores próximos, configurando justamente processos de gramaticalização. Estes processos terão contrapartida no funcionamento da língua observável em sincronia, na linha de generalizações como a formulada por Heine &

Miyashita (2008:54) como uma ‘hipótese de gramaticalização’: «...it is maintained that since language structure is the product of processes that happened in the past, it can be explained with reference to these processes; we will refer to this as the grammaticalization hypothesis.». Em termos muito genéricos assumirei, portanto, a interdependência de processos diacrónicos e funcionamento sincrónico, na linha do que Lehmann (2005: 153) defende e de resto ilustra justamente com o exemplo de um verbo do tipo de *haver*: «Synchrony and diachrony are two perspectives on the same thing. There are no purely synchronic and no purely diachronic phenomena; there is only a synchronic and a diachronic side to a linguistic phenomenon. In modern English, *have* ‘possess’ bears a synchronic relation to *have* AUX, whose diachronic counterpart is the evolution of *have* AUX out of *have* ‘possess’.»

2. Algumas perspetivas

As ‘perspetivas’ que aqui brevemente apresento situam-se na continuidade do trabalho sobre *haver* e *ter* na história do português, referindo-se especificamente ao trabalho, em curso, sobre a ocorrência destes verbos em construções que desencadeiam leituras caracterizáveis como epistémicas, no sentido em que marcam alguma expressão da validação, por parte do enunciador, do que é expresso no enunciado (parafraseáveis por *considerar* / *achar* (...)) em português contemporâneo).

Estas construções parecem ser pouco produtivas na língua atual. No caso de *ter*, ocorrem em expressões como *ter para (mim)* ou *ter (...)* *por*, como nos exemplos:

1. **Tenho para mim** que, numa situação de ditadura, a SIC a serviria melhor que qualquer das suas concorrentes.
2. Embora com aspectos pontuais positivos, o balanço geral **tenho-o por** negativo. [CETEMPúblico]

No caso de *haver*, ocorre a expressão *haver por bem*, que alterna com *achar* / *entender por bem*, de que geralmente se infere “decidir /fazer (alguma coisa)”:

3. A fim de evitar que isso acontecesse, os organizadores do colóquio **houveram por bem** encomendar uma sondagem.

4. **houve por bem** desistir do espetáculo. [CETEMPúblico]

É de assinalar aqui a persistência de *haver*, mas com aparente lexicalização, no sentido de perda de composicionalidade da expressão, o que é de resto típico em casos de obsolescência de uma dada forma.

No que respeita aos dados para o estudo diacrónico, parto da análise de ocorrências de *haver* / *ter* com o referido funcionamento atestadas em testemunhos do português antigo. É notória a competição entre os dois verbos no mesmo tipo de contextos, por exemplo na expressão *haver* / *ter por bem*, como atestado em:

5. e outorgarõ *que* eu fizesse hy aquilo *que por bẽ teuesse* assi en Juyzo como en auéença como en Aruidro [CAIII, 1270]

6. Esta ujnha tenhadess uoss en dyas de uossa ujda *e dũa* <uosa fy' lha> {pessoa qual uos *e* noss **ouuermoss por bẽ**}. [DPNRL, 1294]

Há, no entanto, (aparente) divergência nas estruturas em que ocorrem, assinalando-se *ter*, mas não *haver*, introduzindo uma completiva:

7. E asi estauã os campos *e uales e môtanhas* cubertas deles *que os* mais dos *cristaaos que hy forã* **tijnhã** *que* tâta caualaria de mouros não podia auer ã todo africa nẽ en asya. [LLC, séc. XIV]

Outros dos aspetos que necessariamente terá de ser analisado é o da competição com verbos epistémicos plenos, que se observa, aparentemente, no contraste entre exemplos como 7 e 8:

7. Mays todo esto ão lhis ualia rem ca os *cristaaos* crecialhis mays *e* mais as forças. **entêdiã** *que* andauã cobertos da graça da uera cruz ã que tragiã os olhos. [LLC, séc. XIV]

Em função do enquadramento acima referido, definem-se com objetivos da investigação, entre outros, formular hipóteses sobre os fatores que terão estado associados à emergência de leituras epistémicas, bem como procurar determinar que tipo de funcionamento de *haver* / *ter* constitui a sua *fonte* (na aceção de Heine & Kuteva 2002), ou, dito de

outro modo, que ligação se pode estabelecer diacronicamente entre a emergência de usos epistémicos e outros funcionamentos de *haver* /*ter*.

Alguns resultados, ainda muito preliminares (Brocardo 2017), apontam para que neste tipo de construções a competição entre *haver* e *ter* é precoce, como acontece noutros funcionamentos destes verbos. Assim, por exemplo, ambos ocorrem em estruturas transitivas predicativas (*aver* / *ter* ... (*por*) ...) em que coocorrem formas / expressões lexicais (*firme, estauil, por bem...*), que favorecem a inferência do valor epistémico da construção, e que corresponderá a uma validação ‘forte’ do asserido. Há, porém, indícios de contrastes, como o já acima referido, eventualmente entre outros, cuja identificação, porém, carece ainda de uma análise mais alargada e aprofundada dos dados.

Termino com uma breve referência a questões de ordem metodológica. Na linha do que tenho defendido noutros trabalhos (p. ex., Brocardo 2014), a sustentação das geeralizações e hipóteses a formular sobre os aspetos linguísticos que são objeto do estudo deverá sempre atender às especificidades dos textos / testemunhos que são usados como fontes para recolha dos dados. Isto implicará necessária e obviamente considerar as limitações impostas a estudos diacrónicos, tendo em conta, por exemplo, a representatividade diferenciada, quantitativa e qualitativamente, das fontes, em diferentes sincronias, incluindo questões associadas à diferenciação de géneros textuais, que poderão condicionar a ocorrência de determinados tipos de formas ou construções.

Referências

- Brocardo, M. T. (2013) Sobre o 'futuro' – formas e construções marcadoras de posterioridade em textos portugueses dos séculos XIII a XV. In R. Álvarez *et al.* (orgs.) *Ao Sabor do Texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 77-90
- Brocardo, M. T. (2014) Gramática e texto em diacronia – *haver* (mais-que-perfeito simples) *de* + infinitivo em duas crónicas de Zurara. *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies*, 10, pp. 39-47

- Brocardo, M. T. (2017) Construções com *haver* e *ter* de valor epistémico – alguns dados de testemunhos dos séculos XIII-XIV. Comunicação apresentada a *IVO – IV CILH*. Lisboa. FLUL
- Bybee, J. (2002) Cognitive processes in grammaticalization. In M. Tomasello (ed.) *The New Psychology of Language*. Vol. II. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Inc.
- Bybee, J., R. Perkins & W. Pagliuca (1994) *The Evolution of Grammar: Tense, Aspect and Modality in the Languages of the World*. Chicago: University of Chicago Press
- Heine, B. & T. Kuteva (2002) *World Lexicon of Grammaticalization*. Cambridge: CUP
- Heine, B. & H. Miyashita (2008) The structure of a functional category: German *drohen*. *Language Sciences* 30, pp. 53–101
- Lehmann, C. (2002²) *Thoughts on Grammaticalization*. Erfurt: ASSIDUE 9
- Teyssier, P. (2005) *A Língua de Gil Vicente*. Lisboa: IN-CM

Fontes dos exemplos

CETEMPúblico 1.7 v. 8.0 (ac. 02.03.18)

<https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>

DPNRL – Documentos portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa – Martins, A. M. (2001) *Documentos portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa: IN-CM

LLC – Livro de Linhagens do Conde D. Pedro – Brocardo, M. T. (2006) *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV)*. Lisboa: IN-CM

NAS «MARGENS» DO «TEXTO» – NOTAS SOLTAS SOBRE VARIANTES EM FORMAS DE *DEVER* E *PODER*

Abstract: *In this working paper I briefly describe occurrences of constructions with the modal verbs *dever* ‘must’ and *poder* ‘can’, verbs which were one of the many subjects of Henriqueta Costa Campos’ linguistic research. The data was retrieved through the collation of two manuscripts of the same 15th century Portuguese chronicle. I argue that the variants’ contrast, since it evidences distinct alternatives in exactly the same contexts, may provide relevant insights to linguistic diachronic studies.*

1. Introdução

Henriqueta Costa Campos usou em vários trabalhos exemplos de textos ‘históricos’, entre os quais, por exemplo, passagens da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes (Campos 2000), que a autora apresentou para discutir aspetos dos funcionamentos do pretérito perfeito e mais-que-perfeito, nas formas simples e compostas. Sugere portanto Campos, no referido trabalho, que dados de fases passadas da língua poderão de algum modo ser relevantes para a discussão e formulação de hipóteses sobre aspetos da gramática da língua, ainda que, no seu caso, não fosse objeto central da investigação o trabalho em diacronia (cf. Brocardo 2009).

Esta vertente do trabalho da investigadora que aqui celebramos deu-me o primeiro pretexto para a minha participação neste WGT, em que

se pretende, mais uma vez, lembrar o trabalho essencial que dedicou ao estudo de formas e construções do português.

No texto antes referido de Campos (2000), o texto usado é de Fernão Lopes, como antes disse, pretexto para delinear esta breve contribuição, trazendo agora dados recolhidos num dos textos do cronista que lhe sucedeu, Gomes Eanes de Zurara. Uma primeira questão a discutir, claro, seria a da adequação da etiqueta ‘literário’, incluída no tema deste WGT, a textos de carácter historiográfico, mais especificamente, crónicas, género que no contexto português surge de modo decisivamente representativo justamente a partir do século XV.

Numa perspetiva diacrónica, mais especificamente pensando no recurso a fontes textuais para a recuperação e exploração de dados para diferentes épocas da história do português, este ‘tipo’ de textos é efetivamente incluído, tradicionalmente, nos textos ‘literários’ (Castro 2006: 92, e.o.). Um dos argumentos para tal classificação, embora nem sempre haja uma clara explicitação do critério usado, será, entre outros, o facto de, neste contexto de estudos e dentro desta cronologia, assumir particular relevância a forma de transmissão do texto. Opõem-se assim, contrastivamente, os textos ‘não literários’, mais geral e tipicamente conservados em originais datados e autoralmente identificados, e os ‘literários’, de que geralmente se não conservam originais autógrafos, sendo transmitidos por cópias manuscritas. Constituem estes, assim, os testemunhos de facto conhecidos destes ‘textos’, os únicos objetos afinal disponíveis para estudos linguísticos e não linguísticos.

Correspondem portanto os ‘textos’, de Lopes ou Zurara, como de vários outros cronistas, identificados e anónimos, tipicamente, a textos não conservados em original, muitas vezes transmitidos por testemunhos múltiplos, com distintas datas, quase sempre conjecturais. Por isso colocam questões substancialmente diferentes em relação a outros géneros para a sua utilização como fontes para estudos linguísticos diacrónicos, o que de algum modo justifica a sua classificação como ‘literários’, que seria, noutros contextos, certamente (mais) discutível.

Mas não é meu objetivo discutir aqui as complexas questões associadas a uma hipotética ‘literariedade’ do género crónica (que desde logo deveria ser diacronicamente delimitado de modo mais preciso),

antes pretendo explorar potencialidades que justamente decorrem da forma da sua transmissão textual por cópia manuscrita, e que correspondem à geração de variantes entre diferentes testemunhos que tal processo sempre determina, variantes que incidem nos mais diversos aspetos linguísticos (v., e. o., Brocardo 1994, 1998). E foram, de facto, as variantes, assinaladas entre dois dos testemunhos de uma crónica de Zurara, que me deram o segundo, e talvez principal, pretexto para esta contribuição em homenagem de Henriqueta Costa Campos. De entre a multiplicidade de aspetos linguísticos em que tais variantes incidem, selecionei para este trabalho algumas das que afetam formas de *dever* e *poder*, verbos que constituem objetos de estudo muito explorados pela homenagem, como se sabe (Campos 1998, entre muitos outros trabalhos), e que aqui pretendo comentar¹. O objetivo principal será o de evidenciar que não só o «texto» mas também as suas «margens» – o que remete para as notas editoriais que assinalam variantes – veiculam dados relevantes para a análise linguística.

2. O ‘texto’ e os testemunhos

O texto em que recolhi os dados que irei comentar é a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* de Gomes Eanes de Zurara, cuja redação original terá ocorrido durante a década de sessenta do século XV e cuja tradição textual está representada por mais de uma dezena de manuscritos, que vão de finais do século XV até ao século XVIII. Não se conhece, claro, nenhum autógrafo, e nos testemunhos é mesmo referido, pontualmente, o ‘autor’ – *o comendador que primeiramente esta estoria ajuntou e escreveo* – como diferenciado do enunciador marcado (cf. Brocardo 1997: 19).

Para estas notas usei variantes assinaladas entre apenas dois manuscritos, os mais antigos da tradição, o Ms. 439 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, de finais do século XV ou princípios do XVI (C), e o Ms. 146.B.7 da Biblioteca da Sociedade de Geografia de

¹ Os dados que aqui apresentarei foram já objeto de estudo, entre outros, em Brocardo (2019a).

Lisboa, de princípios século do XVI (G), representantes de dois ramos distintos da tradição: G não é cópia (direta ou indireta) de C e C não é cópia de versão copiada por C. O ramo representado por G depende de cópia feita em 1470 por João Gonçalves e tem muitos testemunhos com ele aparentados, enquanto o ramo representado por C não tem, aparentemente, descendentes (Brocardo 1997: 77-111).

3. As variantes

3.1. Construções com *dever*

Para as ocorrências de *dever*, fiz uma pesquisa exaustiva, em todo o texto, considerando os casos em que há variação entre os dois testemunhos mas também aqueles em que não se assinalam variantes. Na maioria das ocorrências de *dever* + INF a interpretação é deôntica (1), mas assinala também um conjunto de atestações com leitura epistémica (2):

1. *E vos bõe vedes o caso quejamdo he, nõ cumpre que vos diga quamto vos **deveis** a esto **trigar**.* (C, G)
2. *Aymda que da morte daquelle marym por que os mouros tamto lamenteavã os nossos outro conheçimemto nõ ouvessêe, soomemte parecer-lhes que **devia ser** gramde homêe amtre elles, pois de tantos hera chorado.* (C, G)

Em parte das ocorrências com interpretação deôntica, há variação entre os dois manuscritos, mas apenas quanto à ocorrência ou não da preposição, como se exemplifica em (3), noutros casos ainda a interpretação parece resultar ambígua entre epistémica e deôntica (4):

3. *E porque nõ vyram cousa nenhũa a que **se devessem de emdereçar**, torno-se a galliota (C) / **a que devessem endereçar** (G)*
4. *Deste feito (...) nõ somemte se **devê de espamtar** os que agora sam presentes, mas todolos outros que vierem depois desta hydade.* (C e G)

No que respeita a esta construção, a variação mais significativa, embora se registre em apenas duas ocorrências (5 e 6), diz respeito ao tempo gramatical:

5. Senhor, – disse *Gomçallo* Nunez – em esta terra ão **devereys fazer** comta de numero de gente que há nos lugares, mas da que se em breve pode ajuntar. (C) / **deveis fazer** (G)

6. Oo, – disse elle – nobre fidallgo! Pera vos husardes de vossa nobreza, vos me **deviaes soltar** llyvrememente sê outra rremdição. (C) / **deveis de soltar** (G)

Note-se que se em (5) a variação parece de facto ser propriamente temporal, no caso de (6) o uso do imperfeito no testemunho C parece induzir uma leitura «desiderativa» (cf. Oliveira & Mendes 2013: 638, nota 9), que não é possível na variante de G, com presente.

3.2. Construções com *poder*

O confronto dos dois testemunhos mostra variação nas ocorrências de *poder*, que se atesta de modo quantitativamente mais significativo no que respeita a diferentes ‘tempos’ marcados neste verbo, contrastivamente com as ocorrências de *dever*. Esta variação ocorre entre o condicional e o mais-que-perfeito simples e entre o condicional e o imperfeito. No primeiro caso (exemplificado em 7) verifica-se aqui a competição assinalada entre estes dois paradigmas que aparece em fases passadas do português também, por exemplo, em construções condicionais (Brocardo 2019b), enquanto no segundo (8) se manifesta um dado já aqui igualmente patente, que é o de uma tendência aparentemente precoce de emergência do imperfeito em usos antes reservados ao condicional, em diferentes contextos.

7. caa, se mais nom ouvesse de ser, com quatro ou çimco mill dobras **podereis** [“pudéreis”] **fazer** maior serviço a Deus. (C) / **poderieis fazer** (G)

8. empero outros muytos hy avia que husavão de sua sanha mais temperadamemte, esperamdo que aymda **poderiam cobrar** sua çidade(C) / **podiam cobrar** (G)

3.3. Variantes entre *dever* e *haver* (*de*)

De entre as variantes assinaladas no confronto dos dois testemunhos, revelam particular significado as que envolvem alternâncias no próprio modal, nas construções com *haver de* versus *dever* (*de*) + INF:

8. os pemsamentos daquestes em allgũa parte nom heram vaãos, caa elles ficavõ em aquella çidade que hera naquelle tempo casy a frol daquella terra d'Africa, cuja perda, de rrezão, **avia de ser** dos mouros muito semtyda. (C) / **devia ser** (G)

9. o quall foy tam gramde que os fez esquecer da madeira que ally trouxerã, a qual ao menos **ouverã de queimar** por não dar ajuda aos ymigos contra sy mesmos. (C) / **deveram de queimar** (G)

10. e parecee que hera homẽ menos avisado do que pera tall auto compria, ou perventura nõ se emformou bẽ dos lugares per domde **ouvera de fazer** seu offiço. (C) / **devera de fazer** (G)

Em 8, a coocorrência com um predicado estativo, com *sentir* no imperfeito, leva a uma leitura epistémica, mostrando a variante a possibilidade de alternância entre *dever* e *haver de* para a expressão, aparentemente, do mesmo tipo de valor. Em 9 e 10, com predicados aspetualmente diferentes (com *queimar* e *fazer* no mais-que-perfeito simples), patenteia-se também, aparentemente, a mesma possibilidade de alternância entre as construções com *dever* / *haver de* + INF, que neste caso marcam um valor modal deôntico, no contexto com interpretação contrafactual (parafraseáveis por ‘deveriam ter queimado / feito’).

Nota final

Em síntese, apresentei aqui, na sequência de trabalhos anteriores como os já referidos, uma breve exemplificação de variantes geradas no processo de cópia manuscrita, processo inerentemente associado à transmissão de textos do género ‘crónica’ (quatrocentista). Pretendi demonstrar que, tal como se assinala para muitos outros aspetos linguísticos, de diferentes níveis, as variantes que incidem em formas associadas à expressão de valores modais podem constituir-se como dados relevantes para a análise linguística. Usar este tipo de dados, por assim dizer

complementares, evidencia, à partida, várias possibilidades de ocorrência de formas / construções diferenciadas, com a vantagem de elas se atestarem exatamente num mesmo contexto. Análises especificamente focadas nessas alternâncias, poderão pois, ao apontar alternativas disponíveis para a expressão de um mesmo valor ou valores próximos, apontar pistas a explorar, em termos de variação e mudança, naturalmente com recurso também à exploração de conjuntos mais alargados de dados, recolhidos com base em outros procedimentos metodológicos.

Referências

- Brocardo, M. T. (1994) Variantes dos Manuscritos C e G. In *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara. Edição e Estudo*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (tese de doutoramento inédita), pp. 195-302.
- Brocardo, M. T. (1997) *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara. Edição e Estudo*. Lisboa: FCG/JNICT.
- Brocardo, M. T. (1998) As variantes como objecto de estudos linguísticos diacrónicos. In G. Ruffino (ed.) *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Vol. 6, Tübingen: Max Niemeyer, pp. 47-57.
- Brocardo, M. T. (2009) Nótulas históricas – uma (re)leitura de Campos (2000). In M. T. Brocardo (org.) *Cadernos WGT – Ler Campos*. Lisboa: CLUNL / NOVA FCSH, pp. 13-18.
- Brocardo, M. T. (2019a) Sobre fontes para a história do português: testemunhos, edições e variantes. *Zeitschrift für romanische Philologie* 135(3), pp. 818-844.
- Brocardo, M. T. (2019b) Formas em competição em construções condicionais na diacronia do português. *Revista da APL* 5. Lisboa: APL, pp. 67-78.
- Campos, M. H. C. (1998) *Dever e Poder: um subsistema modal do Português*. Lisboa: FCG/JNICT.

- Campos, M. H. C. (2000) Sur les formes composées du prétérit en portugais. In A. Englebert *et al.* (eds.) *Actes du XXIIe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Vol. II. Tübingen: Max Niemeyer, pp. 57-63.
- Castro, I. (2006) *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.
- Oliveira, F. & A. Mendes (2013) Modalidade. In Raposo, E. B. P. *et al.* *Gramática do Português*, Vol. I. Lisboa: FCG, pp. 623-693.

BIBLIOGRAFIA DE TERESA BROCARDI

Livros

- (no prelo). (Ed.). *O Verbo em português*. Edições Colibri. (com Correia, C. N. & Caetano, M. C.).
- (2016) (Ed.). *Estudos sobre o verbo em português: valores, marcas e construções*. Idéia. (com Barros, A.).
- (2014). *Tópicos de História da Língua Portuguesa*. Edições Colibri.
- (2006). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV)*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (1997). *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara. Edição e estudo*. Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Capítulos de Livros

- (2016). O futuro do passado / condicional – elementos para um estudo diacrónico. In A. Barros & M. T. Brocardo (Eds.). *Estudos sobre o verbo em português: valores, marcas e construções* (pp. 27-49). Idéia.
- (2016). Main Morphosyntactic Changes and Grammaticalization Processes. In W. L. Wetzels, J. Costa & S. Menuzzi (Eds.). *The Handbook of Portuguese Linguistics* (pp. 471-486). Wiley Blackwell. (com Lopes, C.R.S.). <https://doi.org/10.1002/9781118791844.ch26>.
- (2016). History and Current Setting. In W. L. Wetzels, J. Costa & S. Menuzzi (Eds.). *The Handbook of Portuguese Linguistics* (pp. 1-12). Wiley Blackwell. (com Lopes, C.R.S.). <https://doi.org/10.1002/9781118791844.ch1>
- (2014). Construções com *ser*, *estar*, *jazer* na história do português: notas em torno de inovação, persistência e obsolescência. In L. E. García & X. López Viñas (Eds.). *Lingua, texto, diacronía. Estudos de Lingüística histórica*. (Monografia 9. *Revista Galega de Filoloxia*) (pp. 97-107). Universidade da Coruña.

- (2014). Que papel para a irregularidade (morfológica)? Algumas notas sobre *ir* a partir de dados do CIPM e do DVPM. In A. Fiéis, A. Madeira & M. Lobo (Eds.). *O Universal e o Particular: uma Vida a Comparar. Homenagem a Maria Francisca Xavier* (pp. 79-89). Edições Colibri. (com Caetano, M. C.).
- (2013). Sobre o 'futuro' – formas e construções marcadoras de posterioridade em textos portugueses dos séculos XIII a XV. In R. Álvarez, A. M. Martins, H. Monteagudo & M. A. Ramos (Eds.). *Ao sabor do texto. Estudos dedicados a Ivo Castro* (pp. 77-90). Universidade de Santiago de Compostela – Servizo de Publicacións e Intercambio Científico.
- (2013) O pretérito perfeito composto – origem e evolução histórica. In J. Markič & C. N. Correia (Eds.). *Descrições e contrastes. Tópicos de gramática portuguesa com exemplos contrastivos eslovenos* (pp. 111-117). Univerzav Ljubljani – Filozofska fakulteta.
- (2013). Os artigos – origem e evolução histórica. Descrições e contrastes. In J. Markič & C. N. Correia (Eds.). *Descrições e contrastes. Tópicos de gramática portuguesa com exemplos contrastivos eslovenos* (pp. 28-35). Univerzav Ljubljani – Filozofska fakulteta.
- (2012). *Ir* + gerúndio em português – aspetos sincrónicos e diacrónicos. In A. Costa, C. Flores & N. Alexandre (Eds.). *XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados* (pp. 121-135). Associação Portuguesa de Linguística. (com Correia, C. N.).
- (2010). On constructions with *ir* ('go') + gerund / infinitive in Portuguese. In H. Carl, J. Kossek, A. Gomola & N. Šabec (Eds.). *English Language, Literature and Culture: New Directions in Research* (pp. 35-52). Akademia Techniczno-Humanistyczna. (com Correia, C. N.).
- (2010). Contributo dos dicionários etimológicos para a análise morfológica sincrónica. In M. D. Sánchez Palomino (Ed.). *Lexicografía galega e portuguesa* (pp. 87-106). Servizo de Publicacións da Universidade de A Coruña. (com Caetano, M. C.).
- (2009). Ainda a analogia (Notas em torno da adequação descritiva e valor explicativo do conceito de analogia em linguística histórica). In M. L. C. Soares, N. Venturinha, G. Costa Santos & M. Faustino (Eds.). *Expressões da Analogia* (pp. 185-192). Edições Colibri.

- (2009). Formas e construções do português – um programa de trabalho. In L. Werneck dos Santos, E. Silveira, M. Machado Vieira, M. Rios & R. Gomes (Eds.). *Anais do XV Congresso da Assel-Rio. Linguagens em diálogo: Pesquisa e ensino na área de Letras* (CD ROM). Faculdade de Letras da UFRJ.
- (2009). Mudam-se os tempos... In P. Godinho, S. Pereira Bastos & I. Fonseca (Eds.). *Jorge Crespo. Estudos em Homenagem* (pp. 555-568). 100Luz. (com Correia, C. N.).
- (2006). Sobre tipologia das mudanças linguísticas – a propósito de mudanças caracterizadoras do português médio. In *VII Congrès de Linguística General. Actes* (CD ROM). Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona.
- (2006). A recuperação de fontes para estudos linguísticos diacrónicos – o ‘Livro de Linhagens do Conde D. Pedro’, segundo o fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda. In *Cadernos do IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia, em Homenagem a Said Ali* (IX (14)). UERJ – Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos.
- (2003). ‘Linguagens’ de um texto português do século XV – algumas notas sobre mudança linguística e periodização. *Trabalhos apresentados ao XI Congresso da ASSEL-Rio. Linguagens*. (CD ROM).
- (2003). Determinantes definidos e indefinidos – análise de alguns contrastes sincrónicos e diacrónicos. In F. Sánchez Miret (Ed.). *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica*. v. 2(1) (pp. 157-168). (com Correia, C. N.).
- (2002). Sobre a mudança -udo > -ido nas formas de particípio passado em português. In M. H. M. Mateus & C. N. Correia (Eds.). *Saberes no Tempo. Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos* (pp. 137-145). Edições Colibri.
- (2000). Para uma morfologia derivacional histórica do português: o prefixo des-. In A. Englebert (Ed.). *Actes du XXIIe Congrès international de linguistique et de philologie romanes*. Max Niemeyer, v. 2 (pp. 39-47). (com Caetano, M. C.). <https://doi.org/10.1515/9783110933116.39>
- (1999). Sobre o português médio. In E. Gärtner, C. Hundt & A. Schönberger (Eds.). *Estudos de história da língua portuguesa* (pp. 107-125). TFM.

- (1999). O prefixo *des-* num texto português do século XV – contribuição para um estudo de morfologia derivacional diacrónica. In A. C. Macário Lopes & C. Martins (orgs.) *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, v. 1 (pp. 207-220). Gráfica de Coimbra. (com Caetano, M. C.).
- (1998). As variantes como objecto de estudos linguísticos diacrónicos. In G. Ruffino (Ed.). *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*, v. 6 (pp. 47-57). M. Niemeyer.
- (1997). Transmissão textual e variação nas crónicas norte-africanas de Zurara. In *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, v. 2 (pp. 39-54). Edições Colibri.
- (1995). CIPM — Um corpus informatizado do português medieval. In *Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 599-612). Edições Colibri. (com Xavier, M. F. & Vicente, G.).
- (1993). Os manuscritos da ‘Crónica do Conde D. Pedro de Meneses’ de Gomes Eanes de Zurara. In G. Hilty (Ed.). *Actes du XXe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, v. 5 (pp. 197-210). Francke Verlag.
- (1992). Algumas notas sobre a transmissão manuscrita da ‘Crónica do Conde D. Pedro de Meneses’ de Gomes Eanes de Zurara. In *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 35-48). Associação Portuguesa de Linguística.
- (1990). As edições das Crónicas de Gomes Eanes de Zurara. In *Actas do V Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 27-53). Associação Portuguesa de Linguística.

Artigos em Revistas

- (2020). ‘Ser teudo de responder’ ou ‘ter de responder’: sobre a emergência de usos deônticos de ‘ter de (que)’ + INF em português. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* 7, 55-68. <http://dx.doi.org/10.26334/2183-9077/rapln7ano2020a4>
- (2019). *Consirar e entender* em português antigo e médio – elementos para um estudo diacrónico. *Estudos de Linguística Galega* 11, 167-196. <http://dx.doi.org/10.15304/elg.11.5135>

- (2019). Sobre fontes para a história do português: testemunhos, edições e variantes. *Zeitschrift für romanische Philologie* 135(3), 818-844. <https://doi.org/10.1515/zrp-2019-0044>
- (2019). Formas em competição em construções condicionais na diacronia do português. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* 5, 67-78. <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln5ano2019a6>
- (2018). Usos epistémicos de *haver* e *ter* em português antigo. *Revue de Linguistique Romane* 82, 353-376. <https://publons.com/publon/32048147/>
- (2015). Gramática e texto em diacronia – *haver* (mais-que-perfeito simples) de + infinitivo em duas crónicas de Zurara. *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies* 10, 39-47. <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/bf2b50f9-5c5c-49de-b3c2-268bf0dbf21a>
- (2012). O ‘passado do passado’ – alguns dados para a história do pretérito mais-que-perfeito em português. *Verba Hispanica* 48, 20-33. <https://www.doi.org/10.4312/vh.20.1.33-48>
- (2010). Portuguese pluperfect: elements for a diachronic approach. *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies* 5, 117-130. <https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/M.-T.-Brocardo.pdf>
- (2008). Programma – Processos de gramaticalização em português europeu. *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies* 1, 19-31. (com Correia, C. N., Caetano, M. C., Pereira, S. C. & Costa, M. L.). http://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/Brocardo-et-all_PROGRAMMA.pdf
- (2006). Sobre periodização da história do português europeu. Contributo para uma discussão. *Iberoromania* 62(2), 97-117. <https://doi.org/10.1515/IBER.2005.97>
- (2006). *Haver* e *ter* em português medieval. Dados de textos dos séculos XIV e XV. *Revue de Linguistique Romane* 70, 95-122. <https://doi.org/10.5169/seals-400110>
- (2005). *Festa e festança sem festividade*. Aspectos diacrónicos da sufixação em português. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 17, 109-123. (com Caetano, M. C.). <https://run.unl.pt/handle/10362/8042>

- (2005). *Ter paz e fazer guerra* – aspectos sincrónicos e diacrónicos de predicados complexos. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 16, 25-35. (com Correia, C. N.). <http://hdl.handle.net/10362/8006>
- (2002). Considerações sobre a Edição de Fontes para a História da Língua Portuguesa. *Santa Barbara Portuguese Studies* 6, 272-286. (com Emiliano, A.). <https://drive.google.com/file/d/133tKKwOU1VVO5uMEaGbcZMWLzGq8Z1-k/view?usp=sharing>
- (1998). Variação nas Crónicas de Zurara. *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale* 22, 227-243. <https://doi.org/10.3406/cehm.1998.894>
- (1995). Editar uma Crónica de Zurara. *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale* 20, 257-267. <https://doi.org/10.3406/cehm.1995.938>

Outras Publicações

- (2023). Section 3 – Morphologie flexionnelle et dérivationnelle – Présentation. Préface. In D. Corbella, J. Dorta & R. Padrón (Eds.). *Perspectives de recherche en linguistique et philologie romanes* (pp. 155-160). Éditions de Linguistique et de Philologie (ÉLiPhi). (com Maiden, M. & Salvi, G.).
- (2000). Edição da versão portuguesa das ‘Flores de Dereyto’ (adaptação de normas de transcrição, edição e notas). In J. Roudil (Ed.). *La Tradition d’écriture des ‘Flores de Derecho’. Construction et étude. Annexes des Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale* v. 1 (pp. 200-297).
- (1998). Seleção de excertos e glossário da ‘Crónica de D. Pedro de Meneses’ de Gomes Eanes de Zurara. In I. Allegro de Magalhães (Ed.). *História e Antologia da Literatura Portuguesa do século XV – Cronistas do século XV (posteriores a Fernão Lopes) – HALP* 8 (pp. 559-563). Fundação Calouste Gulbenkian.
- (1997). *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa – Actualização Linguística*. Editorial Notícias. (com Campos, M. H. C., Correia, C. N. & Caetano, M. C.).

Organização de Publicações

- (2018). *Cadernos WGT – (Novos) Balanços e Perspetivas*. CLUNL / NOVA FCSH. (com Correia, C. N.).
- (2017). *Cadernos WGT – Comente o Seguinte Texto*. CLUNL / NOVA FCSH. (com Correia, C. N.).
- (2016). *Cadernos WGT – Representação*. CLUNL / NOVA FCSH.
- (2011). *Cadernos WGT – Ser e estar (propostas de estudo)*. CLUNL / NOVA FCSH.
- (2009). *Cadernos WGT – Ler Campos*. CLUNL / NOVA FCSH.

Documentos de trabalho (*Cadernos WGT*)

- (2019). Nas «margens» do «texto»: notas soltas sobre variantes em formas de 'dever' e 'poder'. In C. N. Correia e H. T. Valentim (orgs.) *Cadernos WGT: Linguística & Texto Literário*. Lisboa: CLUNL / NOVA FCSH. URL: <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/f149ec80-6ec3-452e-93b8-bde66d754268>.
- (2018). Haver e ter – balanços e perspetivas. In M.T. Brocardo & C. N. Correia (orgs.) *Cadernos WGT: (Novos) Balanços e Perspetivas* (pp. 35-38). Lisboa: CLUNL / NOVA FCSH. URL: http://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/04/8_17WGT_Brocardo.pdf.
- (2017). Comente o seguinte texto-fonte. In M.T. Brocardo & C. N. Correia (orgs.) *Cadernos WGT: Comente o seguinte texto* (pp. 25-29). Lisboa: CLUNL / NOVA FCSH. URL: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3249721/5_Brocardo_cadernos16WGT.pdf.
- (2016). Representações do / no tempo: nótula sobre *passados*. *Cadernos WGT: Representação* (39-43). Lisboa: CLUNL / NOVA FCSH. URL: <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/0372b627-eddd-48bf-bfef-894dea006358>.
- (2011). 'Sedia la fremosa...' Uma proposta de estudo diacrónico de 'ser' (< sedere e esse) e 'estar' em português. In: M. T. Brocardo (org.). *Cadernos WGT: Ser & Estar* (pp. 5-12). Lisboa: CLUNL / NOVA FCSH. URL: <https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/M.-T.-Brocardo-3.pdf>

- (2011). O texto no tempo em que não havia gramáticas. In C. N. Correia (org.) *Cadernos WGT – Formas & Construções* (pp. 5-10). Lisboa: CLUNL / NOVA FCSH. URL: <https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/M.-T.-Brocardo-5.pdf>
- (2010). Forma, construção e significado – nótula sobre gramaticalização e analogia. In M. C. Caetano (org.). *Cadernos WGT: Forma & Significado* (pp. 59-66). Lisboa: CLUNL / NOVA FCSH. <http://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/M.-T.-Brocardo-2.pdf>.
- (2009). "...porque foi assim! (notas sobre a explicação em diacronia). In M. A. Coutinho (org.). *Cadernos WGT: A explicação em linguística* (pp. 1-8). Lisboa: CLUNL / NOVA FCSH. URL: http://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/01/explica_tb.pdf.
- (2009). Nótulas históricas – uma (re)leitura de Campos. In M. T. Brocardo (org.) *Cadernos WGT: Ler Campos* (pp. 13-18). Lisboa: CLUNL / NOVA FCSH. http://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/01/lercampos_tb.pdf.
- (2008). Polissemia e mudança linguística. In C. N. Correia (org.) *Cadernos WGT: Polissemia* (pp. 5-11). Lisboa: CLUNL / NOVA FCSH. URL: http://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/01/tb_pol.pdf

LEITURAS

LER TERESA BROCARD¹

Ler, v. do lat. *lĕgĕre*, “recolher, apanhar; enrolar, enovelar, apanhar e esconder, tirar, roubar; (...)” (datação 1258-1261)

José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 7.^a Edição, Vol. III. Lisboa: Livros Horizonte, 1995

1. Antes do tempo

Estas diferentes aceções encontradas num dicionário etimológico não são as mais comuns associadas à noção que construímos quando usamos um verbo como *ler*, mas constituem, sem dúvida, as que melhor espelham o ato de leitura quando percorro os textos escritos pela Teresa Brocardo.

Não trabalho nesta área e as unidades curriculares como História da Língua Portuguesa ou Linguística Histórica não faziam parte da formação de base do curso de Línguas e Literaturas Modernas, variante de português / francês, quando fui aluna da Faculdade. Por isso, sempre achei uma ousadia pensar em trabalhar com a Teresa Brocardo. Mas mais do que ousadia, ao mesmo tempo, e do outro lado do espelho, sempre vi nestas nossas interações um desafio ousado, ou uma ousadia desafiante. E por isso, num registo mais público, ou mais privado, discutir

¹ Aproprio-me, nesta breve recensão, do título proposto por Teresa Brocardo para o WGT em Homenagem a Henriqueta Costa Campos (2009).

as suas propostas (no sossego dos nossos gabinetes, ou no decorrer dos diferentes WGT) constituiu sempre – mesmo quando discordávamos – uma imensa forma de aprendizagem. É um pouco sobre essas formas de ‘leitura’ que me proponho apresentar os textos que escolhi.

Assim, do conjunto dos dez textos presentes neste volume tentarei focar a minha atenção em três desses textos², cujo tema – direta ou indiretamente – se aproxima quer de trabalhos que desenvolvemos em conjunto (à volta dos tempos gramaticais em português), quer sobre propostas que foram desenvolvidas por Henriqueta Costa Campos³ sobre modalidade e sobretudo sobre os valores dos verbos *poder* e *dever*. Naturalmente que estas propostas – da Teresa Brocardo sobre trabalhos de Henriqueta Costa Campos – apresentam-se – na minha leitura – como uma leitura em *mise en abyme* que ousadamente me atrevo a designar *esquema recursivo de conhecimento*: leio os textos da Teresa Brocardo, que leu os textos de autores que me servem de suporte à forma como entendo – e percebo – as formas, as construções e as categorias gramaticais analisadas nestes textos. É desta forma de leitura que me ocuparei nos pontos seguintes desta recensão.

2.1. As dimensões de *dever* e de *poder*

Os muitos trabalhos publicados por Campos⁴ sobre os verbos *poder* e *dever* (e *ter de*) desenvolvem-se alicerçados em dois pressupostos: os verbos *poder* e *dever*, ao serem designados como verbos modais, desencadeiam, nas diferentes situações – frases e enunciados – leituras de natureza epistémica (em que *dever* ocupa, numa escala modal, o valor

² Nomeadamente Brocardo 2009 e 2019 e Brocardo 2016.

³ Em especial Campos 1998 e Campos 2000.

⁴ Refiro aqui, sobretudo, Campos, M.H.C. (1998) *Dever e Poder: um subsistema modal do Português*. Lisboa: FCG/JNICT e Campos, M. H. C. (2000) Sur les formes composées du prétérit en portugais. In A. Englebert et al. (eds.) *Actes du XXII^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes* (Bruxelles 1998). Max Niemeyer, vol. II (pp. 57-63).

de quase certo e *poder* a dupla possibilidade do certo e do não certo) e leituras deônticas.⁵

A aparente generalidade desta constatação permitiu, em Campos 1998 e Campos 2000, e.o., que pudesse ser encontrada uma linha condutora e estável que suportasse a deformabilidade de diferentes situações linguísticas em que *dever* e *poder* ocorrem em português.

Assim, e de acordo com uma fundamentação suportada por um modelo teórico bem definido, Campos defende que a fronteira que se estabelece entre um valor [+ epistêmico] e um valor [+ deôntico] assenta na oposição que se estabelece entre categorias de natureza [+nacional], no caso dos valores deônticos, e gramaticais, no caso dos valores epistêmicos.

A releitura de Brocardo (quer no texto de 2009, quer no texto de 2019), e assentando essa leitura numa comparação entre dois testemunhos da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* de Gomes Eanes de Zurara, mostra que, nesses testemunhos, não só existe uma predominância de valores deônticos de *dever* + INF, como nos ajuda a perceber de que forma as leituras das ocorrências de *dever* e de *poder* dependem do tempo e dos tempos gramaticais que permitem reestruturar, em certo sentido, a delimitação de valores deônticos em oposição aos epistêmicos. Mas mais do que uma descrição de ocorrências, Brocardo ensina-nos a ver a relevância das fontes para a compreensão das formas e das construções em análise. Assim, do conjunto das análises propostas nestes trabalhos de Teresa Brocardo, verificamos que a emergência da estabilidade dos valores destes verbos é, em certo sentido, instável, instabilidade essa que se manifesta, atualmente, na distinção de valores, apesar da sobreposição das formas. Poderemos por isso dizer – ler – que os verbos *dever* e *poder* surgem inicialmente com valor deôntico e que a epistematicidade desses verbos decorre – no tempo – porque ocorre com formas flexionadas temporalmente relevantes e distintivas. Se Brocardo nos mostra, nestes seus trabalhos, exemplos claros em que se encontra a emergência do

⁵ Existe aqui uma certa simplificação. Campos propõe uma classificação modal que não se esgota na oposição deôntico vs epistêmico. Sobre as diferentes classes modais que a autora propõe, v., sobretudo, Campos 1998.

imperfeito do Indicativo, em detrimento do mais que perfeito (simples), também nos aponta os caminhos que nos ajudam a compreender os bloqueios que *dever* apresenta com tempos como com o pps: se aceitarmos que o pps é o tempo do certo – porque predominantemente é um tempo do passado. Já *dever* – quer ao desencadear leituras deônticas, quer ao desencadear leituras epistêmicas – é uma marca do quase certo, do não certo, do ainda não certo.

Brocardo não disse isto (assim, deste modo, nestes textos). Mas são as suas múltiplas observações que nos permitem – porque assim o lemos – reler o que disse, apropriando-nos do não dito.

2.2. Os tempos do tempo

Nos estudos do português existe atualmente uma estabilidade descritiva que permite, de forma clara, distinguir o futuro do passado do condicional – não sendo esta diferença apenas terminológica, ou ancorada em tradições de nomenclatura diferentes. Deve-se a Oliveira (2003:158)⁶ ter mostrado que o que distingue uma leitura condicional (COND) de uma leitura temporal de uma dada situação é o ‘tempo’ de referência presente na situação construída, como se pode observar nos exemplos propostos pela autora: (a) Ontem o Rui encontrou a Maria e esta convidá-lo-ia posteriormente para presidir ao encerramento da sessão; (b) O Rui e a Maria têm um encontro dentro de dias e esta convidá-lo-ia (*posteriormente) para presidir à sessão, se não soubesse já que ele recusava.

Sem ser objetivo deste breve apontamento discutir estes exemplos, facilmente percebemos que, sob o ponto de vista temporal, em (a) a situação implica um acontecimento em que tempo passado é relevante, enquanto em (b) salienta-se um valor de futuro, reforçando-se, neste caso uma leitura [+modal] e [-temporal].

Esta dualidade interpretativa (e analítica) do futuro do pretérito/condicional como mais temporal, ou mais modal, pode ser recentrada se seguirmos a discussão proposta no texto de Brocardo (2016).

⁶ Oliveira, F. (2003) Tempo e Aspecto. In Mateus, M.H. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Caminho (pp. 127-178).

O passado foi, como todos sabemos, uma linha de investigação coerente e continuada nos trabalhos da Teresa Brocardo. Estudar o ‘futuro do passado /condicional’ (Brocardo 2016) ou o ‘passado do passado’ (Brocardo 2012), são exemplos que geram o elo de ligação que permitiu – me permitiu – um reencontro, com uma outra perspetiva de ‘passado’.

Na leitura do texto de Brocardo 2016 encontramos, não por acaso, uma citação de Lass que em certo sentido pode caracterizar a globalidade dos trabalhos da Teresa Brocardo: *As long as I can remember I’ve been besotted with the past*. (Lass 1997: xiii, citado em Brocardo 2016: 88).

Na realidade, o que se discute – ou o que neste caso pode ser relevante sublinhar – sobre este texto – ou da leitura (‘escolha’) que dele faço – é a forma como são equacionados os processos de mudança que incidem sobre as formas de futuro do passado e do passado do passado, tal como podem ser encontrados em textos que caracterizam fases pré-teritas da língua. Assim, encontramos dados suficientemente robustos (apesar de a autora salvaguardar o facto de existir, neste trabalho, alguma insuficiência de dados) que nos mostram de que forma se evidenciam, nas ocorrências destes tempos gramaticais, processos mais inovadores, mais conservadores e mesmo obsolescentes (o caso do mais que perfeito simples com valor modal, p.e.) – desencadeando-se, neste caso, aquilo que é definido pela autora como ‘obsolescência de significado’ (Brocardo 2016: 89).

Voltando à citação de Lass, e tendo consciência de que pode desencadear diferentes interpretações, ao apropriar-me dela de certa maneira essa ‘escolha’, ‘essa apropriação /’roubo’’, permitiu-me fazer uma orientação de leituras dos textos – deste e de todos os outros – escritos pela Teresa Brocardo, levando-me a perceber a razão de ser – o fio condutor – que permite ligar o passado ao futuro, e repensar como se perspetiva o passado do passado.

Mais do que uma leitura – nem sempre fácil – mas sempre sustentada – percorrer os textos de Teresa Brocardo constitui, sobretudo, uma (re) aprendizagem sobre a perceção do tempo.

QUANTAS MARGENS TEM O *TEXTO*? – DIVAGAÇÕES E INTERPELAÇÕES

Nas páginas que se seguem vou andar pelos textos em que Teresa Brocardo se cruza, no conjunto de textos reunidos neste volume, com o *texto* – objeto de estudo ou não; objeto empírico ou abstrato; objeto de discussão, em qualquer caso. Poder-se-ia pensar que se trata de encontros improváveis. Mas só o diria quem não tivesse um olhar tão atento como o da autora aqui em causa: “No âmbito dos estudos linguísticos, duas áreas, à partida muito diferenciadas, se não mesmo distantes, se debruçam, centralmente, sobre o(s) texto(s): por um lado, claro, a linguística do texto, por outro, a linguística histórica.” (*O texto no tempo*, p. 63). Como logo a seguir se esclarece, no primeiro caso os textos são objeto de estudo; no segundo, “constituem-se antes como *fonte*”. Apesar desta diferença – ou por causa desta diferença – a centralidade apontada constitui razão mais do que suficiente para tentar dar continuidade a um caminho claramente perspectivado no texto atrás referido: para a autora, tratava-se então de “lançar algumas sugestões para a discussão sobre o potencial de enriquecimento mútuo destes dois olhares, tão diferentes, sobre as produções textuais.” (*idem*, p. 64)

O percurso que aqui proponho pretende responder (corresponder) a este desafio – e ganha sentido no gosto de cruzar pontos de vista, de acordo com o ADN do grupo Gramática & Texto. É um percurso pouco formatado. Não se deixa orientar pela cronologia dos textos considerados (referidos através do título abreviado, seguido da indicação das páginas na presente edição) e não os convoca em função de qualquer equilíbrio ou regularidade. Movimenta-se antes em função de nós que nesses textos emergem, nas encruzilhadas do conhecimento que

expõem – ou nas margens das interpelações que neles se podem ver mais ou menos explicitamente delineadas.

Questões de categorização textual

Do meu ponto de vista, ou do ponto de vista de quem trabalha em linguística do texto, ganham inevitavelmente destaque as questões de categorização textual que estes textos não deixam de colocar. A problemática aparece tematizada num intertítulo, em termos de “tipologia(s) das fontes escritas medievais” (em *O texto no tempo*, p. 69). Uma breve análise da noção de *género de texto* claramente enfatiza como característica determinante a instabilidade, sendo os ‘Nobiliários’ apontados como “um exemplo bem expressivo da necessária contextualização histórica definatória do género” (*idem*, p. 70). Já em *Nas margens do texto*, a propósito das crónicas de Fernão Lopes e de Zurara, o termo reiteradamente usado é *género*, ocorrendo uma vez “este ‘tipo’ de textos” (*idem*, p. 108). Para além do distanciamento que talvez marque o recurso a aspas simples, esta ocorrência justifica-se provavelmente pela dependência relativamente a outro texto (anterior), de outro autor; e a ausência de mais explicações pressupõe, de alguma forma, a orientação já anteriormente assumida em *O texto no tempo* – como acabámos de ver e como fica inequivocamente evidenciado na conclusão deste artigo: “Um dos aspetos que é necessário trabalhar é uma (re)definição de tipologias, convocando a noção de ‘género’, pouco usada entre nós em linguística histórica, e nessa tarefa a ‘expertise’ da área da linguística do texto será indispensável” (*O texto no tempo*, p. 72). Sou obviamente suspeita, enquanto parte envolvida na linguística do texto. Mas, numa perspetiva tão distanciada quanto possível, não posso deixar de sublinhar a qualidade da postura académica que assim se dá a ver: o que está perspetivado é, verdadeiramente, uma questão de diálogo interdisciplinar – colaborativo, mas sem outra hierarquização que não seja a da área disciplinar que convoca a colaboração; complementar, mas sem diluição de fronteiras.

Quer se fale de *tipos* ou de *géneros*, a questão relaciona-se sistematicamente com o carácter literário atribuído aos textos em análise (cróni-

cas medievais). Assumindo um ponto de vista que se situa na continuidade de trabalhos de referência (como Castro, 2006), a autora expõe assim a questão:

Um dos argumentos para tal classificação, embora nem sempre haja uma clara explicitação do critério usado, será, entre outros, o facto de, neste contexto de estudos e dentro desta cronologia, assumir particular relevância a forma de transmissão do texto. Opõem-se assim, contrastivamente, os textos ‘não literários’, mais geral e tipicamente conservados em originais datados e autoralmente identificados, e os ‘literários’, de que geralmente se não conservam originais autógrafos, sendo transmitidos por cópias manuscritas. (*Nas margens do texto*, pp. 108)

Ainda que o destaque explícito vá para o modo de transmissão dos textos, este aspeto inclui, de forma evidente, o critério autoral – evocando-se também, de alguma forma, a inversão que viria a sofrer, no âmbito dos textos (considerados) literários. Ora, do ponto de vista de uma linguística do texto e do discurso (e fazendo economia, neste contexto, de referências que poderiam ser oportunas), parece-me possível sustentar que o modo de transmissão – bem como a dimensão autoral, que se pode considerar dele fazer parte – não é uma especificidade dos textos (ou dos géneros) em análise, na cronologia em causa: trata-se antes de uma característica própria do funcionamento discursivo (se se considerar a perspectiva da Análise do Discurso, de linha francesa), ou textual (se se privilegiar o quadro epistemológico do Interacionismo Sociodiscursivo). Assim, considerem-se discursos ou atividades coletivas, trata-se de práticas sociais sempre historicamente (re)configuradas; e são elas que determinam a relativa estabilidade dos géneros (de discurso/de texto) – tendo em conta, do ponto de vista contextual, as condições de produção e de circulação (ou de transmissão). É verdade que, na formulação de Teresa Brocardo atrás citada, perpassa esta consciência de estar em causa um traço próprio do funcionamento discursivo ou textual, na medida em que refere a “particular relevância” que a questão assume, naquele contexto específico. A relevância que eu própria aqui atribuo à questão tem uma motivação muito concreta: sublinhar que as

crónicas medievais (e o seu modo próprio de transmissão) são excelentes exemplos de que a linguística do texto e a análise do discurso se podem utilizar, para evidenciar o carácter diferencial, dependente de épocas e de práticas sociais, próprio dos géneros. Regressar a (estes) textos de Teresa Brocardo – e à ‘expertise’ dos estudos linguísticos diacrónicos – será, com certeza, um apoio seguro para fazer esse movimento.

Textos e ‘não-textos’

Como já atrás ficou dito, Teresa Brocardo assume a centralidade dos textos no âmbito da linguística histórica – justificando-a pelo facto de a mudança linguística, objeto de estudo da área disciplinar em causa, não ser diretamente observável e depender, nesse sentido, de textos. Que chegue a atribuir ao texto “um protagonismo dramático” (*O texto no tempo*, p. 64) sugere provavelmente problemas e dificuldades metodológicas, mas aponta também um problema de natureza teórica – o facto de *texto* “ser uma noção problemática na disciplina” (*idem*, p. 64).

Sem pretensão de exaustividade, podem facilmente evidenciar-se alguns dos traços dessa problematização (ainda a partir de *O texto no tempo*, pp. 63-73): (i) falar de texto como fonte significa tomá-lo como “veículo das formas e construções linguísticas de uma sincronia passada, (...)”; (ii) neste sentido, os textos em questão são “textos do passado”, “sobreviventes” (...) de uma produção original irrecuperável”; (iii) no caso dos textos medievais (em língua românica), junta-se uma outra característica, “que decorre da sua concepção, das suas formas de produção e processo de transmissão por cópia manuscrita, (...)”, e que é referida como um caso de *variância inerente*. Da confluência destes aspetos ressalta a distinção, tida como fundamental, entre *texto* (a ser entendido, enquanto texto medieval, como uma abstração) e *testemunho* – noção de crítica textual que a autora assume como decisiva, no campo da linguística histórica, e que corresponde ao “objecto concreto que nos é acessível, o tal ‘sobrevivente’.” (*idem*, p. 66). Se cada testemunho pode aparecer, à primeira vista, como um texto que existe empírica-

mente (o texto que é “dado a ler”), a verdade é que a variância constitutiva do texto medieval deveria forçar quem o lê a tomá-lo apenas como uma (re)construção (entre outras) de um irrecuperável ou mesmo inexistente “texto comum”:

As edições a que inevitavelmente recorreremos tendem a reduzir a variância constitutiva do texto medieval (parafraseando Cerquiglini 1989: 62) a uma unicidade que o torna objeto (mais facilmente) analisável, e por isso os menos atentos poderão confundir o *texto* que lhes é dado a ler – construção ou reconstrução mais ou menos bem arquitetada – com uma unidade que, em rigor, não terá nunca existido, nem mesmo em termos conceptuais.” (*O texto no tempo*, p. 68).

Convém dizer que a orientação da autora, relativamente à questão que aqui quis explorar, é apontada logo no subtítulo que inicia esta reflexão, no texto que temos vindo a seguir: “O texto-fonte é um *sobrevivente*...e não é um *texto*”, (*idem*, p. 65). Face a isto, duas observações se me impõem. A primeira é uma pequena digressão de ordem pessoal. Lembro-me de muitas aulas em torno da hipótese (teórica) de um *não-texto*, que não cumprisse os *parâmetros da textualidade*; lembro-me de estudantes que trouxeram exemplos, que se esforçaram e não me convenceram; lembro-me de levarmos tão longe quanto possível os casos de falta de coesão e de coerência, e de ser sempre possível dar a volta ao texto. Digo agora: aqui está um bom candidato! (Por que razão não pensei nisto antes? Como não li isto antes, deste ponto de vista?). E, no entanto... Passo à segunda observação. É fácil concordar com Teresa Brocardo quando afirma: “(...) abordar um texto medieval com um olhar moderno seria grosseiramente anacrónico.” (*O texto no tempo*, p. 68). Mas já me levanta algumas reservas a citação de Cerquiglini que convoca imediatamente a seguir, em jeito de argumento de autoridade: “Tal como diz Cerquiglini (1989: 43), «Tout, dans l'inscription littéraire médiévale, paraît échapper à la conception moderne du texte»” (*idem*, p. 68). Seria necessário, com efeito, saber exatamente como entende o autor convocado a “conceção moderna de texto”. Aliás, a mesma dúvida me surge a propósito da forma como a própria Teresa Brocardo, na nota final do artigo, sustenta o mesmo ponto de vista:

(...) restam-nos diferentes tipos de *testemunhos* (...), as *fontes primárias*, que são, apesar de tudo, analisáveis e interpretáveis (mas não, evidentemente, manipuláveis), não sendo, porém, redutíveis, nem por excesso nem por defeito, a uma concepção moderna de *texto*, o que decorre, além do mais, das circunstâncias dos seus processos de produção e transmissão. (*O texto no tempo*, pp. 71-72)

A reserva que coloco decorre (apenas) do facto de a passagem citada conter elementos que parecem completamente alinhados com o entendimento moderno de *texto* (a que já anteriormente me referi): qualquer texto se insere numa prática social, com contornos históricos e culturais próprios; nesse sentido, os *testemunhos* (de ‘textos’ medievais irrecuperáveis) são textos, sim – associados a condições (muito) específicas de produção e de transmissão, normais na época em causa. Uma vez mais, serão certamente bons exemplos para pensar outras questões que, sem se confundirem com este caso específico, não deixam de interpelar a concepção moderna de texto. Por exemplo: que texto é a letra de uma canção que recupera um poema anterior? Ou, se arriscarmos ir mais longe: que ‘textos’ são as produções geradas por ferramentas de Inteligência Artificial de tipo generativo (como o ChatGPT)? Partilham com os textos medievais, se assim se pode dizer, tanto o apagamento da instância autoral como o facto de serem uma reconstrução – não de um texto irrecuperável, mas de uma imensa quantidade de textos convertidos em (meros) dados recuperáveis. Na perspetiva de uma linguística de base saussuriana (interacionista social), é possível perguntar mesmo que discurso (ou que “língua em ação”, se quisermos usar uma expressão saussuriana) se pode ainda reconhecer, ou recuperar, nessas produções (ditas textuais): na medida em que ninguém usa a língua, ela transforma-se num código bem usado, mas deixa de ser o fator de mediação psíquica característico da espécie humana (como já defendi em trabalho anterior). Seja como for, de um ponto de vista linguístico será com certeza estimulante e útil pensar esta questão na confluência de várias áreas de conhecimento – nomeadamente, os estudos textuais e discursivos e os estudos diacrónicos.

Regressar ao *texto*

O ponto de partida é-me dado, neste caso, pela forma como Teresa Brocardo equaciona algumas questões metodológicas:

Sem, evidentemente, o que seria absurdo, deixar de admitir a relevância, e a necessidade, de estudos baseados em corpora quantitativamente representativos, queria aqui antes sublinhar o que muitas vezes parece ser a necessidade (também) de ‘começar pelo texto’, ou antes ainda, quando possível, pelos seus vários testemunhos. (*Comente*, p. 99)

Subscribo a afirmação – tanto quanto me é possível subscriver, a partir do lugar de onde falo, isto é, de uma linguística do texto e do discurso, de base interacionista social. Também neste âmbito não nego a importância de abordagens quantitativas. Mas resisto a que os textos se transformem sistematicamente em meras bases de dados ou contagens de ocorrências. Por isso me revejo inteiramente nesta precaução que é, também, um conselho, ou uma recomendação:

‘Olhar para o texto’ antes de ‘olhar para o corpus’ permite às vezes afinar (preventivamente, por assim dizer) análises de base estrita ou predominantemente quantitativa, por isso o “tradicional” comentário linguístico de textos-fonte (...) constitui-se (ainda), a meu ver, como atividade metodologicamente relevante, produtiva, e, sobretudo, inspiradora para o estudo da mudança linguística. (*idem*, p. 99)

Sabendo que estou a ir além das palavras da autora, gostaria de reiterar o papel do *comentário* como recurso metodológico, quando se trata de textos (quaisquer textos). O que conta é não perder de vista a clareza e o rigor que se esperam das questões metodológicas – talvez sobretudo quando se trata de recursos qualitativos (que nem sempre se apresentam, se explicam ou se deixam reconhecer de forma clara).

De um outro ponto de vista: regressar aos textos (a estes textos) da Teresa foi uma atividade “relevante, produtiva, e, sobretudo, inspiradora”. Fica muito por dizer – mas isso que importa? Este é apenas um *testemunho* – não de um texto-fonte, mas da minha leitura

dos textos, aqui e agora. Os textos, esses permanecem – no volume que agora os reúne. A suscitar outras leituras, outros *testemunhos*. É isso que importa.

Antónia Coutinho

FORMAS E CONSTRUÇÕES EM DIACRONIA

Tal como evidenciado no título, em **Polissemia e mudança linguística** discute-se o emprego do conceito de ‘polissemia’ em linguística histórica, área em que ele é utilizado por muitos autores para opor as mudanças semânticas às mudanças ocorridas noutros níveis de análise, os quais comumente abordam a ‘polissemia’ numa perspectiva (quase exclusivamente) sincrónica e em que a inovação resulta quase sempre de uma substituição.

Teresa Brocardo começa por referir as abordagens tradicionais da mudança semântica, centradas no léxico e estabelecendo, por vezes, a relação com fatores não linguísticos¹, desenvolvidas no âmbito da etimologia e da dialetologia, a que vieram juntar-se os contributos de Ullman 1957 e de Coseriu 1964, que, em certa medida, ajudaram a “estruturar” trabalhos anteriores, embora tenham em comum o facto de serem essencialmente descrições de resultados de mudança, não avançando, portanto, “na proposta de generalizações sobre a sua motivação”, o que só se tornou possível após o “surgimento de abordagens de inspiração cognitivista”. Estas permitiram dar conta de algumas regularidades interlinguísticas, nomeadamente a existência de “uma fase (intermédia) de polissemia” (cf. pág. 25), em que, não só há, pois, substituição de uma forma por outra, mas antes a coexistência de significados, especificidade da mudança semântica que só é exequível determinar numa abordagem diacrónica. Por outro lado, as novas abordagens, como é o caso da gramaticalização, além da mudança de estrutura semântica de um item lexical, passaram a incluir

¹ Cf. a máxima, segundo a A. atribuída a Gilliéron: “Cada palavra tem a sua história”.

“o ‘gramatical’” e a mudança passou a ser entendida como transversal, abrangendo os vários níveis de análise.

O caso de estudo apresentado, o verbo “polissêmico” *haver*, no português atual e no português medieval, ilustra quer a competição sincrónica e diacrónica com outras formas com valor existencial (respetivamente, *ter* e *ser*), quer a diferenciação de valores entre elas, o que serve de suporte para definir o conceito de ‘polissemia’ “enquanto conceito operativo, para a análise diacrónica” (cf. pág. 29) e enfatizar “a necessidade de uma articulação entre fenómenos sincrónicos e diacrónicos” (cf. pág. 29) e a complementaridade entre as abordagens semasiológica e onomasiológica. Estudar uma forma polissêmica implica, assim, a análise de outras formas que, direta, ou indiretamente, com ela se relacionam, considerando os vários contextos, os diferentes valores e os períodos distintos da história de uma língua.

No artigo “**...porque foi assim! (notas sobre a explicação em diacronia)**” discute-se um conceito crucial (não só) em diacronia, na medida em que a ‘explicação’ é essencial para se compreender a mudança linguística e os fatores que a determinam, questionando-se se para explicar a mudança deverão ser considerados fatores internos e externos, ou só os primeiros.

Tomando por base alguns autores (em especial, Lass e Labov), interessa à Teresa Brocardo discutir o que é/não é suscetível de ser explicado: a) se a mudança em si, ou se b) um tipo específico de mudança linguística. Para tal, analisam-se alguns verbos, como *fazer* (verbo em que a alomorfa do radical resulta de uma mudança que gerou formas irregulares em português, a partir de formas latinas regulares) e *haver/ter* (para a expressão de existência em PE e em PB) e, ainda, a alteração do timbre da vogal tónica de formas nominais (*povo*, *olho*), na alternância singular/plural, contrastando-as com outras em que não se verifica metafonía (*rolo*, *globo*). Buscando alguma coerência para a explicação dos fenómenos atrás referidos e procurando ultrapassar alguns problemas, a Teresa Brocardo, invoca o modelo da Morfologia Natural, o qual veio desafiar algumas abordagens tradicionais em morfologia e que, entre outros, se baseia no princípio de iconicidade, para explicar que a transparência

(morfotática) prevalece sobre a uniformidade, favorecendo a preferência por processos e estruturas mais simples, regulares e naturais.

Todos os exemplos analisados pela Teresa Brocardo evidenciam, portanto, como, por vezes, o passado pode explicar o presente, enquanto noutras se pode optar por seguir o percurso inverso, servindo igualmente para responder às perguntas iniciais, isto é, procura-se a explicação para uma mudança particular, não para a mudança em si mesma.

Teresa Brocardo conclui as suas “notas” evocando McMahon, uma das suas autoras de eleição, para defender que na descrição e análise linguísticas é essencial a “interligação das perspectivas sincrónica e diacrónica” e que “understanding language change means understanding language better” (McMahon 1994: 9-10)².

Este é, pois, um texto em que, exemplificando mudanças fonéticas/fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, se demonstra que o conceito de ‘explicação’ em diacronia é crucial para se compreender a mudança linguística e os fatores que a determinam, pois só a ‘explicação’ permite saber como ela surge, se desenvolve, persiste/desaparece.

Em Forma, construção e significado – nótula sobre gramaticalização e analogia, Teresa Brocardo começa por discutir o conceito de ‘construção’ no âmbito da gramaticalização e da gramática construcional, matéria que seria igualmente discutida em Brocardo & Lopes (2016)³, para, seguidamente, analisar dois casos diferentes de gramaticalização em português: o futuro românico e as construções com ‘ter’ e ‘ser’ + PP > pretérito composto, partindo da hipótese de que o segundo caso terá por base uma motivação analógica, por coocorrerem “constru-

² McMahon, A. (1994). *Understanding Language Change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

³ Brocardo, M. T. & M. C. Lopes. (2016). Main Morphosyntactic Changes and Grammaticalization Processes. In W. L. Wetzels, J. Costa & S. Menuzzi (eds.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Malden / Oxford, Reino Unido: Wiley Blackwell, cap. 26, pp. 471-486.

ções formalmente paralelas, já plenamente gramaticalizadas na expressão de valores têmporo-aspetuais (perífrases com formas derivadas de ESSE + PP)” (cf. pág. 54).

Apesar de o conceito de ‘construção’ ser utilizado no âmbito da Gramaticalização (GZ) e da Gramática Construcional (GC), ele é tido de forma diferente pelos especialistas destas duas áreas, começando pelo facto de a primeira ser inerentemente uma abordagem diacrónica, enquanto a GC só mais recentemente apresentou propostas que dão conta da diacronia e, sobretudo, porque, enquanto na GZ se analisam formas mínimas com significado (i.e. morfemas), palavras e construções, na GC tanto as unidades mínimas como as estruturas mais complexas são consideradas construções, representando cada construção um padrão estruturado de itens que veiculam um significado/função particular num determinado contexto.

No primeiro exemplo analisado, o futuro românico, o qual viria a ser retomado noutros trabalhos, nomeadamente em Brocardo 2013⁴, a A. interroga-se se na construção V-INF + *habere*-PRES > (...) > futuro sintético *cantare habeo* > (...) > *cantarei* [Cf.: *cantare debeo*, *cantare volo*...] terá havido gramaticalização do item lexical *habere*, ou da construção V-INF + ‘modal’, se bem que considere que, em “qualquer caso o processo teve o duplo efeito de cisão (*split*) entre, por um lado, as diferentes instâncias de *habere* e, por outro, as diferentes ‘construções’ correspondentes a V-INF + ‘modal’- PRES, visto que estas seriam, supostamente, de algum modo formal e semanticamente paralelas em latim (vulgar)” (cf. pág. 56). Outro aspeto referido por Teresa Brocardo, diacronicamente relacionado com o anterior, é a coexistência (em português e noutras línguas românicas) de formas gramaticalizadas de futuro sintético com perífrases com *haver* + *de* / *a* / $\emptyset$ + INF (cf., por exemplo, *cantarei* e *hei de* / *a* / $\emptyset$ *cantar*).

⁴ Cf. Brocardo, M. T. (2013). Sobre o futuro – formas e construções marcadoras de posterioridade em textos portugueses dos séculos XIII a XV. In R. Álvarez, A. M. Martins, H. Monteagudo & M.A. Ramos (eds.) *Ao sabor do texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, pp. 77-90.

Após algumas considerações sobre o futuro românico, Teresa Brocardo considera que, apesar de em ambas as abordagens teóricas a noção de construção ser fundamental, seria “indesejável” integrar a noção de construção em GC na área da GZ, porque embora a GC também analise construções que passaram por processos de gramaticalização e forneça elementos que ajudem a compreender a mudança, ela estuda igualmente outros processos⁵, que dificilmente se coadunariam com a abordagem da GZ, podendo, no limite, o conceito de ‘gramaticalização’ vir a ser tido como equivalente de ‘mudança gramatical’, incluindo “processos analógicos, reanálise e mesmo mudanças originadas por contactos de línguas” (cf. pág. 56).

No terceiro ponto do artigo, “Gramaticalização e analogia (a propósito de haver, ter e < (lat.) esse + PP)”, ancorando-se em Lehmann (2002²: 159)⁶, autor que “defendeu que só em certos casos «*analogy directs the course of grammaticalization*»”, e excluindo o mecanismo de reanálise também considerado por Hopper & Traugott (2003: 32)⁷, Teresa Brocardo assume que “a relação analógica que motiva a mudança, ou que actua como seu factor condicionante:

- opera ao nível da 'construção' – tema verbal + categoria verbal
- mas não ao nível da 'forma' – habere (exprimindo 'posse') > ... > categoria verbal” (cf. pág. 58).

Da observação anterior resulta ser necessário, para a A., tal como sugerido por Fischer (2008: 341)⁸, estudar as relações que diferentes construções, formal e semanticamente paralelas, estabelecem numa determinada sincronia, competindo entre si.

⁵ Como “fixação da ordem de palavras, criação de padrões abstractos (de ordem de palavras ou morfemas, por ex.)” (cf. pág. 56).

⁶ Lehmann, C. (2002). *Thoughts on grammaticalization*. Erfurt: Seminar für Sprachwissenschaft der Universität (ASSidUE, 9).

⁷ Hopper, P. J. & E. C. Traugott (2003²). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

⁸ Fischer, O. (2008). On analogy as the motivation for grammaticalization. *Studies in Language* 32/ 2, pp. 336-382.

Na análise empreendida nesta terceira parte, sustenta-se que, à semelhança do que existia em latim, as construções com ‘ter’ e ‘ser’ + PP ocorrem já gramaticalizadas desde os textos mais antigos em português, “concorrendo, para os verbos inacusativos, com as formas verbais sintéticas, por exemplo de perfeito e mais-que-perfeito, na marcação dos mesmos valores ou de valores muito próximos” (cf. pág. 58). Em português, a emergência das construções ‘haver / ter + PP em formas de tempo composto’, dever-se-á, portanto, a uma motivação analógica que redundou em gramaticalização. Está, contudo, ainda em aberto o estabelecimento de uma cronologia rigorosa deste processo de gramaticalização, pelo que se torna indispensável aprofundar o estudo da extensão destas construções a verbos inacusativos⁹.

Dada a natureza complexa dos processos descritos, conclui-se que nem sempre é possível isolar os mecanismos e os resultados de processos de gramaticalização motivados analogicamente dos de processos de “pure grammaticalization” e que só se conseguirá determinar com exatidão se eles incidem sobre a forma ou se sobre a construção se houver uma alteração do ponto de vista metodológico no trabalho do linguista histórico, visando, por um lado, a realização de estudos mais aprofundados de dados de uma mesma sincronia e, por outro, análises mais finas em que sejam contrastadas fases diferentes de um processo diacrónico.

Dando continuidade àquilo que era a prática da Teresa, todos as formas e construções tratadas nestes três artigos apontam para a necessidade de dilucidação de conceitos e para a importância dos estudos diacrónicos devidamente enquadrados teórica e metodologicamente, contribuindo para um melhor entendimento da complexidade da mudança linguística.

Maria do Céu Caetano

⁹ Cf. o exemplo aduzido “*E tres ou quatro dias antes tinha chegado de Bungo o Irmão Ayres Sanches* (Frois, Historia do Japam 1 (Davies & Ferreira) 1560-1580).

COLIBRI – ARTES GRÁFICAS

Rua Major João Luís de Moura, Famões Park
– ARMAZEM AB – 1685 - 650 Famões
TELEFONE | (+351) **21 931 74 99**
www.edi-colibri.pt | colibri@edi-colibri.pt

Maria Teresa Brocardo (1959-2023) foi (e continuará a ser) uma referência incontornável nos domínios da Linguística Histórica e da História da Língua Portuguesa.

Professora catedrática do Departamento de Linguística da NOVA FCSH e investigadora do Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL), foi uma das criadoras do Grupo Gramática & Texto.

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas e Mestre em Linguística Portuguesa Histórica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1994 apresenta o seu doutoramento à Universidade NOVA de Lisboa, defendendo uma tese intitulada "Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara. Edição e Estudo". Em 2007 prestou provas de agregação nesta Universidade, tendo, neste contexto, apresentado um trabalho intitulado "Lição sobre 'Mudanças 'Morfológicas' na História do Português – alguns aspectos da flexão verbal".

Os seus trabalhos de investigação constituem marcos inquestionavelmente relevantes e incontornáveis para a investigação nesta área.

Maria Teresa Brocardo participou ainda de forma ativa e empenhada na vida da NOVA FCSH: foi Presidente do Conselho Pedagógico (2002-2005), Coordenadora do Departamento de Linguística, Subdiretora para a Gestão Curricular e Estudantes (2021-2023) e Vice-Presidente do Conselho Científico (2022 a 2023).

